



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

SORAIA DE CARVALHO

**LUTAS SOCIAIS, PIQUETEIROS E AUTONOMISMO:
A EXPERIÊNCIA POLÍTICO-IDEOLÓGICA DA
FRENTE POPULAR DARÍO SANTILLÁN**

Londrina
2008

SORAIA DE CARVALHO

**LUTAS SOCIAIS, PIQUETEIROS E AUTONOMISMO:
A EXPERIÊNCIA POLÍTICO-IDEOLÓGICA DA
FRENTE POPULAR DARÍO SANTILLÁN**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Eliel Ribeiro Machado

Londrina
2008

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

C331L Carvalho, Soraia de.

Lutas sociais, piqueteiros e autonomismo : a experiência político-ideológica da Frente Popular Darío Santillán / Soraia de Carvalho. – Londrina, 2008. – 107f.

Orientador: Eliel Ribeiro Machado.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2008.

Bibliografia: f.101-107.

1. Movimentos sociais – Argentina – Teses. 2. Conflito social – Teses. 3. Sindicalismo – Argentina – Teses. I. Machado, Eliel Ribeiro. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. III. Título.

CDU 316.48

SORAIA DE CARVALHO

**LUTAS SOCIAIS, PIQUETEIROS E AUTONOMISMO:
A EXPERIÊNCIA POLÍTICO-IDEOLÓGICA DA
FRENTE POPULAR DARÍO SANTILLÁN**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Eliel Ribeiro Machado
Universidade Estadual de Londrina

Prof. Dr. Evaristo Emígdio Colmán Duarte
Universidade Estadual de Londrina

Prof. Dr. Pedro Roberto Ferreira
Universidade Estadual de Londrina

Londrina, 2008.

*Dedico este trabalho ao meu pai, **Flávio Mendes Carvalho** (1954-1996), com quem gostaria de compartilhar minhas inquietações. Dedico também a todos que lutam por transformações sociais, lançando-se na difícil tarefa de romper com o individualismo e se colocar em uma perspectiva histórica.*

AGRADECIMENTO

O período de desenvolvimento desta pesquisa de mestrado, que agora se apresenta nesta dissertação, foi, sem dúvida, marcante para minha trajetória militante e acadêmica. Uma série de dificuldades se apresentaram, pois, vinda do jornalismo, tive de aprender a lidar com as particularidades das Ciências Sociais, o que me ajudou a amadurecer teoricamente e complementar minha formação. Ao longo desta jornada, em que busquei contribuir para a compreensão de um processo histórico bastante recente e que ainda está em aberto, encontrei o apoio direto e indireto de muitas pessoas. Agradeço a todas elas e de forma especial:

Ao meu orientador e amigo Eliel Machado. Mais do que acompanhar as etapas deste trabalho, sempre demonstrou muita confiança, teve paciência e me ajudou a superar dificuldades. Compartilhamos cada momento de angústia e, principalmente, cada motivo para comemorar.

Aos amigos e pesquisadores do GEPAL (Grupo de Estudos de Política da América Latina). Me aproximei do grupo antes do ingresso no mestrado e desde os primeiros contatos foi possível desfrutar, mesmo dentro da academia, de um espaço de crítica e liberdade, compartilhando inquietações com vários jovens pesquisadores que procuram compreender o atual momento das lutas sociais em nosso subcontinente.

Ao professor Pedro Roberto Ferreira, que acompanha meu interesse pelas lutas sociais argentinas desde minha graduação, contribuindo sempre com preciosas indicações.

Ao professor Evaristo Colmán, companheiro de todas as lutas, inclusive as teóricas, a quem devo grande parte de minha formação. Sempre atencioso, me ajudou muito com suas longas conversas, indicações bibliográficas e com sua amizade sincera, que me confortou nos momentos de dificuldade.

À minha mãe, Jussara Rodrigues, e irmãs, Angélica, Érica e Sarah, por toda a cumplicidade e por me ensinarem, na prática, a aprender com as diferenças.

Aos amigos que fiz na Argentina desde 2002, que me acolheram, apresentaram pontos de vista diversos, indicaram leituras, passaram horas respondendo às minhas dúvidas e me ajudando a lançar novas questões à realidade. Agradeço especialmente aos companheiros de Neuquén por todo o carinho e pela riqueza de experiências que me permitiram vivenciar.

Aos militantes do movimento piqueteiro que me acolheram, responsáveis por colocarem no palco da história um grupo geralmente desconsiderado, os desempregados. Aos militantes de partidos que, independente de diferenças, se dispuseram a apresentar suas perspectivas, permitindo que eu compreendesse o complicado mosaico político argentino. Aos grupos de pesquisa *PIMSA* e *Razón y Revolución* que, com suas publicações e conversas, tornaram-se referências de seriedade e compromisso.

Sem todo o apoio que recebi não teria sido possível realizar esta reflexão sobre este momento instigante da história argentina.

CARVALHO, Soraia de. **Lutas sociais, piqueteiros e autonomismo**: a experiência político-ideológica da Frente Popular Darío Santillán. 2008. 107 fl. Dissertação (Programa de Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2008.

RESUMO

Discute a organização dos trabalhadores, em especial dos desempregados a partir da experiência e formulações do agrupamento piqueteiro Frente Popular Darío Santillán, uma das tentativas de reorganização dos trabalhadores argentinos após a ditadura militar de 1976 a 1983. Analisa a composição social deste setor, composto majoritariamente por desempregados. Contextualiza esta experiência nos marcos das lutas dos trabalhadores argentinos desde o início do século com os anarquistas, passando pelo peronismo e tentativas de organização autônoma do proletariado.

Palavras-chave: Organização. Desempregados. Movimento piqueteiro. Autonomismo.

CARVALHO, Soraia de. **Social struggle, *piqueteros* and autonomism:** the Popular Front Darío Santillán's political-ideological experience. 2008. 107 fl. Dissertação (Programa de Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2008.

ABSTRACT

Discuss the organization of workers, especially the unemployed from the experience and formulations of the group *piquetero* Popular Front Darío Santillán, one of the attempts at reorganization of Argentinean workers after the military dictatorship from 1976 to 1983. It examines the social composition of this sector, where the unemployed predominate. Contextualize this experience on the mark of the Argentine worker's struggles since the beginning of the century with the anarchists, through out the Peronism and efforts from autonomous organization of the proletariat.

Key words: Organization. Unemployed. *Piquetero* movement. Autonomism.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAA	<i>Alianza Anticomunista Argentina.</i>
PARA	<i>Aliança Popular Revolucionária Americana</i>
ARI	<i>Alternativa para una República de Iguales</i>
CCC	<i>Corriente Clasista y Combativa</i>
CGT	<i>Confederação Geral do Trabalho</i>
CONADEP	<i>Comisión Nacional de sobre la Desaparición de Personas</i>
CTA	<i>Central de Trabajadores Argentinos</i>
CTC	<i>Corriente de Trabajadores Clasistas.</i>
CTD-AV	<i>Coordinadora de Trabajadores Desocupados Aníbal Verón</i>
CORA	<i>Confederação Operária Regional Argentina</i>
CUBA	<i>Coordinadora de Unidad Barrial</i>
ERP	<i>Exército Revolucionário do Povo</i>
EZLN	<i>Exército Zapatista de Libertação Nacional</i>
FAP	<i>Forças Armadas Peronistas</i>
FAR	<i>Forças Armadas Revolucionárias</i>
FARC	<i>Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia</i>
FORA	<i>Federação Operária Regional Argentina</i>
FPDS	<i>Frente Popular Darío Santillán</i>
FREPASO	<i>Frente País Solidário</i>
FTC	<i>Federación de Trabajadores Combativos</i>
FTV	<i>Federación Tierra y Vivienda</i>
FUTRADEyO	<i>Frente Único de Trabajadores Desocupados y Ocupados</i>
INDEC	<i>Instituto Nacional de Estadística y Censos</i>
MAS	<i>Movimiento al Socialismo</i>
MCI	<i>Movimiento Campesino Indígena</i>
MIC	<i>Movimiento Intersindical Clasista</i>
MNR	<i>Movimento Nacional Revolucionário</i>
MPN	<i>Movimiento Popular Neuquino</i>
MST	<i>Movimiento Socialista de los Trabajadores</i>

MST	Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTD	<i>Movimiento de Trabajadores Desocupados</i>
MTL	<i>Movimiento Territorial de Liberación</i>
MTR	<i>Movimiento Teresa Rodríguez</i>
ONG	Organização Não-Governamental
PAN	<i>Plan Alimentario Nacional</i>
PB	Peronismo de Base
PC	Partido Comunista
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCR	Partido Comunista Revolucionário
PEA	População Economicamente Ativa
PIMSA	<i>Programa de Investigación sobre el Movimiento de la Sociedad Argentina</i>
PO	<i>Partido Obrero</i>
POR	Partido Operário Revolucionário
PRI	Partido Revolucionário Institucional
PRT	Partido Revolucionário de Trabalhadores
PS	Partido Socialista
PSAV	<i>Partido Socialista Argentino de Vanguardia</i>
PT	Partido dos Trabalhadores
PTS	<i>Partido de Trabajadores Socialistas</i>
SMATA	Sindicato de Mecánicos y Afines del Transporte Automotor
UCR	União Cívica Radical
UGT	União Geral dos Trabalhadores
UTD	<i>Unión de Trabajadores Desocupados</i>
YPF	<i>Yacimientos Petrolíferos Fiscales</i>

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1	18
1.1 COMPOSIÇÃO SOCIAL DO MOVIMENTO PIQUETEIRO	19
CAPÍTULO 2	26
2.1 ANTECEDENTES HISTÓRICOS	27
2.2 DO ANARCOSSINDICALISMO AO NACIONAL-REFORMISMO.....	27
2.2.1 Alguns Paralelos entre a Semana Trágica (1919) e o Argentinazo (2001)....	33
2.2.2 O Surgimento do Peronismo	35
2.2.2.1 FPDS: em busca da síntese do anarquismo e peronismo.....	40
2.3 GUERRILHAS, “AZOS” E MAIS PERONISMO.....	44
2.3.1 Nacional-Reformismo com Fuzis.....	46
2.3.2 Levantes Populares e Ensaios de Autonomia	50
2.3.3 A Guerrilha Fabril	56
CAPÍTULO 3	58
3.1 A DIFÍCIL (RE)ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES.....	59
3.2 O NOME “PIQUETEIRO” ECOA POR TODO O PAÍS	62
3.2.1 Efeito Dominó: Salta, Jujuy, Tucumán e Córdoba	65
3.3 A ORIGEM TERRITORIAL	69
3.3.1 Confronto e Adequação à Rede Assistencialista do Estado.....	69
3.4 AS REVOLTAS POPULARES DE 2001 E 2002	73
3.4.1 A Atuação do Movimento Sindical.....	77
3.5 PANORAMA GERAL DAS ORGANIZAÇÕES PIQUETEIRAS.....	79
3.6 DA LA VERÓN À FRENTE POPULAR DARÍO SANTILLÁN	83
3.6.1 A Frente Popular Darío Santillán.....	88
3.6.1.1 A questão do desemprego	97
CONSIDERAÇÕES FINAIS	102
REFERÊNCIAS	105

INTRODUÇÃO

A América Latina tem se transformado em um verdadeiro “caldeirão” de lutas sociais a partir dos anos 1990 quando praticamente quase todas as ditaduras militares foram desajoladas. Saem os governos fardados, entram os governos civis eleitos, mas permanece o caráter de classe do Estado¹. A partir do fim da década de 1990, são eleitos governos que despertam ilusões de que tal “guinada à esquerda” poderia formar um pólo de enfrentamento ao imperialismo: Chávez na Venezuela (1998), Lula no Brasil (2002), Kirchner na Argentina (2003), Tabaré Vasquez no Uruguai (2005), Michelle Bachelet no Chile e Evo Morales na Bolívia (2006), Rafael Correa no Equador (2006) e, agora, Fernando Lugo no Paraguai (2008). Apesar das diferenças entre o “socialismo do século XXI” da proposta bolivariana de Chavez, o capitalismo andino-amazônico de Evo e as variantes menos radicalizadas dos outros governos com seus pactos sociais entre organizações de trabalhadores e patronais, todos se assemelham em um ponto fundamental: apesar de seus discursos e vínculos com os “oprimidos” não se propõem a acabar com o modo de produção capitalista.

Tal cenário político, mesmo de maneira deformada, é um reflexo de um giro à esquerda produzido pelas massas trabalhadoras, que descontentes com os efeitos do neoliberalismo protagonizaram momentos de enfrentamento com o Estado. São parte deste quadro insurreições e levantes populares, dentre os quais destacamos: o *Argentinazo*, em 2001; as guerras do gás e da água na Bolívia em 2003 e 2004; a exigência dos equatorianos de que os políticos renunciassem, em 2005; e a constituição da Assembléia Popular de Oaxacca, em 2006.

Permanecem em outros países, governos abertamente pró-imperialistas, que expressam diretamente a ingerência dos Estados Unidos, o que pôde ser visto recentemente no conflito entre Colômbia e Equador, em que Álvaro Uribe bombardeou um acampamento das FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) no território equatoriano. E apesar da retórica de defensor da

¹ Ressaltamos que é mantido o caráter burguês do Estado, porque este é um órgão de dominação de classe, no capitalismo é o organizador dos interesses gerais das classes dominantes. “O Estado é o produto e a manifestação do antagonismo irreconciliável das classes. O Estado aparece onde e na medida em que os antagonismos de classe não podem ser conciliados. E, reciprocamente, a existência do Estado prova que as contradições de classes são irreconciliáveis” (LENIN, 2005, p.28).

democracia, os Estados Unidos não hesitam em destituir governos eleitos que manifestem desacordo em relação a sua política, o que tentou fazer em 2002 patrocinando um golpe contra Chávez.

Ao lado de diversos países do subcontinente latino-americano, a Argentina também compõe este cenário. Quase ao mesmo tempo em que Carlos Menem toma posse, em 1989, surge um movimento popular de desempregados que, em linhas gerais, passa a contestar a implantação das políticas neoliberais daquele governo. Trata-se do surgimento do *movimento piqueteiro* que ocupa o cenário político do país ao longo dos anos 1990. A insatisfação popular e de alguns setores das classes médias ganham força na mesma medida do avanço do neoliberalismo no país: desregulamentação da força de trabalho, abertura comercial, privatização dos serviços públicos, entre outras. O ápice desse processo ocorre em dezembro de 2001, quando as massas populares ocupam Buenos Aires e provocam a queda do então presidente Fernando de la Rúa, juntamente com seu ministro, Domingos Cavallo. As palavras de ordem entoadas naqueles episódios expressavam o rechaço à democracia formal e ecoaram nas lutas sociais posteriores: *¡Qué se vayan todos!* *¡Que no quede ni uno solo!*

Nesta dissertação, nosso objetivo fundamental é contribuir para uma melhor compreensão dos significados políticos das atuais lutas sociais que se desenvolvem na América Latina, ao analisarmos um movimento recente, que no início dos anos 2000 despertou muito interesse nos meios militantes e acadêmicos: o *movimento piqueteiro*. Ao colocar os desempregados no centro da cena política argentina, este processo trouxe vários questionamentos teóricos, políticos e ideológicos, atraiu os olhares de outros movimentos da região, e nutriu as formulações que atribuíam aos “novos” movimentos sociais a substituição dos “velhos” sujeitos revolucionários.

Em meio a toda heterogeneidade do movimento piqueteiro, atravessado pelas disputas políticas e ideológicas que fazem da Argentina um espaço de atuação das mais variadas correntes de esquerda (estalinistas, guevaristas, maoístas, trotskistas, nacionalistas, reformistas, anarquistas, dentre outras) escolhemos um deles, a Frente Popular Dario Santillán (FPDS) para nos

ajudar a analisar as potencialidades e limites da tentativa de reorganização do proletariado argentino².

Este agrupamento de desempregados, que se somou a intelectuais, setores estudantis e de trabalhadores empregados, é fruto de um dos mais combativos movimentos da história recente da Argentina: a Coordinadora de Trabajadores *Desocupados Aníbal Verón* (CTD-AV)³. Assim, nos propusemos a identificar a forma de organização, discutir teoricamente a composição social, alianças de classe e estratégias da Frente Popular Dario Santillán, buscando avaliar a ambigüidade de um projeto de transformação social que se desenvolve em meio a relações de dependência com o Estado e sob a pressão histórica do programa nacional-reformista, que dirigiu os trabalhadores desde a década de 1940.

A identificação da FPDS com a perspectiva autonomista permitirá analisarmos em uma realidade concreta os limites do autonomismo como proposta de organização das classes trabalhadoras. O esforço da FPDS em formar politicamente seus militantes e registrar sua história reflete-se em seus documentos públicos e livros de militantes, possibilitando que identifiquemos sua linha política.

Do ponto de vista teórico-metodológico, compreendemos a formação social argentina constituída por classes sociais antagônicas em luta, um país atrasado, que sofre a opressão nacional por parte dos países imperialistas, principalmente dos Estados Unidos e Europa, como de resto, ocorre com toda a América Latina.

Para tentar dar conta desta realidade, nos pautaremos pelo materialismo histórico e dialético. Recorremos ao *Prefácio da contribuição à crítica da Economia Política*, em que Marx sintetiza alguns conceitos fundamentais de seu

² Destacamos os trabalhos de Eliel Machado que problematizam a composição social e organização do movimento piqueteiro. Em sua tese de doutorado, analisa o Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra e Movimento de Trabalhadores Desempregados, em especial a “La Verón” como criadores de “inovações democráticas” diante dos limites da democracia burguesa, aproximando-se, em sua organização, do que Marx chamava de “classe como partido” (MACHADO, 2004). Leia-se também artigos publicados nas revistas *Lutas & Resistências* (2006a), *Lutas Sociais* (2006b e 2007) e *Periferias* (2006c), em que o autor procura problematizar as possibilidades de constituição do proletariado em classe a partir de suas relações com os meios de produção, ou seja, a partir de suas bases materiais de existência.

³ Um contato anterior com o movimento piqueteiro foi realizado na graduação por ocasião da elaboração do trabalho de conclusão de curso, em Comunicação Social/UEL, em que analisei dois episódios de repressão ao movimento piqueteiro e a atuação dos meios de comunicação, em um dos casos, quando dois militantes da CTD-AV foram assassinados pelas forças repressivas do Estado, Darío Santillán e Maximiliano Kosteki, em 26 de junho de 2002, sob o governo de Eduardo Duhalde. Sobre isso, veja-se Carvalho, 2004.

método e, sobretudo, a determinação (que não é nem automática, nem mecânica) das esferas da política e ideologia pela infra-estrutura econômica:

[...] na produção social de sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e a qual correspondem determinadas formas de consciência social (MARX, 1983, p. 24).

Assim, para abordar nosso objeto, real, concreto e singular, de forma dialética, buscaremos reconstituir a cadeia de mediações que o conecta a uma totalidade, chegando a uma “síntese de uma multiplicidade de determinações” (MARX apud ALTHUSSER, 1978, p. 17).

Compreendemos, portanto, que nosso objeto se insere em um determinado contexto, no caso a Argentina contemporânea, um país que sofre a opressão nacional por parte dos países imperialistas. Algumas das características desta etapa são: a acentuação da concentração do capital, da dependência externa e do desemprego estrutural. É a partir destes elementos que podemos caracterizar Estado argentino como representante prioritário de interesses das potências imperialistas, em específico do capital financeiro. Como produto desta situação, que desde a década de 1990 promoveu a quebra em larga escala da indústria nacional, surgiu o movimento piqueteiro, que congrega setores das classes trabalhadoras postos à margem do sistema produtivo.

Em relação à questão da organização incorporamos as contribuições do leninismo, com seu combate ao espontaneísmo no seio do movimento operário pela via da organização dos explorados em um partido que expresse os interesses fundamentais do proletariado. Embora alguns dos nossos principais interlocutores sejam teóricos do autonomismo como Toni Negri e John Holloway, buscaremos principalmente problematizar a produção político-ideológica dos próprios setores do movimento piqueteiro. Assim, mesmo que esta opção torne a análise mais complexa, uma vez que é produzida no calor da própria luta, permite identificar a inserção do autonomismo, assim como do nacional-reformismo, na realidade concreta, em meio às tentativas de organização das classes trabalhadoras.

Para iniciarmos a análise do movimento piqueteiro, é necessário distinguir quais setores das classes trabalhadoras argentinas foram mais atingidos pelo desemprego nas últimas décadas. Foi nas cidades em que estes desempregados estavam concentrados onde se deu a resposta unificada inicial que logo se expandiu para outros pontos do país. Assim, o primeiro “grito” contra o desemprego massivo partiu das cidades petroleiras devastadas pela privatização da YPF, *Yacimientos Petrolíferos Fiscales*, em 1991⁴. Este “grito” foi seguido pelos moradores de assentamentos e bairros operários da Grande Buenos Aires e o entorno de outras grandes cidades argentinas.

Mas o nome “piqueteiro” foi cunhado a partir da *pueblada*⁵ de 1996, em que a população de Cutral-Có e Plaza Huinul, cidades petroleiras da província de Neuquén, passou a utilizar os chamados “métodos piqueteiros”. Quais sejam: os *cortes de ruta*, que mais do que bloqueios de rodovias, podem ser definidos como tomada e defesa de uma posição com barricadas (CARRERA; COTARELO, 2004, p. 126); a ação direta; a combatividade no enfrentamento com as forças repressivas do Estado; e os métodos antiburocráticos de organização, pautados na soberania de assembléias massivas. Os piquetes já utilizados como uma tática grevista para convencer ou impedir a entrada de “fura-greves”, passaram a ser utilizados com outros objetivos. Impossibilitados de parar a produção de mercadorias, estes manifestantes passaram a bloquear a circulação destas.

Desenvolvemos, nesta dissertação, três capítulos. O primeiro identifica a composição social deste movimento a partir de uma perspectiva teórica classista que considera os movimentos sociais compostos por diferentes classes, ainda que possam ser enquadradas nas classes trabalhadoras. A sua heterogeneidade impõe o cuidado na delimitação dos conceitos de classes sociais que o expliquem. Assim, problematizaremos a forma de definir os setores de desempregados, compreendendo-os nesta realidade concreta em que os analisamos, no caso a Argentina pós década de 1990.

⁴ A empresa, que em 1990 contava com 51 mil empregados, após a privatização manteve apenas 5.600. Em Neuquén, foram 4.246 demissões. Em Tartagal e Mosconi (Salta), houve uma queda de 75% no índice de empregos. Assim, em 2001, enquanto o desemprego chegava a 15,2 % na cidade de Neuquén-capital, nas cidades de Cutral-Co y Plaza Huinul era de 32,5%. Da mesma forma, em Salta capital o desemprego era de 17,1%, enquanto em Mosconi-Tartagal atingia 42,8 % (BERACOCHEA; ESQUERRO et al apud SVAMPA; PEREYRA, 2004, p.108).

⁵ *Puebladas* são levantes populares policlassistas.

No segundo capítulo, propomos um percurso histórico para vislumbrar quais são as rupturas e continuidades do movimento piqueteiro à luz da experiência das lutas operárias no país. É sobre a base histórica de formação do proletariado argentino, cuja existência “molda” os movimentos atuais, que se forja a situação contemporânea.

Os agrupamentos piqueteiros, ao descreverem os principais fatos do processo de formação do movimento operário na Argentina, pelas críticas ou aproximações, acabam apresentando seus próprios projetos políticos. Sendo assim, buscaremos identificar o que há de inovações ou continuidades no movimento piqueteiro em relação às principais tradições das lutas operárias. Consideramos como tais, o anarquismo, que foi a direção das primeiras organizações sindicais, e que teve sua intervenção mais emblemática nos acontecimentos da Semana Trágica de 1919. O nacional-reformismo expresso no peronismo, cujo marco foi “o dia da lealdade”, em 17 de outubro de 1945, em que a classe operária foi submetida à política burguesa representada pela burocracia estatal comandada pelo então coronel Juan Domingo Perón.

Esta opção também se justifica pela própria autodefinição da maioria dos agrupamentos piqueteiros em que consta o seu posicionamento quanto à “herança” do movimento operário na Argentina, assim a exaltação ou crítica de determinadas experiências revela parte do programa político destas organizações.

E por fim, o período de ascenso das lutas operárias da década de 1970 que permitirá discutir o peronismo de esquerda, o guevarismo e um ensaio de organização independente do proletariado a partir das coordenadoras fabris. Neste quadro constam as importantes lutas e insurreições no fim da década de 1960 e início de 1970, em que se destaca o *Cordobazo*, de 1969, uma greve política de massas de caráter insurrecional, em que as reivindicações extrapolavam as questões econômicas imediatas, indicando o esgotamento do domínio do nacional-reformismo sobre a classe operária. (SARTELLI, 2005, p. 83).

A esquerda peronista da década de 70, com suas vertentes (Montoneros, Forças Armadas Peronistas – Peronismo de Base) e a intensa movimentação no interior das fábricas com a chamada “guerrilha fabril”, greves, comissões de operários e ocupações nas indústrias também marcam este período, que será interrompido pela ditadura militar de 1976. Ao apresentarmos estes momentos históricos, buscaremos demonstrar os possíveis vínculos com as

formulações da Frente Popular Darío Santillán, o que nos auxiliará a compreender sua linha política atual.

No terceiro capítulo, abordaremos as lutas populares após a ditadura militar, reproduzindo a trajetória que levará à constituição do movimento piqueteiro. Assim, será apresentado o contexto de implementação do neoliberalismo e de respostas das classes dominadas. Enfatizaremos a constituição dos movimentos de desempregados, com suas heterogeneidades e diferentes relações com o Estado burguês. Será problematizado o assistencialismo, por ser ao mesmo tempo o elemento que deu aos movimentos um instrumento para aglutinar as vítimas do desemprego e o que indica um sério limite, criando uma dependência em relação ao Estado. Após um panorama geral das organizações piqueteiras, nos deteremos na Frente Popular Darío Santillán, analisando como formulam pontos de sua política como: *mudança social, revolução, poder, Estado, organização e partido*.

CAPÍTULO 1

1.1 COMPOSIÇÃO SOCIAL DO MOVIMENTO PIQUETEIRO

O movimento piqueteiro possui duas origens principais: surge nas cidades devastadas pelas privatizações das petroleiras e nos bairros operários nucleados por parques industriais que, em sua maioria, converteram-se em cemitérios de indústrias. O crescimento do desemprego agudizou a situação dos contingentes populacionais que já viviam em condições de miséria. Mas as organizações piqueteiras, sobretudo nas cidades petroleiras, também têm em suas fileiras operários que após as demissões, utilizaram suas indenizações para montarem pequenos negócios, logo devastados pela crise econômica que assolou a Argentina na década de 1990, ou mesmo pela difícil concorrência com as grandes empresas e monopólios.

Não há estatísticas precisas sobre a origem dos desempregados que compõem o movimento piqueteiro, destaca-se, porém, uma grande presença de jovens, dentre os quais, grande parte nunca conheceu um emprego formal; assim como de mulheres que vieram do trabalho fabril ou doméstico.

Quanto à origem política, militantes forjados nas lutas sindicais e políticas convivem com herdeiros da estrutura assistencialista da Igreja Católica e do peronismo. Outros debutaram na política com a ação das organizações piqueteiras e o levante popular dos dias 19 e 20 de dezembro de 2001. A fração mais proletarizada da pequena burguesia também está presente. Não compartilhamos da caracterização precipitada de algumas correntes de esquerda⁶ que rotularam de início os desempregados, em geral, como sendo lúmpens, a caracterização de Marx de sobrepopulação excedente nos parece mais adequada.

Em *O Capital*, Marx explica que o desemprego é parte do processo de acumulação capitalista. A constituição de um exército industrial de reserva é funcional ao sistema, além de fornecer mão-de-obra disponível para atender aos caprichos da economia capitalista, é um fator de divisão das classes trabalhadoras, acirrando a competição entre os assalariados na venda de sua força de trabalho (1985a, p. 206). Marx define como uma lei do capitalismo que o aumento das riquezas produzidas não implica em aumento dos postos de trabalho. O que se

⁶ Como exemplo, podemos destacar o PTS, *Partido de Trabajadores Socialistas*, e a CTC, *Corriente de Trabajadores Clasistas*.

confronta com a defesa de algumas correntes piqueteiras – como a *Corriente Clasista y Combativa* e a *Federación Tierra y Vivienda* – que reivindicam a aliança com parte da burguesia para “reaquecer” a indústria nacional.

A acumulação e centralização de capital aumentam o peso dos meios de produção em relação ao capital variável (força de trabalho), assim, menos força de trabalho pode colocar em movimento mais meios de produção. E mesmo quando o capital variável sofre um acréscimo, isso não implica em mais empregos, pois há a possibilidade de sobrecarregar os trabalhadores já empregados. Segundo dados do INDEC (*Instituto Nacional de Estadística y Censos*) de 2003 e 2004, uma média de 35,48% da População Economicamente Ativa (PEA) na Argentina trabalhou mais de 45 horas semanais, em 2006 a média foi de 33,7%, com regiões em que este número chegou a 39% da PEA. Assim, enquanto alguns são submetidos a jornadas prolongadas, outros não conseguem inserção no mercado de trabalho.

A sobrepopulação excedente é composta por todos trabalhadores que ficam sem trabalho, independente do período e manifesta-se de três maneiras: líquida, latente e estagnada. A primeira decorre do movimento contínuo da indústria moderna de atração e repulsão de trabalhadores, assim como das necessidades inconstantes do capital nas exigências de braços jovens ou mais qualificados etc. A partir de 2004, o INDEC passou a pesquisar a “demanda laboral insatisfeita”, divulgando que até 2006, cerca de 50% das indústrias requisitaram mão-de-obra, e em 15% destas, ao menos um cargo não pôde ser preenchido. A população latente pode ser exemplificada pelo contingente de trabalhadores rurais, das áreas mais atrasadas, menos industrializadas, que vive na iminência de transferir-se para o proletariado urbano.

A sobrepopulação estagnada constitui uma reserva inesgotável composta por um setor ativo, mas precarizado, que vive em condições inferiores à média das classes trabalhadoras. E, por fim, os que vivem no pauperismo, como incapacitados para o trabalho, doentes e vítimas da própria indústria (MARX, 1985a, p. 208-209). Este setor deve ser diferenciado do lumpemproletariado, um estrato social que por ser submetido a condições extremas se degenera passando a sobreviver de roubos, mendicância e prostituição. Nestas condições de existência, esta camada social tenderia a servir às “tramas reacionárias” das classes dominantes (MARX; ENGELS, 2004a, p. 55).

A camada da classe operária que vive abaixo das condições da própria classe, ou seja, no pauperismo, por um lado indica a incapacidade da burguesia de manter sua dominação, pois chega a uma situação em que em vez de ser alimentada por seu “escravo”, acaba tendo que alimentá-lo (MARX; ENGELS, 2004a, p. 57). Mas, por outro lado, Marx indica que o capital soube transferir estes custos para os ombros das classes trabalhadoras (MARX, 1985a, p. 208). Caracterizamos que entre os piqueteiros há setores do proletariado, setores proletarizados das novas classes médias e um setor que se enquadra no lumpemproletariado, atraído aos movimentos apenas por seu aspecto assistencial.

Por proletariado compreendemos a classe dos que não detém meios de produção, sendo obrigados a venderem sua força de trabalho, realizando trabalho produtivo, ou seja: produzindo diretamente mais-valia (MARX, 1985b, p. 108): “Por ‘proletário’ só se deve entender economicamente o assalariado que produz e valoriza ‘capital’ e é jogado na rua assim que se torna supérfluo para as necessidades de valorização de ‘Monsieur Capital’” (MARX, 1985a, p. 188).

Sobre a pequena burguesia, no *Manifesto do Partido Comunista*, Marx e Engels observavam que com a expansão do capitalismo, as camadas médias transformavam-se crescentemente nas classes típicas deste modo de produção, em burguesia e proletariado. Com isso, prognosticaram que a tendência para a pequena burguesia (artesãos e camponeses) era a de desaparecer (MARX; ENGELS, 2004, p. 53). Em *90 anos no Manifesto*, Leon Trotski apontou a necessidade de atualizar esta previsão.

O crescimento da técnica e a racionalização da grande produção, ao mesmo tempo em que engendram um desemprego orgânico, freiam a proletarização da pequena burguesia. Houve um extraordinário aumento do exército de técnicos, administradores, empregados de comércio, em uma palavra, daquilo a que chamamos “novas classes médias.” (TROTSKI, 1979, p. 9).

Em *Revolução e contra-revolução*, Trotski mostra a heterogeneidade que se abriga sob o conceito de pequena-burguesia, fazendo com que abarque fatos, idéias e tendências que parecem incompatíveis. Os exemplos de movimentos de composição social pequeno-burguesa expressam esta aparente incompatibilidade, pode-se incluir desde o movimento camponês, passando pelo movimento radical na reforma comunal, pelos jacobinos franceses, populistas

russos, proudhonianos, blanquistas, pela social-democracia, anarco-sindicalismo, chegando até mesmo ao fascismo.

[A] pequena-burguesia é caracterizada por uma extraordinária heterogeneidade em sua natureza social. Em baixo ela se confunde com o proletariado e passa para o lumpemproletariado; no alto ela se estende à burguesia capitalista. Pode apoiar-se nas antigas formas produtivas, mas pode depressa desenvolver-se também na base da indústria mais moderna (novas classes médias). Não é de admirar que se enfeite ideologicamente com todas as cores do arco íris (TROTSKI, 1968, p. 221).

Nicos Poulantzas também se dedicou a precisar esta categoria partindo da constatação do aumento dos assalariados não produtivos sob o capitalismo monopolista, assim como do uso deste fato por correntes políticas e teóricas que definem a classe operária como sendo constituídas por todos que recebem salário e, por oposição à burguesia, pela ausência de meios de produção:

Com efeito, negando a especificidade de classe desses conjuntos assalariados, e diluindo-os na burguesia e no proletariado, isto é, prendendo-nos à imagem “dualista” da sociedade que com freqüência, erroneamente, associamos ao marxismo, chegamos precisamente a uma dissolução dos conceitos de burguesia e de classe operária, e a uma negação da luta de classes (POULANTZAS, 1975, p. 212).

Isto não significa que Poulantzas negue que na luta de classes há uma polarização das diversas classes sociais em relação às duas classes fundamentais, cujas relações constituem a contradição principal do modo de produção dominante. Para ele, parte da pequena burguesia pode forjar alianças com a classe operária. Esta classe se divide em pequena burguesia tradicional (pequena produção/artesanato e pequena propriedade/empresas familiares em que o agente é simultaneamente proprietário/possuidor dos meios de produção e trabalhador direto) e nova pequena burguesia (assalariados não produtivos). Coloca-se a necessidade desta aliança se dar a partir de uma delimitação clara de ambas as classes, isto evita uma mistura indevida que leve a:

[...] perverter os interesses próprios da classe operária, *única classe revolucionária até o fim*, de forma que se possam confundir com aqueles conjuntos, enquanto todo o problema reside precisamente em trazer esses conjuntos ao pertencimento de classe específico sobre posições da classe operária (POULANTZAS, 1975, p. 221).

Assim, é fundamental definir a partir do modo de produção que os trabalhadores assalariados não produtivos aparecem diante do capitalista individual como uma fonte de lucro, mas do ponto de vista do capital social, segundo Poulantzas, “o lucro do capital comercial e bancário não resulta de um processo de criação do valor, mas de uma *transferência da mais-valia* criada pelo capital produtivo” (POULANTZAS, 1975, p. 230). A nova pequena burguesia, desta maneira, contribui para a repartição da massa da mais-valia entre as frações do capital.

Mesmo as frações da pequena burguesia que vivem em piores condições que setores da classe operária mantêm-se como tal, uma vez que a definição de classe não se dá a partir do salário ou renda. Concretamente há um processo de pauperização da pequena burguesia em relação ao proletariado. Isto facilita alianças, já que até mesmo na concentração urbana estas classes convivem no mesmo espaço. Constituem-se em aliados potenciais assalariados de base do setor comercial, assim como os agentes subalternos de setores burocratizados públicos e privados.

Como não está no âmago das relações de exploração dominantes de extração direta de mais-valia, a pequena burguesia sofre a polarização em relação às classes fundamentais, provocando sua instabilidade política que a impede de ter uma posição política de classe autônoma a longo prazo. Do ponto de vista ideológico, “[...] o subconjunto ideológico pequeno-burguês é um terreno de luta e um campo de batalha particular entre a ideologia burguesa e a ideologia operária, mas com a intervenção própria dos elementos especificamente pequeno-burgueses” [grifos no original]. (POULANTZAS, 1975, p. 315).

Por conta do fracionamento e da instabilidade da pequena burguesia, mesmo quando esta classe adota posições proletárias, estas se mesclam com suas próprias práticas ideológicas. O que não exclui a possibilidade, mediante a intervenção de organizações revolucionárias, de ganhar frações inteiras da pequena burguesia para o programa da classe operária. Por outro lado, a possibilidade de a

classe operária ser influenciada por esta pequena burguesia também não está descartada:

Está então, aí, o principal perigo que espreita permanentemente a classe operária: ele pode tomar a forma de uma convergência amalgamada desses elementos e da ideologia operária, principalmente sob a configuração do *socialismo pequeno-burguês* no seio da classe operária, mas sabe-se que ele havia assumido igualmente, no passado, a forma do anarco-sindicalismo e do sindicalismo revolucionário (POULANTZAS, 1975, p. 316).

Para compreender o que representa este “perigo” pode ser útil examinar alguns traços ideológicos da pequena-burguesia. Para Poulantzas, o “anticapitalismo” pequeno burguês tende ao reformismo, com a defesa de redistribuição de rendas. A hostilidade à grande riqueza é freada pelo medo permanente da proletarização, que se expressa em uma resistência a uma transformação revolucionária da sociedade. Outros elementos ideológicos são o individualismo e a ilusão de ascensão individual. Mesmo em suas explosões e revoltas, explicitam-se características pequeno-burguesas:

[...] culto da violência como tal, aliada ao desprezo da questão da organização; reações globalmente antiestatais, destacando diretamente as formas do “anarquismo pequeno-burguês” etc. Revoltas características de situações onde esses agentes, privados de projeto político autônomo a longo prazo e não tendo incorporado as posições da classe operária, agem de forma simetricamente oposta às atitudes que os determinavam anteriormente, através, portanto, de uma revolta ainda determinada, por oposição, pela ideologia burguesa. Encontra-se aí, como se sabe, o centro do “ultra-esquerdismo pequeno-burguês” (POULANTZAS, 1975, p. 321).

A pequena burguesia tradicional também tem traços comuns, assim há um apego à sua pequena propriedade, que a leva a reivindicar mudanças restritas aos marcos do sistema capitalista. A oscilação política e os limites desta classe podem ser exemplificados nos levantes de 19 e 20 de dezembro de 2001, na Argentina, e no movimento de assembléias de bairro. Sem uma aliança sob a direção da classe operária estas experiências repletas de potencialidades foram sendo esvaziadas e cooptadas pela política da burguesia, que levou à recomposição das instituições democráticas sob o governo de Néstor Kirchner, iniciado em 2003.

Por toda esta heterogeneidade, sobretudo pelo efeito fragmentador

da ideologia burguesa, traduzida como individualismo e destruição sistemática de instrumentos de luta coletiva, a organização dos desempregados enfrenta muitos obstáculos. Cabe destacar que há exemplos históricos de organizações desta sobrepopulação excedente, como no período pós-crise de 1929, em que surgiram movimentos e sindicatos de desempregados para combater a onda de hiperdesemprego nos Estados Unidos e Europa.

Silvina Pascucci (2005, p. 9), com base em pesquisa de Nikolai Preobrazhenskii, volta ainda mais na história, lembrando a organização de desempregados na Revolução de Fevereiro de 1848 na França, e no período de 1905 a 1907 na Rússia. O soviete de desempregados foi conduzido por ex-líderes fabris e militantes bolcheviques e exigia da Duma “emprego público sob controle dos trabalhadores”. Diante de resistência de parte do Partido Operário Social Democrata Russo, Lenin defendeu o apoio financeiro e moral ao soviete. Nesta experiência, também se destacou a solidariedade entre desempregados e empregados, uma vez que a organização dos desempregados apoiava financeira e organizativamente os movimentos grevistas num período de forte repressão.

A singularidade do movimento piqueteiro expressa-se em seu protagonismo compartilhado com o setor ocupado, entre o fim da década de 1990 e início da de 2000, pela continuidade e pela criação de organizações mais ou menos institucionalizadas capazes de aglutinar uma parcela significativa dos desempregados. Mesmo com todas as “novidades” atribuídas ao movimento piqueteiro, situar esta experiência na trajetória de lutas operárias no país permite uma leitura mais completa. Este é o trajeto que pretendemos fazer no próximo capítulo.

CAPÍTULO 2

2.1 ANTECEDENTES HISTÓRICOS

Marx aponta que “os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob as circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente ligadas, e transmitidas pelo passado” (MARX, [s.d], p. 203). Nesse sentido, consideramos relevante voltar ao processo de formação do proletariado argentino, principalmente a sua constituição enquanto sujeito político autônomo mais do que às circunstâncias econômicas que propiciaram o surgimento desta classe. Assim, pretendemos analisar brevemente as principais correntes que dirigiram ou disputaram a direção do movimento operário.

Esta opção também se justifica pela própria autodefinição da maioria dos agrupamentos piqueteiros em que consta o seu posicionamento quanto à “herança” do movimento operário na Argentina, assim a exaltação ou crítica de determinadas experiências revela parte do programa político destas organizações. O grupo a que nos dedicaremos nesta pesquisa, a Frente Popular Darío Santillán (FPDS), por exemplo, apresenta-se como herdeiro da tradição anarquista, do peronismo de base e do guevarismo (CIEZA, 2004, p. 45; p.136). Embora existam outras tradições de luta, seguiremos esta indicação da FPDS, o que atende ao nosso objetivo de identificar as propostas deste agrupamento quanto à organização e prática política.

2.2 DO ANARCOSSINDICALISMO AO NACIONAL-REFORMISMO

Passemos, portanto, à compreensão da primeira corrente política: o anarquismo. Segundo Eduardo Sartelli, foi pela mão do anarquismo, o primeiro movimento de massas da Argentina, que a classe operária se constituiu como tal (SARTELI, 2005, p. 34). O primeiro acontecimento histórico de peso do movimento operário argentino foi a Semana Trágica de 1919, o ápice de um período em que o proletariado adotou uma estratégia insurrecional. A escolha deste fato não significa a ausência de lutas anteriores. Beired (1984, p. 9) data de 1857 as primeiras organizações operárias, ainda mutualistas. O desenvolvimento econômico trouxe

consigo o aumento das contradições entre capital e trabalho. Amostras disto são as 48 greves por salário e redução da jornada de trabalho ocorridas entre 1881 e 1890. O historiador Nicolás Iñigo Carrera (apud ANRED, 2007) acrescenta que neste período o marxismo era a corrente mais forte, expressa no jornal *El Obrero*, para ele, o predomínio do anarquismo se iniciaria no final da década de 1890.

Os imigrantes europeus, que chegaram ao país para “fazer a América”, rapidamente perceberam a dificuldade em escapar da condição de operários. Assim, entender o que era ser operário e organizar-se coletivamente passou a ser uma necessidade. As ferramentas para tentar compreender e transformar esta realidade, com as quais estes trabalhadores tiveram contato em seus países de origem, foram o anarquismo, o socialismo e o sindicalismo revolucionário. A difusão destas ideologias, porém, só se justificou pelas condições objetivas encontradas na Argentina.

A burguesia respondeu a este processo de constituição da classe operária com leis repressivas, deportação de militantes sindicais, envio de outros para Ushuaia (chamada de Sibéria Argentina). A responsabilização dos imigrantes por “importarem” as idéias de esquerda passou a perder sentido quando começaram a surgir lutadores argentinos. Também entraram em cena as armas ideológicas da burguesia: o nacionalismo, as promessas da democracia, a penetração da Igreja na classe operária, que além de defender a conciliação de classes, criava sindicatos fura-greves que legitimavam a repressão aos anarquistas (SARTELLI, 2005, p. 34).

Os anarcossindicalistas formulavam que a futura sociedade anarquista seria forjada a partir dos sindicatos e negavam qualquer participação política, mesmo de oposição (BEIRED, 1984, p. 12). Em vez da tomada do poder pelo proletariado, defendiam a greve geral como a forma de acabar com o Estado capitalista, possibilitando uma sociedade de produtores independentes, associados livremente em federações. Para Beired, “os anarquistas demonstraram ser a corrente mais combativa e ao mesmo tempo a mais combatida pelas elites. Nenhuma outra corrente suplantou a anarquista em termos de mobilização operária” (BEIRED, 1984, p. 12).

O Partido Socialista, fundado em 1896 a partir de divisões na União Cívica Radical (UCR), era expressão da pequena burguesia e tinha entre seus eleitores os setores mais bem remunerados do operariado. Inspirados pelo revisionismo de Eduard Berstein, defendiam a possibilidade de se chegar ao

socialismo pela via eleitoral, cabe ressaltar que seu “socialismo” era praticamente um fim ético, já que não pressupunham que as relações econômicas eram determinantes, em última instância, para a transformação social.

Neste período, também apareceram correntes do anarquismo que eram mais flexíveis, admitiam composições com os socialistas, como as de Pietro Gori e Antonio Pellicer Peraire. O primeiro defendia a unicidade sindical, nem que tivesse que sacrificar alguns princípios anarquistas. Já o segundo criticava os “antiorganizadores”, que rechaçavam qualquer estrutura organizativa; e os “doutrinários”, que se negavam a fazer concessões ideológicas, mesmo sob o perigo do isolamento (GODIO, 1983, p. 134).

Pellicer partia do princípio de que, se as classes dirigentes contavam com elementos organizativos para exercer a dominação, a classe operária também devia necessariamente associar seus esforços para fazer frente aos primeiros. Levando em conta a existência de diferentes níveis organizativos no movimento sindical, considerava normal, e não contraditório, que no anarquismo houvesse grupos que atuassem enquanto direções. Haveria núcleos que seriam a instância propriamente revolucionária, onde o anarquismo manteria a sua “pureza”, pois abrigariam aqueles indivíduos mais experientes, instruídos e conscientes ideologicamente. Esse papel caberia às federações locais que, congregando sindicatos de diferentes ofícios, seriam como “embriões da nova sociedade libertária” (BEIRED, 1984, p. 19).

Para Pellicer (apud BEIRED, 1984, p. 19), as organizações sindicais não deveriam ter um posicionamento anarquista, tanto por expressar as massas operárias, que por meio da luta econômica alcançariam a consciência anarquista, como para não dificultar conquistas econômicas. Já o sindicalismo revolucionário foi o resultado das tensões entre anarquistas e socialistas desde a I Internacional, era uma divisão à esquerda dos socialistas argentinos. Inspirados por Sorel, os sindicalistas revolucionários privilegiavam a ação direta e rechaçavam a participação política. Foi principalmente para combater esta corrente que os anarquistas se fecharam em suas posições, recusando acordos com as demais vertentes do movimento operário⁷.

⁷ “A doutrina do sindicalismo revolucionário nunca foi muito explícita ou precisa: a ênfase recaía sobre a ação e não sobre a teoria. Seus principais temas eram: a iniciativa das bases, a importância da militância (que incluía a sabotagem) e a derrubada do capitalismo e do Estado pela organização e luta puramente industriais. A espontaneidade e a violência (que envolviam as ações de uma minoria militante), juntamente com o ‘mito’ da Greve geral revolucionária, foram propagados por Sorel,

O contexto da Semana Trágica de 1919 foi marcado pela ressaca pós-Primeira Guerra Mundial. Na Argentina, os efeitos da crise foram: queda das exportações, desemprego e redução de salários. O movimento operário dividia-se em duas grandes associações a FORA IX, reformista; e a FORA V, “revolucionária”.

A FORA (Federação Operária Regional Argentina) foi criada em 1901⁸ e logo passou a ser dirigida pelos anarquistas. Estes, a partir de 1905, estabeleceram nos estatutos a obrigação de professar o ideário anarquista. Com isto, acabaram fazendo dos sindicatos seu “partido”. Assim, as organizações sindicais, que deveriam incorporar as diversas tendências do movimento operário, acabaram se fechando, o que levou a cisões⁹.

As correntes opositoras criaram outras organizações, como a UGT (União Geral dos trabalhadores) e a CORA (Confederação Operária Regional Argentina), que em 1914 dissolveram-se na FORA anarquista e voltaram a disputar internamente. Em 1915, no IX encontro, os sindicalistas revolucionários conseguiram retirar a cláusula que impunha a ideologia anarquista. Com isso, os anarquistas formaram a FORA V, retomando o V congresso onde isto foi aprovado.

O voto secreto, obrigatório e restrito a argentinos do sexo masculino foi implantado em 1912¹⁰. Quatro anos depois, Hipólito Yrigoyen, da UCR, foi eleito

embora a ligação deste com a prática sindical não fosse estreita, nem duradoura: seus escritos influenciaram particularmente a esquerda italiana, parte da qual – notadamente o grupo de Mussolini – acabou no fascismo” (Verbetes *Sindicalismo Revolucionário*, BOTTOMORE, 1988, p. 336).

⁸ Fundada em 1901, como Federação Obreira Argentina, passou a chamar-se FORA a partir de 1904. Inicialmente plural, aderiu ao anarquismo em 1905. Em 1915, o IX congresso eliminou a adesão ao anarquismo, ocasionando a desfiliação de vários sindicatos que criaram a FORA V. A FORA IX se autodissolveu em 1922, participando da fundação da USA (União Sindical Argentina), que por sua vez seria uma das fundadoras da CGT (Confederação Geral do Trabalho), em 1930. A FORA anarquista foi perdendo importância e na década de 1930 praticamente já havia desaparecido (GODIO, 1983, p. 134). A consulta sobre as datas foi realizada na *Wikipedia* (<http://es.wikipedia.org/wiki/FORA>).

⁹ Em relação à diferença entre partido e sindicato Trotski define que: “Quanto mais amplas são as massas que os sindicatos abrangem, melhor eles cumprem sua missão. Um partido operário, ao contrário, se prestigia somente se for ideologicamente homogêneo, ligado pela unidade de ação e de organização” (TROTSKI, 1978, p. 31).

¹⁰ A Lei Saénz Peña implementada em 1912, garantindo sufrágio masculino universal e secreto aos argentinos, era a bandeira principal da União Cívica Radical, segundo Milcíades Peña esta foi a única medida “radical” adotada por este partido. “Todas las otras reivindicaciones enteramente democráticas y burguesas pero realmente *radicales* – es decir que iban a la raíz de los problemas nacionales – tales como la distribución de las tierras de los terratenientes y la liberación del país de jugo imperialista británico le eran completamente extrañas al partido de Hipólito Irigoyen” (PEÑA, 1973, p. 9). Segundo Peña, os radicais afastaram a oligarquia do exercício direto do poder político, mas preservaram seus interesses. Coggiola ressalva que o radicalismo, assim como o peronismo, “aun no siendo consecuentemente democráticos y antiimperialistas, aun concluyendo postrados ante la oligarquía y la opresión foránea, no dejaban de expresar convulsivamente, en la

presidente. Neste período houve uma expansão da sindicalização. A FORA IX passou de 20 mil filiados em 1915, para 500 mil em 1919 (DÍAZ, 1999). A conflitividade operária também cresceu. Segundo Beired, de 1911 a 1916 houve 525 greves na capital federal, com 111.217 operários. De 1917 a 1921 foram 993 greves na capital federal, com 851.837 operários.

A postura do presidente diante das greves oscilava. Seu governo tinha a intenção de conquistar o proletariado: implantou leis trabalhistas, limitou a jornada de trabalho para oito horas por dia e em alguns conflitos atuava como mediador entre trabalhadores e patrões. Em outros, o aparelho repressivo do Estado substituía a fachada democrática. Yrigoyen estabeleceu uma aliança com a corrente sindicalista, favorecendo-a em determinados momentos. Beired destaca a indefinição política desta corrente, que acabava sendo utilizada para fins antioperários:

Fortemente permeado pelo economicismo, visando somente a melhorias econômicas para o operariado e desconsiderando as questões de fundo político, o sindicalismo situava-se num campo de indefinição ideológica que o tornava passível de se prestar a interesses na realidade contrários aos da classe operária. Na Itália, o mesmo sindicalismo-revolucionário foi um dos pilares do regime fascista. Mussolini não economizava palavras para enaltecer a importância do sindicalismo-revolucionário na construção e manutenção do fascismo (BEIRED, 1984, p. 36).

Em dezembro de 1918 cria-se o caldo de conflitos que culminarão na Semana Trágica. As greves se espalham: marinheiros, trabalhadores do transporte urbano, ferroviários, frigoríficos, petroleiros da Patagônia, servidores municipais, até os policiais de Rosário cruzaram os braços por melhorias salariais. Somaram-se a isto manifestações em apoio à Revolução Russa. Neste mês, a greve na metalúrgica Vasena recrudescceu, com dois mil operários, cujo sindicato era parte da FORA anarquista. As reivindicações eram: recomposição salarial, redução da jornada de onze para oito horas, descanso dominical e reincorporação dos delegados demitidos por causa da greve.

Em sete de janeiro, fura-greves contratados pelos donos da Vasena, se enfrentaram com os trabalhadores que faziam piquetes nas portas da fábrica. A

movilización de las clases explotadas que los sostenían, la rebelión de las fuerzas productivas nacionales contra el atraso oligárquico y la opresión imperial" (COGGIOLA, 1986, p.10).

polícia também interveio, deixando um saldo de 4 mortos e 40 feridos. Em uma encruzilhada histórica, entre os soldados e bombeiros que reprimiram os operários estava o então jovem tenente Juan Domingo Perón. Inicia-se a Semana Trágica, que vai até o dia 13. As duas FORA chamam uma greve geral em todo o país. No dia seguinte, vários sindicatos somaram-se à paralisação. Segundo Hernán Díaz (1999), o clima da cidade já começava a evidenciar a tendência à greve geral. Trabalhadores faziam piquetes nas ruas e chamavam operários de outras fábricas para aderirem.

O cortejo fúnebre dos operários assassinados foi acompanhado por 100 trabalhadores armados. A polícia atirou sobre os manifestantes com estimativas de 12 a 50 mortos. Houve tiroteios por toda a capital. No entorno da metalúrgica Vasena, os operários saíram vitoriosos do conflito com a polícia. Durante o dia, ocorreram mais mortes e prisões, 500 operários atacaram a delegacia para libertar companheiros presos. O ponto máximo da greve geral se deu entre os dias 10 e 13. Díaz (1999) relata que praticamente todos os sindicatos aderiram, inclusive no interior do país.

O governo cercou a cidade com tropas do exército e obrigou os donos da Vasena a aceitar as reivindicações para pôr fim à greve. A FORA IX aceitou um acordo e decidiu chamar a volta ao trabalho. Mas sua base discordou e continuou nas ruas. Diante da insubordinação do proletariado, a imagem de conciliador entre capital e trabalho, cultivada por Yrigoyen, se desfez. O presidente militarizou a cidade e permitiu aos conservadores que organizassem milícias que perseguiram grevistas: “La oposición conservadora, apoyada por el capital inglés, planteaba hasta 1919 que el gobierno radical tenía ‘mano blanda’ con los obreros, pero con la Semana Trágica Yrigoyen va a demostrar que es capaz de combinar negociación con ‘mano dura’” (DÍAZ, 1999).

Os sindicalistas, apesar da força da greve, percorriam os corredores ministeriais para forçar um acordo com Vasena. Os anarquistas continuavam nas ruas, impulsionando a greve. A disposição dos operários mostrou-se quando o chamado a voltar ao trabalho, feito pela FORA IX, foi desconsiderado. Apesar disso, a somatória da repressão da polícia, exército, milícias e prisão dos dirigentes anarquistas levou a FORA V a levantar a greve.

Sartelli (2005, p. 32) apresenta os dados dos jornais da época, para o *La Vanguardia* a Semana Trágica resultou em 700 mortos e 2.000 feridos; para o

La Nación 100 e 400; os presos foram de 20 mil a 50 mil. As lutas continuaram em ascenso até 1920. A FORA IX colocou-se como direção, mas a FORA V também cresceu na seqüência. A Liga Patriótica (milícia dos conservadores) manteve-se ativa, ajudando os setores patronais a gerar massacres operários em greves posteriores.

Em 1921, uma nova greve geral exigiu que o governo desarmasse a Liga Patriótica, derrubasse as leis repressivas e libertasse os operários presos. A resposta de Yrigoyen foi a prisão de todos os dirigentes, inclusive os da FORA V, encerrando-se este ciclo da luta de classes em que a Semana Trágica foi o ponto central.

O que foi derrotado na Semana Trágica foi a tendência insurrecional encabeçada pelos anarquistas. Não houve, por parte da direção, a formulação de bandeiras que unificassem o conjunto do movimento operário e muito menos o chamado de marchas contra o poder político. O anarquismo – caracterizado por Díaz (1999) como um motor do movimento, que se recusava a ser a cabeça, a direção que levasse o proletariado à tomada do poder –, depois de 1919, foi desaparecendo como direção operária.

Destaca-se na Semana Trágica a atuação do sindicalismo reformista. O sindicalismo revolucionário, nascido em 1896 com um discurso de esquerda, em um pouco mais de duas décadas converteu-se em uma trava burocrática, instalou-se nos principais sindicatos e apoiou-se na camada mais “aristocrática” da classe operária.

2.2.1 Alguns Paralelos entre a Semana Trágica (1919) e o Argentinazo (2001)

Sartelli (2005, p. 41) analisa que estes dois momentos de luta ocorrem sob governos democráticos (e coincidentemente radicais - UCR), e resultam em mortes do lado das forças populares. O que diferencia os dois acontecimentos é principalmente a composição social. No primeiro, a classe operária marchou sozinha, enquanto no levante de 19 e 20 de dezembro de 2001, foi para as ruas junto com a pequena burguesia.

O uso inicial da Liga Patriótica, no início do século XX, em que os capitalistas intervieram diretamente nos conflitos, ajudou a manter uma imagem neutra do Estado. Mas quando o governo de Yrigoyen mandou o exército reprimir civis argentinos, ficou mais difícil manter esta máscara: “La Semana Trágica no hace más que desnudar los mecanismos reales de dominación y viene a decirnos que, en última instancia, el núcleo, el elemento duro de la dominación, el elemento clave del orden, es la violencia cruda y sencilla (SARTELLI, 2005, p. 41).” Evidenciou-se, às custas do sangue de centenas de operários, a incompatibilidade entre capitalismo e democracia efetiva.

Os fatos protagonizados pelo anarquismo no início do século, pela distância temporal, chegam aos dias atuais revestidos de uma aura romântica. As debilidades desta corrente, que segundo Sartelli desempenhou historicamente um papel antiorganizador, individualista e conservador, ficam ocultas sob a imagem da combatividade. É esta a imagem cultivada pelo ressurgimento do anarquismo nos anos 1960, entre estudantes, nos atuais movimentos antiglobalização e por algumas camadas do movimento de desempregados e das assembléias populares.

O papel antiorganizador do anarquismo evidencia-se na maneira como aborda a ação política do proletariado. Apesar de negarem-se a constituir um partido, acabavam atuando como tal. Não é a participação em eleições que define um partido: “Un partido es toda fuerza social organizada cuya voluntad se expresa en un programa, consciente o inconscientemente asumido” (SARTELLI, 2005, p. 43). Sendo assim, como exposto anteriormente, os anarquistas fizeram dos sindicatos e centrais seu partido, chegando a impor ao movimento operário a obrigação de professar seu ideário, provocando várias divisões. Outro elemento antiorganizador é o culto ao espontaneísmo¹¹.

Os acontecimentos de 19 e 20 de dezembro de 2001 foram exaltados pelos teóricos do autonomismo, como Raúl Zibechi (2003, p. 17), justamente por sua falta de instâncias organizativas. Para Sartelli há uma matriz comum tanto no antipartidarismo do anarquismo do início do século XX, como no autonomismo do *Argentinazo*. Este apoiava-se tanto na decepção de parte significativa da pequena-burguesia, fator importante para a condução de Fernando

¹¹ Sobre o espontaneísmo, Ernest Mandel (s/d) realiza uma discussão interessante em *La teoría leninista de la organización*, sugere que sob a “casca” de qualquer movimento espontâneo pode-se encontrar um “fio vermelho” que o ligará a militantes de partidos, sindicatos e a lutas anteriores.

de la Rúa à presidência da República, como em setores dos desempregados, os MTDs, para os quais bloquear o contato com partidos seria a melhor maneira de impedir o oportunismo.

Que terminaran todos bajo el ala de Kirchner, era la consecuencia lógica, de la misma manera que el anarquismo se disolviera ante la corriente sindicalista, por derecha, y el Partido Comunista, por izquierda. Pero en ambos casos, lo que está fuera de sus respectivos horizontes, es la revolución como estrategia, no importa cuáles sean los planteos literario-discursivos (SARTELLI, 2005, p. 44).

Fazendo um balanço, do que se deve resgatar ou descartar do anarquismo, Sartelli aponta que minimizar o papel do Estado em um processo revolucionário, no momento em que o proletariado precisará de uma maquinaria para derrotar a contra-revolução, é o caminho para o fracasso. Contrapondo-se à imagem romântica do anarquismo, defende que “un individuo así o un movimiento político así, no es moralmente admirable; todo lo contrario, como todo general que guía sus tropas a una derrota segura, es un criminal. Porque revolución que pierde es contrarrevolución que gana. Es decir, el que pierde, muere” (SARTELLI, 2005, p. 45).

O aspecto a ser resgatado e que podemos ver em parte dos movimentos piqueteiros e levantes populares mais recentes é a ênfase na ação direta das massas, a organização assembleária e a utilização de medidas antiburocráticas.

2.2.2 O Surgimento do Peronismo

O proletariado argentino sofreu uma derrota histórica na Semana Trágica, aprofundada pela ditadura de José Félix Uriburu (1930-1932) e pela repressão política posterior. A direção do movimento passou a ser hegemonizada pelo Partido Comunista (PC) argentino, com suas frentes populares, que subordinavam o proletariado a uma fração “progressista” da burguesia e pelo Partido Socialista (PS), que já surgiu sob a orientação do revisionismo bersteniano. Estas

direções, pela política de conciliação de classes que cultivaram, prepararam o terreno para que o nacional-reformismo se enraizasse na classe operária.

Murmis e Portantiero passam em revista a tese de que tanto a justificativa do “caráter revolucionário” do peronismo ou da heteronomia do movimento operário se devessem aos contingentes de trabalhadores recém chegados do campo. Recolocam em cena a participação dos “velhos” operários no surgimento do peronismo; discordam que a adesão ao movimento nacional-popular expressasse passividade das massas trabalhadoras; e destacam a continuidade programática em relação ao sindicalismo anterior a Perón (1973, p. 63).

Carrera complementa que na década de 1930 a estratégia majoritária do movimento operário organizado sindical e politicamente (referindo-se ao PC e PS) era a de integração ao sistema institucional, ou seja, não destruir o sistema, mas fazer parte. Assim, o nacional-reformismo pós-1945 seria uma continuidade, a consequência desta estratégia. A principal ruptura, entre o movimento antes e depois de 1945 é que mesmo em versões reformistas havia antes de Perón a formulação de uma estratégia anticapitalista, mesmo como meta futura e distante. Já no ideário peronista, esta nova sociedade já estava construída, não havendo a necessidade de romper com o capitalismo. Abandona-se a meta socialista no momento em que o enfoque passa a ser o da “humanização” do capitalismo (CARRERA apud ANRED, 2007).

Um dos elementos de continuidade foi que os sindicalistas que atuaram como funcionários do Estado foram recrutados principalmente no seio do sindicalismo revolucionário, que já tinha como prática a não adesão a partidos para não prejudicar as conquistas sindicais, mantendo boas relações com os governos de turno, de Yrigoyen a Perón. (SARTELLI, 2005, p. 65).

Após a crise de 1929, o desenvolvimento industrial argentino conseguiu contrabalançar a crescente crise estrutural da agricultura. Muitos pequenos proprietários perderam suas terras e acabaram engrossando as fileiras do proletariado industrial. O aumento numérico da classe operária e as dificuldades econômicas originaram, apesar da repressão estatal, um ascenso do movimento operário. Em janeiro de 1936 uma greve geral paralisou por dois dias a capital federal, resultando na criação da CGT – Confederação Geral do Trabalho.

No início da década de 1940, iniciava-se um período de prosperidade e plena ocupação. Peña (1973, p. 54) apresenta o cenário de burocratização dos sindicatos dirigidos pelos socialistas e comunistas, para o autor estas direções expeliam os novos trabalhadores ao colocar as organizações sindicais a serviço da colaboração com setores da burguesia. O relato de um operário madeireiro, dirigente da greve de 1936, evidencia o reflexo desta política: “Todo esto trae el desaliento, el que se refleja en la baja de cotizaciones y en la falta de entusiasmo y concurrencia a todos los actos y asambleas que realiza el sindicato donde dirigen reformistas y stalinistas” (FOSSA apud PEÑA, 1973, p. 55). Em 1942, a CGT divide-se em duas organizações, uma controlada pelo PC e outra pelo PS, ambas burocratizadas.

A Argentina vive, em 1943, sob a ditadura do General Pedro Pablo Ramírez. Jornais foram fechados, houve intervenção nas universidades, prisão de sindicalistas considerados comunistas e dissolução de partidos políticos. A partir de dezembro daquele ano, no posto de Secretário do Trabalho e Previdência, o coronel Juan Domingo Perón promoveu ações que levaram à estatização dos sindicatos. Afastou a burocracia sindical comunista com a ajuda dos socialistas, posteriormente afastados também. Conciliando suborno e repressão, Perón escolheu os dirigentes sindicais que comporiam a nova CGT, que funcionava como uma repartição estatal. Era a secretaria que julgava quais sindicatos eram legais, lançando os outros na clandestinidade. Para que os trabalhadores entrassem nos sindicatos estatizados foram oferecidas melhorias concretas em suas condições de vida (PEÑA, 1973, p. 56).

A situação econômica possibilitava uma política bonapartista. A taxa de lucro dos capitais crescia constantemente, com o ciclo de prosperidade, era possível conceder melhorias aos operários sem prejudicar os interesses fundamentais da burguesia. Os setores patronais, porém, acusavam Perón de incitar a classe operária contra eles. Peña avalia que as demandas operárias se não fossem concedidas pela via estatal, seriam exigidas por meio das lutas e organizações autônomas: “El bonapartismo del gobierno militar preservó, pues, al orden burgués, alejando a la clase obrera, sumergiéndola en la ideología del acatamiento a la propiedad privada capitalista” (PEÑA, 1973, p. 71). O próprio Perón em discurso na Bolsa de Comércio de Buenos Aires, em 1944, trata de desfazer a imagem de que seria anticapitalista, mostrando que sua “organização” da classe

operária visava à manutenção da ordem. Assim, as massas perigosas, seriam as não organizadas, pois poderiam provocar um “cataclismo social” que colocaria em perigo as riquezas do campo e da cidade.

Dentro de este objetivo fundamental e inmediato que la Secretaría de Trabajo y Previsión persigue, radica la posibilidad de evitar el cataclismo social que es probable, no imposible. El capitalismo en el mundo ha sufrido durante esta guerra un golpe decisivo. El resultado de la guerra 1914-1918 fue la desaparición de un gran país europeo como capitalista: Rusia (PERÓN apud PEÑA, 1973, p. 72).

Neste discurso, o Secretário do Trabalho prognosticava que toda a Europa seria absorvida pelo anticapitalismo. No continente americano, Perón sentia “um fantasma rondando” principalmente o Chile e a Bolívia: “A los indios de las minas parece que les ha prendido el comunismo como viruela” (PERÓN apud PEÑA, 1973, p. 72), Paraguai e Brasil também eram possíveis candidatos ao anticapitalismo.

Assim, Perón reafirmava sua defesa do modo de produção capitalista:

Se ha dicho, señores, que soy enemigo de los capitales, y si ustedes observan lo que les acabo de decir no encontrarán ningún defensor, diríamos, más decidido que yo porque sé que la defensa de los intereses de los hombres de negocios, de los industriales, de los comerciantes, es la defensa misma del Estado. Yo estoy hecho en la disciplina (PERÓN apud PEÑA, 1973, p. 73).

O exemplo da Guerra Civil Espanhola ilustrava os “perigos” contra os quais Perón seria o antídoto. Ele explicava que os operários espanhóis ganhavam mais que os argentinos, e os capitalistas de lá conseguiam taxas de 30 a 40% de lucro, enquanto na Argentina:

Nosotros tenemos en este momento - ¡Dios sea loado, que ello ocurra por muchos años! – industriales que pueden ganar hasta el 1.000%. En España se explicó la guerra civil. ¿Qué no se explicaría aquí si nuestras masas de criollos no fuesen todo lo buenas, obedientes y sufridas que son? (PERÓN apud PEÑA, 1973, p. 73).

Peña apresenta o nacionalismo peronista como uma variante da defesa do imperialismo inglês e dos interesses capitalistas que se estruturavam em torno deste, mas o diferencial estava na classe que sustentava este enfrentamento ao imperialismo norte-americano: o jovem e potencialmente revolucionário proletariado argentino.

Em 1945, partiu da embaixada americana uma ampla campanha por eleições e contra Perón, apoiada internamente pela burguesia industrial. Esta fração de classe, segundo Peña, era como um anão que crescia entre dois gigantes: o capital internacional e o proletariado fabril. Mesmo a fração latifundiária da burguesia, tradicionalmente inimiga dos EUA, apoiou a campanha. Todos os partidos tradicionais se uniram no combate ao regime militar, inclusive o Partido Comunista. Em outubro de 1945, partiram dos bairros aristocráticos, com o apoio da pequena-burguesia, manifestações que deram corpo ao intervencionismo norte-americano.

Diante do quadro de tensão política crescente, uma fração do exército contrária a Perón pressionou o então presidente Edelmiro Farrell a afastá-lo de seus cargos (Secretário do Trabalho, Ministro de Guerra e vice-presidente da Argentina). Em nove de outubro de 1945, Perón foi preso. Ao tomar conhecimento da notícia, os sindicatos começaram a se mobilizar. No dia 17 de outubro, uma multidão encheu a Praça de Maio e Perón retornou triunfalmente, lançando-se como candidato a presidente para 1946. Este foi o “dia da lealdade”.

A exigência de retorno de Perón não partiu da CGT, mas sim das organizações sindicais mais ativas, foram os dirigentes sindicais menores que prepararam o 17 de outubro. Contrariando os teóricos que explicavam a força do peronismo a partir dos novos operários recém chegados do campo, os protagonistas deste dia, os que percorreram as fábricas de Buenos Aires foram os velhos sindicalistas de 1920, a chamada velha guarda da classe operária (SARTELLI, 2005, p. 71).

Sartelli aponta que neste período a classe operária teve uma estratégia reformista, conquistando com o peronismo, as melhores condições históricas para vender sua força de trabalho, conquistando direitos sociais e condições de vida comparáveis ou até superiores aos da classe operária norte-americana, inglesa ou francesa. Mas as conquistas econômicas não são suficientes para explicar por que a classe operária optou por este caminho, abdicando de sua meta socialista. Podemos encontrar na “doutrina” justicialista, alguns elementos que ajudam a compreender esta opção estratégica.

A ideologia peronista promovia a aparente subordinação do Estado ao movimento sindical, que conquistou protagonismo político e inserção institucional. Coerente com a ideologia nacional-populista, o peronismo buscava a total identificação dos interesses do Estado, conduzido por ele, com os interesses do

“povo”, esta entidade abstrata que oculta as divisões de classe. A defesa da pátria deveria estar em primeiro lugar, em segundo o movimento peronista e só depois os interesses dos homens.

Segundo Perón, no documento *20 verdades peronistas*, “los dos brazos del Peronismo son la Justicia Social y la Ayuda Social. Con ellos damos al Pueblo un abrazo de justicia y de amor.” A doutrina justicialista era definida como popular, profundamente cristã e profundamente humanista, responsável pela promoção do equilíbrio entre interesses individuais e comunitários.

Perón foi eleito e manteve-se à frente do Estado argentino de 1946 a 1955. Neste ano, os Comandos Civis (compostos por conservadores, radicais, socialistas, Marinha de guerra e setores da Igreja Católica) tentaram um golpe de Estado, bombardeando o centro de Buenos Aires, cheio de trabalhadores que foram desarmados à Praça de Maio, dispostos a defender seu “líder”, foram centenas de mortos. Perón declarou finalizada sua “revolução justicialista” e convocou os partidos opositores a dialogar para evitar uma guerra civil. Em 20 de setembro de 1955, as Forças Armadas derrubaram Perón. A CGT, setores do peronismo e até setores antiperonistas pediram armas para resistir ao golpe militar, mas Perón negou e exilou-se no Paraguai.

2.2.2.1 FPDS: em busca da síntese do anarquismo e peronismo

Apresentaremos algumas das formulações da FPDS quanto ao anarquismo e peronismo principalmente a partir dos livros de Guillermo Cieza, este militante do peronismo de base da década de 1970 é um dos principais dirigentes (os autonomistas preferem a nomenclatura “referente”) da Frente Popular Darío Santillán, tendo contribuído desde o início para o desenvolvimento do movimento piqueteiro em La Plata, em contato com os MTDs do sul de Buenos Aires.

Apesar de traçar paralelos entre o movimento piqueteiro e o zapatista, ou o dos trabalhadores rurais sem-terra (MST), Cieza defende que a FPDS não necessita buscar em outros países referências para construir sua organização, em seu próprio país, a história já fornece elementos para avançar rumo a um projeto de transformação social. A fórmula seria uma síntese das duas

principais tradições do movimento operário argentino: o anarquismo e o peronismo: “Corresponde al anarquismo el mérito de haber organizado tempranamente al movimiento obrero, corresponde al peronismo haber contribuido a desarrollar una de las clases obreras más combativas del mundo” (CIEZA, 2004, p. 136).

Em comum com os anarquistas, os MTDs autonomistas têm a convicção de que a transformação social é um projeto futuro, mas que deve ser iniciado no presente, por meio de novas relações que estimulem o surgimento e consolidação de organizações e indivíduos autônomos. Para ele, isto marca uma ruptura com o pensamento clássico da esquerda marxista, que relegaria as mudanças apenas para o período posterior à tomada do poder (CIEZA, 2004, p. 136).

Assim, o ponto alto das experiências anarquistas, para o autor, foi o desenvolvimento de construções sociais autônomas sólidas, capazes de expressar e elevar o estado de consciência das massas trabalhadoras, organizadas na FORA. Seu demérito, para Cieza, foi a forma de lidar com a política, que apesar de ser entendida como um inimigo histórico dos trabalhadores, é um requisito indispensável para que as transformações sejam profundas e amplas e possam garantir a continuidade das organizações autônomas. (CIEZA, 2004, p. 136-137).

Quanto ao peronismo, Cieza inverte a valoração dos pontos analisados. Apesar da enorme capacidade de luta e disposição para estabelecer alianças para derrotar os ditadores militares, este movimento tinha seu ponto fraco na falta de uma política própria, baseada no desenvolvimento de organizações autônomas.

Assim, Cieza conclui que os anarquistas eram fortes no estratégico, entendido como desenvolvimento de construções sociais autônomas e fraco no político, ou seja, eram incapazes de conduzir amplas massas populares e construir uma política de alianças. Já os peronistas eram fortes no político, possuíam amplas alianças, mas eram fracos no estratégico, subordinando-se a projetos alheios.

Diante disto, Cieza propõe uma síntese e ressalta a recusa à “pirâmide leninista”:

El aporte más serio a la pretensión de que organizaciones de militantes expresen a los trabajadores, o al menos puedan arrimar a esa pretensión, está dado por las concepciones autonomistas. Allí se desconoce la idea de saber revolucionario o partido de la clase como categorías valoradas a priori y se las reemplaza por aportes teóricos y herramientas con vocación revolucionaria, reservando la valoración definitiva al juicio de la historia. (CIEZA, 2004, p. 139).

Sua fórmula organizativa deveria, portanto, somar a pirâmide invertida do anarquismo, ou seja, assembleária, à pirâmide clássica (identificada com o peronismo, em que o verticalismo era valorizado, o que pode ser observado no papel de condução do General Perón) para projetar sua política para as massas desmobilizadas. O ideal, para o autor, é que a síntese leve a um movimento político de massas que não se organiza para discutir políticas, mas sim para executá-las, os modelos seriam os partidos de Fidel, o movimento de Khadafi, ou de Chávez (CIEZA, 2004, p. 140).

Da maneira como os dois movimentos são apresentados, privilegia-se a análise das fórmulas organizativas, sem que se discuta a relação entre a forma de organização e política de alianças com a estratégia de reformas no capitalismo ou revolução social. Assim, ao discutir em abstrato a capacidade de alianças do peronismo, sem considerar qual era a que classe social que representava este movimento, perde-se a oportunidade de aprender com este período da luta de classes argentina.

Ao analisar a política peronista, Cieza defende que o nacionalismo nos países centrais tem um caráter imperialista e é apoiado em classes médias. Mas nos países periféricos só pode alcançar projeções massivas e perdurar se tiver um caráter antiimperialista e for apoiado nos trabalhadores. O que percebemos, porém, ao longo das experiências nacionalistas em nosso subcontinente são os limites deste “nacionalismo”. A trajetória do MNR (Movimento Nacional Revolucionário) boliviano, da APRA (Aliança Popular Revolucionária Americana) peruana e do PRI (Partido Revolucionário Institucional) mexicano ilustra a tese de que o nacionalismo, nos países atrasados não consegue ser conseqüentemente antiimperialista. Pode apresentar-se provisoriamente como tal, mas tende a revelar-se como expressão das burguesias nacionais impotentes para romper com o imperialismo.

As tarefas democráticas, dentre as quais está a libertação nacional, passam assim a compor o programa do proletariado. Não se trata de descartar a diferenciação entre burguesia nacional e imperialista, mas sem uma caracterização dos limites do nacionalismo burguês, deixam-se as massas trabalhadoras amarradas a um projeto antagônico a seus interesses, indefesas para os ataques que inevitavelmente seguem o momento em que esta mesma burguesia nacional se sente ameaçada pelas massas, e busca o apoio do imperialismo para manter seus interesses fundamentais.

Para Cieza, o objetivo de Perón era impulsionar o desenvolvimento nacional capitalista, pressionando a oligarquia agroexportadora associada ao capital inglês, apoiado no exército e na mobilização dos trabalhadores. Quanto ao papel de defensor do capitalismo, expresso no discurso de 1944, na Câmara de Comércio, Cieza aponta que não havia lutas sindicais ou insurreições prévias ao ascenso de Perón que indicassem que ele chegou ao governo para impedir que os trabalhadores chegassem ao socialismo. O discurso em que ele diz exatamente isto (citado anteriormente) deveria ser, portanto, compreendido apenas como uma tentativa de agradar ao público. (CIEZA, 2006, p. 66).

Cieza divide o governo de Perón tendo como marco 1950. Até então o presidente combinou reformas políticas, econômicas e sociais com a tentativa de anular qualquer organização autônoma dos trabalhadores. O autor nega que as conquistas sociais tivessem sido concedidas de cima para baixo, alegando que de 1946 a 1948 viveu-se um dos períodos de maior conflitividade sindical na Argentina.

Já a partir de 1950, Perón e o exército passaram a controlar e disciplinar a mobilização popular, debilitando a política antiimperialista e a pressão contra a oligarquia. A morte de Eva Perón marcou simbolicamente a quebra da vontade de transformação política e conseqüentemente a recuperação do poder pela oligarquia e sócios dos Estados Unidos. Cieza defende o simbolismo de Evita como “el peronismo que no pudo ser”, daí que seja comum encontrar nos MTDs o retrato da primeira-dama (CIEZA, 2004, p. 105).

2.3 GUERRILHAS, “AZOS” E MAIS PERONISMO

Com a queda de Perón em 1955, o peronismo passou a ser proscrito. A partir do exílio, o ex-presidente orientava a resistência. Miguel Mazzeo explica que a “Revolução Libertadora”, autodenominação do golpe militar de 1955, teve um caráter de “reação burguesa”, de ofensiva antioperária. Para o autor, também militante da FPDS, isto fez com que os militantes peronistas pudessem adquirir uma visão “classista” do inimigo (2005, p. 1). A repressão desatada nesta ditadura e nos governos seguintes fez com que se alterasse, para Mazzeo, a concepção de que o Estado seria o árbitro da luta de classes. Esta mudança era sentida nas bases e em alguns dirigentes do peronismo e levou à necessidade de organizar-se “a partir de baixo”.

Um exemplo desta visão é o documento “De base y con Perón”, em que podemos ler:

La contrarrevolución gorila de 1955 fractura al país em dos campos inconciliables: el campo del pueblo, cuya expresión política es el peronismo y su vanguardia la clase obrera; y el campo del imperialismo y las clases dominantes que intentan pacificar, integrar o destruir al movimiento popular. (DE BASE, [196-?]).

No mesmo documento afirma-se que peronismo era sinônimo de consciência de classe. É preciso questionar, porém, os limites deste elemento “classista”. Inicialmente, destacamos que a definição pelos “de baixo” típica do peronismo de base, e que pode ser encontrada nas formulações da FPDS, indica uma indefinição de classe. E mesmo nos casos em que se fala da classe operária, até como vanguarda, como podemos ver no documento citado acima, percebe-se seu limite na continuidade do reconhecimento do general Juan Domingo Perón como liderança, e assim, por mais que se formulassem bandeiras como “poder operário”, levantada pelo Peronismo de Base, ainda se reforçava que o caminho para isto passava pelo retorno de Perón que, em última instância, representava os interesses da burguesia.

Deste período, selecionaremos alguns momentos por sua importância no processo de constituição do proletariado argentino e para compreender as experiências reivindicadas pelas FPDS. David Rock afirma que o

período após a queda de Perón, em 1955, conduziu a uma situação de virtual guerra civil, e de ditadura nos anos 1970, sendo substituído por uma frágil democracia apenas na década de 1980.

A lo largo de este período de treinta años, el movimiento nacionalista, en mayor o en menor grado, influyó fuertemente en las más importantes instituciones argentinas: las Fuerzas Armadas, la Iglesia, los partidos políticos y los movimientos de masas, e inclusive en los grupos insurreccionales de izquierda, que terminaron adhiriendo a la “lucha armada.” (ROCK, 1993, p. 201).

Assim, examinaremos a constituição dos grupos armados peronistas e da esquerda “marxista”; pelo *Cordobazo* e outros levantes populares; e pelo surgimento das Coordenadoras Fabris, abortadas pelo golpe militar de 1976. Procuraremos observar neste período, a constituição das classes como forças sociais, suas articulações e o esboço de uma ruptura com o nacional-reformismo.

Uma insurreição popular em janeiro de 1959 selou o fim do pacto entre Arturo Frondizi (1958-1962) e Perón, que no ano anterior trocaram o apoio do peronismo a sua candidatura, ao retorno de conquistas operárias e retorno da CGT. Localizada inicialmente no bairro portenho de Mataderos, a partir da greve dos trabalhadores do Frigorífico Lisandro de la Torre contra a privatização, a luta expandiu-se chegando a converter-se em uma greve nacional.

Este período foi marcado pelo alto grau de repressão e militarização. As condições de vida e organização operárias foram duramente atacadas. A pequena burguesia também foi atingida, principalmente nas Universidades, acossadas pelo militarismo, ameaças de privatização e retomada do poder da Igreja. É importante destacar que sob o governo peronista, a pequena-burguesia, em especial os estudantes, estava apartada da classe operária e encontrou abrigo na União Cívica Radical. A oposição entre “livros e alpargatas” simbolizava este distanciamento.

Beba e Beatriz Balvé descrevem o período de 1955 a 1969 como anos de militarização do mundo operário, de golpes de Estado, Estado de sítio, prisões, perseguições e torturas. Com exceção das organizações econômico-corporativas da oligarquia financeira, todos os setores sociais ou grupos político-ideológicos haviam sido violentados direta ou indiretamente por alguma instância do Estado, sobretudo o aparelho repressivo.

Alternativa y progresivamente, peronistas, radicales, socialistas, comunistas, marxistas, intelectuales, estudiantes, obreros, sindicalistas, dirigentes barriales, dirigentes vecinales, escritores, pintores, editoriales, artistas, curas, pobres, y militares, fueron reprimidos militarmente (BALVÉ; BALVÉ, 2005, p. 150).

Em contrapartida, porém, as formas de resistência abarcaram desde setores que se imiscuíram nas disputas eleitorais interburguesas, setores que adotaram o voto em branco, resistência peronista armada ou desarmada, barricadas, atos relâmpago, greves, ocupação de fábricas e territórios sociais, atentados, chegando até às guerrilhas.

A opção pelas armas iniciou-se com o movimento Tacuara, de 1957, composto por estudantes de organizações católicas, expressava as idéias do revisionismo histórico. Na década de 1960, o Tacuara se tornou um grupo de violentos ultra-direitistas, adeptos do nazismo. Em 1966, o Tacuara se dissolveu. Para Rock, “las bandas armadas eran un síntoma alarmante de la profundización de la crisis política” (ROCK, 1993, p. 213).

Sobre os grupos armados no interior do peronismo, Rock destaca as FAP (Forças Armadas Peronistas), FAR (Forças Armadas Revolucionárias), Montoneros, ERP (Exército Revolucionário do Povo), braço armado do PRT (Partido Revolucionário de Trabalhadores) de Mario Santucho, que teve sua fase trotskista ao aproximar-se de Nahuel Moreno. Destes, apenas o ERP se dizia marxista. Os peronistas, particularmente os Montoneros, eram em sua maioria católicos que se definiam como socialistas, mas se opunham ao “comunismo ateu e internacional” (ROCK, 1993, p. 218). Os Montoneros, assim como o peronismo de base, mantinham um vínculo estrito com as a esquerda clerical que, por sua vez, manifestava muitos vestígios do movimento nacionalista. (ROCK, 1993, p. 219).

2.3.1 Nacional-Reformismo com Fuzis

A pequena-burguesia começou a se radicalizar na década de 1960, num momento de refluxo do movimento operário, no intervalo entre a luta de Mataderos e o *Cordobazo*. Mas os ataques do governo atingiam o proletariado e a pequena burguesia, sobretudo nas universidades. Os golpes de estado sucessivos

fragilizaram a atuação parlamentar, território propício para a atuação das classes médias.

Com a “Revolução Libertadora”, parte deste setor passou por um processo de peronização (EIDELMAN, 2004, p. 52); outros incorporaram-se ao Partido Comunista; fortaleceram-se as tendências ligadas à guerrilha e à “esquerda nacional”. Ao radicalizar-se, avalia Sartelli, a pequena burguesia não encontrou a estratégia do proletariado, foi atraída pelas formulações foquistas, que acabaram a distanciando mais da classe operária:

Lo que aparece bajo la forma de guevarismo en Argentina no es más que un reflejo de la estrategia política del campesinato guiado por fuerzas de izquierda revolucionaria. Por eso la pequeña burguesía argentina, en vez de ligarse a la clase obrera, desarrolló una estrategia que la alejaba de ella. (SARTELLI, 2005, p. 90).

Tentando adaptar os métodos guerrilheiros à realidade argentina, que na década de 1960 já possuía 70% da população nas cidades, predominou a guerrilha urbana, apesar de alguns focos rurais nas províncias de Tucumán e Salta, ao norte. Sartelli (2005) apresenta esta ação como um bloqueio permanente à construção de um partido revolucionário, em geral nutrido por setores da pequena burguesia. Mesmo a ação sindical só foi reconsiderada pelos grupos armados a partir de 1973.

A aposta na guerrilha era tamanha que o jornal do PRT (Partido Revolucionário dos Trabalhadores) de Santucho, uma semana antes do Cordobazo, dizia que era suicídio enfrentar a repressão sem preparo militar anterior, e sugeria que os atos públicos só deveriam ser realizados onde os setores populares estivessem organizados militarmente. E enquanto isto não acontecia, o caminho era preparar milhares de ações clandestinas (COGGIOLA, 1986, p. 62). Apesar da indicação do PRT, que jogou um papel político importante no período, se realizou uma poderosa ação massiva do proletariado argentino, que colocou em prática a frente operário-estudantil e impôs à burocracia sindical a realização de uma paralisação nacional. Isto porque a força dos acontecimentos não residia na superioridade militar, mas sim na força política expressa na ação direta massiva e unitária que esteve presente também nos outros levantes populares como o Mendocinazo, Choconazo, Rocazo, dentre outros.

Tal situação das classes médias e sua aproximação com a guerrilha, em grande medida pode ser atribuída à atuação equivocada dos partidos de esquerda em relação ao peronismo, o que os deixou à margem do proletariado. Sartelli traça um panorama da constituição dos partidos após 1955. Em geral estas iniciativas, autodefinidas como nova esquerda, eram mais antiesquerda “tradicional” (PS e PC) do que antiperonista. A maioria dos programas não superava o frente-populismo e mantinha uma relação de dependência em relação ao peronismo. A “nova” esquerda agrupava frações trotskistas, maoístas, nacionalistas e guevaristas.

Diante da dificuldade ou falta de disposição para se confrontar com ideologia criada em torno do peronismo, formulavam saídas como o “entrismo”. Assim, mesmo os grupos que se diziam internacionalistas, viam-se obrigados a mostrarem-se “nacionais”, reforçando o que em princípio se propunham a combater. Com isso, segundo Sartelli (2005), o proletariado argentino vivia um drama em que o reformismo estava esgotado, mas a classe tinha dificuldades em abandonar essa estratégia.

Para que se tenha um painel da vinculação da esquerda ao peronismo, vejamos alguns exemplos: o Partido Comunista, que apontava Perón como fascista, quando este começava a ganhar força, apoiando a intervenção do imperialismo norte-americano para impedi-lo de chegar à presidência, após a proscricção, propôs em 1962 a formação de um partido único com o PSAV (Partido Socialista Argentino de Vanguardia) e o peronismo. (COGGIOLA, 1986, p. 48).

Os Montoneros e a esquerda peronista também contribuíram para dar fôlego à estratégia reformista, pois renovavam a roupagem do programa peronista, agora batizado como “socialismo nacional”, e não questionavam a liderança de Perón. Apenas organizações muito pequenas apontavam outra estratégia, mas sua pequenez indicava justamente a fragilidade da fração revolucionária.

As FAP-PB (Forças Armadas Peronistas - Peronismo de Base) constituem a experiência mais reivindicada pela Frente Darío Santillán, por isso é importante analisar sua política do período. Guillermo Cieza, militante do Peronismo de Base na década de 1970, e hoje dirigente da FPDS faz um paralelo entre os dois períodos, destacando o quanto elementos que hoje são vistos como novidades, já estavam presentes em sua antiga organização:

La idea de construcción de poder popular (o poder obrero) como opuesto a la idea de "asalto al poder"; la concepción de concretar la hegemonía de los trabajadores a través de la construcción y desarrollo de organizaciones autónomas de trabajadores y no de un partido obrero; la propuesta de organización político-estratégica como herramienta al servicio de la organización de los trabajadores y no como representación del sujeto, son aportes que están presentes en el plano teórico y práctico a principio de los 70 (CIEZA, 2003).

As FAP-PB se estruturam em torno dos objetivos de retorno de Perón e a defesa de uma pátria justa, livre e soberana. Segundo Marcelo Raimundo, inicialmente o agrupamento produz materiais com o discurso nacionalista e cristão, não se diferenciando muito de outros grupos peronistas como os Montoneros e Descamisados. A organização tinha como diferencial o questionamento implícito ao papel dirigente de Perón, uma vez que o consideravam como um quadro da burguesia. Com receio de confrontarem com a autoridade que o General tinha entre os trabalhadores, as FAP-PB utilizavam a retórica “quase revolucionária” deste para legitimar a política do agrupamento. Assim, apresentavam o dirigente máximo do justicialismo como um elemento em disputa. A consigna “Perón al poder: con los trabajadores y no con los traidores”, reflete uma sintonia com a idéia de que os ataques à organização e condições de vida dos trabalhadores eram de responsabilidade do entorno. (RAIMUNDO, 2007, p. 12).

Cabe destacar que, diferentemente dos Montoneros, as FAP-PB ressaltavam que era necessária a organização de base, independente da burocracia sindical para que pudesse ter maior peso na “disputa” no peronismo. Após a morte de Perón aparecem com mais frequência na imprensa das FAP-PB críticas diretas ao “Velho Perón”, inclusive afirmando que, no fundo, sua política era patronal. Há uma alteração na estratégia da organização após 1970, em que se assume a defesa do socialismo, mas não há um rompimento com a defesa anterior. As FAP-PB diziam que a bandeira de “pátria justa, livre e soberana” do programa peronista correspondia à “pátria socialista”, ou seja, estabelecia-se uma continuidade com o programa do justicialismo, que, em última instância, correspondia à defesa dos interesses da burguesia.

2.3.2 Levantes Populares e Ensaaios de Autonomia

Do final da década de 1960 até meados da década de 1970, destacam-se lutas que marcaram uma potencial ruptura da classe operária com a estratégia nacional-reformista. O marco desta possibilidade de política independente foi o *Cordobazo* e a seqüência de “azos” (levantes populares) e o surgimento das coordenadoras fabris, fruto da entrada em cena dos sindicatos combativos que passaram a travar uma luta antiburocrática pela recuperação dos organismos de representação dos trabalhadores.

O *Cordobazo* marcou retomada da estratégia insurrecional. Os combates de massas, ação direta, manifestações nas ruas constituíam ações que questionavam o Estado e potencialmente o capitalismo. Nesta experiência, os trabalhadores deixaram de esperar o trâmite das vias institucionais e passaram a agir sem as mediações estatais. A intervenção direta das massas na vida política indicava o esgotamento do reformismo. Chegou-se assim, à greve política de massas, que extrapolava a legalidade burguesa, âmbito de atuação do reformismo.

Neste período, a Argentina era governada por Juan Carlos Onganía (1966-1970) chefe de uma fração político-militar que instaurou uma ditadura para consolidar o poder político, a nova cúpula do poder era constituída pelo grande capital industrial nacional e internacional, principalmente norte-americano. Como antecedentes, ocorreram em 1968 grandes greves em setores petroleiros e automotivos. Internacionalmente, o Maio de 1968 na França reforçava a tendência de ascenso nas lutas.

O *Cordobazo* começou com a supressão do sábado inglês, em 13 de maio de 1969. Marchas de operários e estudantes acumularam-se nos dias seguintes. O Sindicato da Luz e Força e o SMATA, dos trabalhadores das montadoras de automóveis, desempenhavam um importante papel organizativo e preconizavam a necessidade de um poder proletário, alternativo que salvasse a classe e a nação. Um dos caminhos apontados era a unidade das CGTs.

Augustín Tosco, dirigente do Sindicato da Luz e Força, descrevia as medidas de Onganía que levaram ao *Cordobazo* como: retirada de representação legal dos sindicatos, desconhecimento das representações trabalhistas em organismos do Estado, imposição da arbitragem obrigatória, anulação do salário

mínimo vital e móvel; legislação contra os direitos de greve; anulação de lei de indenizações, suspensões, rebaixamentos de categoria, perda de salários, suspensão da estabilidade em várias convenções coletivas de trabalho, aumento da idade de aposentadoria, dentre outras (apud BALVÉ; BALVÉ, 2005, p. 77).

Os estudantes já estavam mobilizados desde o dia 15 de maio, em repúdio ao assassinato de Juan José Cabral, que participava de protesto contra a privatização e aumento do preço da refeição no Restaurante Universitário em Corrientes. Estudantes de Rosario também haviam se manifestado e um deles, Adolfo Bello, foi assassinado pela polícia. Em Rosario, operários e estudantes convocaram a marcha do silêncio, que foi duramente reprimida. Forjou-se a partir das lutas e da repressão um período de maior articulação de setores da pequena-burguesia e do proletariado.

Segundo Balvé e Balvé, ao assassinar estudantes, o Estado tinha o propósito de frear uma força social de enfrentamento e desarticular uma aliança de classes que poderia ocorrer sob a direção proletária. O período de ascenso das lutas, porém, fez com que a medida tivesse o efeito contrário, permitindo o alinhamento da maioria dos setores, classes sociais, e frações destas classes.

Ressalta-se neste período a possibilidade de “descorporativização”, apesar de entrarem na luta como operários e estudantes, dependendo da intensidade da luta chegava-se a um “momento de fusão” em que todos faziam parte de uma massa da qual emergiam os interesses do proletariado.

Fazia parte deste momento, a abertura das universidades aos operários, ao mesmo tempo em que os sindicatos se abriam para os estudantes. Para a burguesia, segundo as autoras, o elemento novo deste processo era a participação de seus filhos em uma política que poderia pôr em risco sua própria capacidade de reprodução como classe social. Já para o proletariado, não eram novos os métodos insurrecionais e a ação direta, mas sim a organização de um movimento com capacidade autônoma de luta.

La unificación del movimiento obrero organizado sindicalmente, bajo la iniciativa del aparato gremial de Rosario, determinado éste por las condiciones sociales generales y las formas que asumen las luchas políticas y sociales en esa estructura económico-social, lleva a traspasar las demandas económico-corporativas y coloca al movimiento obrero en relación de enfrentamiento con el estado mismo, con el gobierno del estado, siendo este momento el que crea las condiciones para establecer los primeros términos de unidad del movimiento obrero y el movimiento social de oposición política. Sus luchas traspasan el interés económico-corporativo profesional y con ello incorporan los intereses del grupo social más vasto. (BALVÉ; BALVÉ, 2005, p. 118).

As reivindicações do *Cordobazo* mantiveram-se nos marcos do reformismo, pois não se ultrapassavam a reivindicação de melhores salários e condição de trabalho. Mas apesar dos limites programáticos, a importância deste fato histórico reside nas ações nas ruas, que, de alguma maneira colocavam em questão quem detém o poder (SARTELLI, 2005, p. 84). As classes dominantes não tinham consenso para resolver a crise política e social que se abria, crise que era o resultado de mais de uma década de reestruturação dos setores industriais de ponta da Argentina, dos capitais mais concentrados representados por Onganía.

O proletariado comparecia com um esboço de organização política independente em relação à burguesia. No período anterior houve choques nas fábricas entre trabalhadores e a burocracia sindical o que permitiu a emergência de várias ações de massas nas ruas, expressando a tendência insurrecional.

Em 1973, isto se estanca, o período de lutas sinalizou para as Forças Armadas e para a burguesia que era necessário recorrer a Perón para frear a luta de classes. Não foi a primeira alternativa das classes dominantes, antes tentaram outras vias como a violência da Revolução Libertadora, ou fórmulas mais aceitáveis como os governos de Frondizi, Illia. Sem conseguir os resultados esperados, recorreram a governos fortes como o de Onganía, mas tiveram que reconhecer que a figura de Perón ainda era útil, sua eleição em 1973 foi praticamente plebiscitária. É importante destacar que mesmo que atendessem às necessidades da burguesia, o retorno de Perón foi fruto das mobilizações do período de resistência peronista.

Estas mobilizações deram fôlego à ilusão de que uma transformação social na Argentina passaria pela liderança de Perón. Neste período nasce o mito de Perón socialista e Evita montonera. Em suas manifestações, os Montoneros

entoavam: “Si Evita viviera, sería montonera” (ROCK, 1993, p. 221). O general chamava os Montoneros de “juventude maravilhosa”, tecia elogios a Che Guevara e Fidel Castro e propagava a ideologia do socialismo nacional. Na esquerda fabricava-se que o obstáculo às transformações sociais seria o entorno direitista de Perón. Quando este retornou ao governo a primeira coisa que a direita peronista fez foi liquidar com a esquerda, no Massacre de Ezeiza, renunciando a formação da AAA, *Alianza Anticomunista Argentina*.

O general organizou o pacto social com a central empresarial aliada e a CGT. Forjou-se um acordo entre capital e trabalho sob a batuta de um Estado paternalista que pretendia aparecer como um ente acima das classes. A burocracia sindical se comprometeu a evitar greves e aceitar o congelamento de salários em troca ganhou mais poder. Medidas estatais atacavam organismos de base, como as coordenadoras fabris, fortalecendo a burocracia. Pela *Nova Lei de Associações Profissionais*, promulgada em 1973, a burocracia cegetista ganhava poderes para controlar organismos fabris, prorrogar mandatos, restringir convocatória de assembléias e punir corpos de delegados e comissões internas fabris sem justificativa objetiva (LÖBBE, 2006, p. 54). Além disso, Perón modificou o código penal, punindo crimes políticos com mais rigor.

Já em 1973, a AAA, *Alianza Anticomunista Argentina*, começa a atuar perseguindo e matando dirigentes operários com a cumplicidade do Estado. Isto indicava a impotência do peronismo diante das tendências de luta. Assim, os combates dos trabalhadores com a própria burocracia sindical e com os patrões tornaram-se mais violentos.

Com a morte de Perón em junho de 1974, mais uma vez se reforçou a ilusão no reformismo. A culpa da degeneração do justicialismo aparecia como responsabilidade de Maria Estela Martinez de Perón, que havia sido eleita vice-presidente ou do entorno. A inflação que havia sido contida no governo de Perón explodiu no governo seguinte.

No final de 1974, foi criada a Coordenadora Nacional de Grêmios Combativos e Trabalhadores em Luta como resposta aos ataques do governo e da burocracia sindical, que chegou a desfiliar os dirigentes máximos dos sindicatos da Luz e Força e SMATA, Augustín Tosco e Reneé Salamanca. Em resposta à intervenção nos sindicatos generalizou-se o método de ocupar fábricas para que atendessem não apenas reivindicações de cunho econômico, mas também a

reintegração de trabalhadores demitidos por serem ativos politicamente e das comissões internas. Os trabalhadores chegaram a fazer donos e pessoal hierárquico reféns e passaram a adotar métodos de autodefesa com participação massiva das bases. A classe passava a utilizar cada vez mais métodos violentos para resolver confrontos da luta de classes.

O ano de 1975 se iniciou com o agravamento da crise econômica e dos conflitos sociais. Maria Estela Perón aprofundou a linha de direitização adotada por seu marido. Os setores mais anticomunistas ganham os postos de comando das Forças Armadas, assim como na CGT que estava dirigida por um bloco reacionário. O caldo em que se preparava um novo confronto foi temperado com um profundo arrocho salarial, desvalorização do peso em 100%, escalada inflacionária de até 300% em poucos meses e elevação de tarifas de serviços e combustíveis – pontos do plano econômico de Celestino Rodrigo. Este brutal aumento de tarifas e confisco da renda dos trabalhadores foi chamado de *Rodrigazo*, contra o qual se insurgiu uma greve nacional.

Na capital e grande Buenos Aires houve assembléias de operários nas ruas, realizadas por fora do sindicato, paralisações, ocupações, mobilizações até os sindicatos para pressionar a burocracia, que se viu obrigada a ceder e convocar protestos. A saída da CGT foi protelar as manifestações para que o governo pudesse atender algumas reivindicações, antes que isto fosse imposto nas ruas.

Neste momento começou a se delinear o que seriam as coordenadoras fabris. Foram realizadas plenárias de sindicatos, comissões internas e corpos de delegados em luta, em que se discutiu a defesa do salário e recuperação dos sindicatos para os trabalhadores. Iniciou-se um plano de lutas com greves, manifestações e choques de operários com forças policiais.

As coordenadoras fabris surgiram entre maio e junho de 1975 e mantiveram-se até o golpe de março de 1976. Foram importantes no combate ao *rodrigazo*, quando tiveram impacto na política nacional, com o afastamento dos ministros de economia Celestino Rodrigo e de bem-estar social López Rega (SARTELLI, 2005, p. 100). Desde então, como parte da luta antiburocrática, pela retomada de organismos de representação dos trabalhadores (corpos de delegados, comissões internas) surgem conduções de base em inúmeras fábricas, introduzindo o debate sobre o controle operário e condições de produção.

Em seu funcionamento, as coordenadoras se guiavam pela democracia operária, a palavra era aberta a militantes sindicais, representantes de partidos políticos, estudantes e ativistas de tendências variadas, mas só podiam votar aqueles que eram eleitos em suas bases como delegados (COLOM; SALMONE, 1998, p. 16).

As greves gerais de junho e julho de 1975 articulavam a luta econômica, antiburocrática e política. O movimento iniciou-se nas bases e conseguiu pôr fim ao pacto social firmado pela CGT. Em julho aconteceu a primeira greve massiva e frontal contra um governo peronista. Apesar da importância desta organização e destas lutas protagonizadas pelo proletariado industrial do coração do capitalismo argentino, é importante situar que abarcou um setor minoritário da classe operária, a maioria continuava fiel a Augusto Vandor, dirigente da CGT, com a estratégia reformista e os métodos de conciliação.

Esta dificuldade no rompimento com as direções reformistas se deve ao fato de que as direções não são um mero reflexo de uma classe. Trotski formula, em *Classe, partido e direção*, que as direções são forjadas nos choques da luta de classes e nas fricções entre camadas de uma mesma classe. Ao assumir o papel de direção, porém, pode ocorrer um descolamento em relação à classe correspondente, o que torna esta direção predisposta a influências de outras classes: “O proletariado pode ‘tolerar’ por longo tempo uma direção que tenha sofrido um processo de completa degeneração interna, contanto que ela não tenha tido a oportunidade de evidenciar essa degeneração diante dos grandes acontecimentos” (TROTSKI). Assim, são necessários grandes abalos históricos para que se explicita a contradição entre a classe e a direção. Outra questão que se coloca é que mesmo quando a corrupção interna da direção já é aparente, a classe não pode improvisar uma nova direção. Desta forma, o que se pode analisar neste período é a tentativa de criação de uma nova direção, processo que foi interrompido pelo golpe militar.

2.3.3 A Guerrilha Fabril

No início de março de 1976, o plano Mondelli retomou as medidas antipopulares do *Rodrigazo*, provocando novas greves e manifestações. Em poucas semanas, o golpe militar pôs fim às ações operárias. O golpe foi protagonizado pela burguesia financeira, agropecuária e industrial, pela cúpula das Forças Armadas e pelo imperialismo norte-americano. Tinha a função clara de aniquilar a força potencialmente revolucionária que estava se constituindo.

Desde 1975, setores da burguesia e Forças Armadas denominaram a organização do proletariado em assembléias e a recuperação dos sindicatos e comissões internas como “guerrilha fabril”, destacando que esta era muito mais perigosa do que as ações de guerrilha propriamente ditas. E, neste ponto, eles estavam certos. A organização e combatividade do proletariado industrial das principais cidades argentinas de fato poderiam representar uma ameaça ao sistema capitalista, indicavam a emergência de um poder operário. A fala de um general do exército argentino, em novembro de 1975, expressava o quanto isto causava preocupação:

Esto de la guerrilla fabril constituye una especial preocupación para nuestro país. Debíamos preguntarnos si los dirigentes o quienes estimulan y ejecutan estas ofuscadas acciones tienen conciencia de que tales perjuicios no tienen punto de retorno y que significan una traición cobarde para el país y para la empresa que los agrupa. Se advierte en todo esto una intolerable conducta que protagonizan grupos infiltrados entre la clase trabajadora, que hasta procuran armarse en contra de los empresarios. ¿Se informó usted de que alguna vez el empresario haya adquirido armamentos o instrumentos para asesinar a sus obreros? La subversión, en este caso, consiste en atentar contra la producción nacional y se logra mediante el ausentismo, el sabotaje industrial o imponiendo el control obrero de la producción. (LAROCCA apud LÖBBE, 2006, p. 10).

Apesar de haver esta expressão radicalizada do proletariado nos principais centros industriais, de modo geral, este permanecia distraído por estratégias não operárias e pela submissão ao peronismo. Assim, não conseguiu chegar à conclusão da necessidade de destruir a força social a que se opunha: a burguesia. O componente nacional da maior parte dos programas da esquerda mostrava exatamente isso, a ilusão de que era possível que uma fração progressista

da burguesia enfrentasse o imperialismo e possibilitasse conquistas para as maiorias exploradas. A demora em reconhecer esta necessidade abriu espaço para a organização do golpe. Para se compreender o grau de organização e preparo da repressão, três anos antes a AAA já havia começado a matar dirigentes sindicais e partidários.

As estatísticas sobre a repressão, elaboradas pela CONADEP, *Comisión Nacional de Sobre la Desaparición de Personas*, indicam que a repressão tinha como alvo prioritário o movimento operário. Dos casos de desaparecimento registrados 30,2% eram de operários fabris, e se for considerada a categoria de assalariados, a estatística sobe para 54,5% (apud COLOM; SALOMONE, 1998, p. 17).

CAPÍTULO 3

3.1 A DIFÍCIL (RE)ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES

Com a ditadura militar de 1976-1983, o movimento operário foi duramente golpeado com a sistemática eliminação da vanguarda que se organizava nas fábricas, sindicatos, bairros, partidos e organizações de esquerda. Mas isto não fez do governo de Raúl Alfonsín (1983-1989), presidente radical eleito em outubro de 1983, um período tranqüilo. Já em 1984 teve de enfrentar um importante conflito dos operários da construção civil de Neuquén, na Patagônia, com greves massivas e forte repressão. Em setembro, a CGT (*Confederación General del Trabajo*) decretou a primeira greve geral, pela recomposição salarial. O movimento sindical em geral realizou manifestações e greves em defesa de seus direitos, a despeito das tentativas do radicalismo de intervir nos sindicatos.

Organismos de Direitos Humanos surgidos na última ditadura, como as *Madres e Abuelas de la Plaza de Mayo* e a CONADEP pressionavam o governo para que os militares fossem punidos pelo saldo de 30 mil “desaparecidos”. Em 1985, integrantes das três primeiras juntas militares foram levados a julgamento. A resposta corporativa das Forças Armadas levou aos levantes dos “carapintadas”, seguida por manifestações populares massivas em defesa da manutenção do regime democrático (ainda que limitado). Alfonsín recuou e aprovou as leis de *Obediência Devida* e *Ponto Final*, garantindo a impunidade dos militares envolvidos em torturas e assassinatos.

A economia argentina, sufocada pela dívida externa, sofria com a hiperinflação, houve tentativas de controlá-la, mas em 1987, com o esgotamento do Plano Austral, a inflação se acelerou. Neste período, os setores mais empobrecidos da sociedade realizaram muitos saques (CARRERA; COTARELO, 2000, p. 173). Diante dos conflitos sociais, o presidente encurtou seu mandato, sendo sucedido via sufrágio eleitoral pelo justicialista Carlos Menem.

A década menemista (1989-1999) se dá no contexto de realização do Consenso de Washington, que marca a expansão do projeto neoliberal pela América Latina. Assim, o Estado argentino promoveu a acelerada privatização das empresas públicas e “desregulamentou” os mercados. Com o *plano de convertibilidade*, de 1991, estabeleceu-se a paridade entre peso e dólar, as barreiras alfandegárias foram reduzidas e os serviços básicos, assim como a previdência

pública, foram drasticamente afetados com a redução de gastos sociais. Os trabalhadores também foram golpeados com a aprovação da Lei Nacional de Emprego, que com a “flexibilização” eliminou direitos e acentuou a precariedade no trabalho.

Segundo Eduardo Lucita,

[...] la fuerte disputa al interior de las clases dominantes por la apropiación de la riqueza social, que fuera una de las características de todo el período anterior (a 1976), se cierra en 1991. Es en torno al Plan de Convertibilidad que se logra disciplinar a las distintas fracciones de la burguesía que asumen así un programa común bajo la hegemonía del capital financiero. (apud KOHAN, 2002, p. 11).

O impacto desta política pode ser percebido no balanço da década de 1990, que viu a população economicamente ativa crescer 28%, enquanto a ocupação plena aumentou 9%, o desemprego e o subemprego elevaram-se vertiginosamente, 156,3% e 115,4%, respectivamente. A taxa de desemprego, que em 1990 era de 6%, triplicou em 1996 e chegou a 21,5% em maio de 2002 (SVAMPA; PEREYRA, 2004, p. 22).

Segundo Carrera e Cotarelo (2004, p. 126), o ano de 1993 marcou um ascenso nas lutas sociais, iniciado com o motim de Santiago del Estero, umas das províncias mais pobres da Argentina. A partir de uma greve contra a demissão de dez mil servidores municipais e redução salarial do restante, a população aderiu, sobretudo contra o desemprego crescente. O movimento converteu-se em uma revolta popular, culminando com a queima de edifícios públicos, ataques a residências de políticos burgueses (fossem governistas ou de oposição) e confrontos com o aparato repressivo do Estado. Para Luis Oviedo (2001, p.11), o piquete como ferramenta política foi um filho direto do *Santiagazo*. Depois disso, nas lutas protagonizadas lá e em outras províncias, já aparecem os *cortes de ruta*, ocupações de fábricas e edifícios governamentais, ações nas ruas e assembléias (MANSILLA; CONTI, 2003, p. 40-41).

Com o agravamento do desemprego, iniciam-se os primeiros movimentos cuja base principal era composta pelas vítimas das privatizações e do fechamento de fábricas. Em 1995, em Neuquén surge a primeira coordenadora de desempregados. Nesta província do norte da Patagônia, a construção de grandes obras como hidrelétricas e a extração do petróleo propiciaram uma expressiva

concentração operária. Em 1984 e 1986 (com a Caminata de Piedra de Águila, em que houve bloqueios de rodovias), trabalhadores da construção civil protagonizaram greves massivas e radicalizadas. Como efeito das privatizações e fim das grandes obras, a década de 1990 é marcada pela falta de trabalho. Em 1994, o índice de desemprego chegava a 20% na Província. Nos bairros operários, este número chegava a 50%.

Na ocasião muitos operários e dirigentes de esquerda enfrentavam o desemprego também pela perseguição por conta da participação em movimentos anteriores. Assim, começaram a organizar nos bairros um “censo” que ao mesmo tempo em que identificava os desempregados, os convidava para que se organizassem em assembléias por bairro, elegendo delegados para a Coordenadora, que deveria ter um programa e organização comuns, capazes de exigir do Estado suas reivindicações. As bandeiras principais eram: divisão das horas de trabalho entre todos trabalhadores e salário de acordo com o custo de vida. Os subsídios eram vistos pela Coordenadora como uma “política del Gobierno, la Iglesia y la Burocracia sindical, y pretendia descomprimir y bloquear la organización independiente de los obreros sin trabajo” (POR, 1995, p. 33). Mas diante da situação de fome e miséria a que estavam submetidos estes trabalhadores, a coordenadora incorporou a reivindicação de subsídio de 500 pesos por tempo indeterminado.

Em 29 de agosto de 1995, manifestantes ocuparam a municipalidade, mantiveram o prefeito refém, conseguindo que todos recebessem subsídios, sem contra-prestação de trabalho. O movimento começou com os partidos de esquerda, mas sua base social era bastante ampla. Nesta primeira experiência, já se expressaram os principais debates futuros: a defesa do trabalho genuíno ou subsídio, a questão da organização dos desempregados, a definição de classe desta camada social (lúmpens ou parte das classes trabalhadoras)¹² e, sobretudo, o enfrentamento à repressão estatal.

¹² A organização de desempregados em Neuquén foi alvo de críticas. A Corriente de Trabajadores Clasistas (CTC) alegava que “[...] el sector de desocupados esta compuesto en el capitalismo por un LUMPEPROLETARIADO por un lado compuesto por elementos depravados de otras clases sociales” (CTC *apud* POR, 1995, p. 24). O Partido Operário Revolucionário (POR), que era parte da direção do movimento discordava desta caracterização: “Según la CTC, un obrero que está desocupado es LÚMPEN, si consigue trabajo pasa a ser proletario, cuando le apliquen la flexibilización laboral (unos pocos meses por contrato), volverá a ser despedido para transformarse nuevamente en Lúmpen y rogará para conseguir trabajo y ser considerado nuevamente un proletario” (POR, 1995, p. 36).

Nas manifestações que se seguiram, agudizou-se o confronto com o Estado, resultando na prisão de um dos dirigentes, Horacio Panario e ordem de captura de vários militantes. O movimento pela libertação de Panario, militante do MAS (*Movimiento al Socialismo*), teve repercussão nacional e internacional. Uma das primeiras organizações de desempregados da Grande Buenos Aires, em La Matanza, dirigida por Hector “Toty” Flores¹³, na ocasião militante do MAS, teve sua primeira manifestação pública nesta campanha (MANSILLA; CONTI, 2003, p. 46-47).

Como uma maneira de dividir o movimento, o governo sancionou a lei 2128, a primeira lei de subsídios a desempregados no país, que já limitava quem poderia recebê-los, inclusive com critérios contra imigrantes. O nome de “piqueteiros” ainda não era conhecido, mas o desemprego já era a maior preocupação na província.

3.2 O NOME “PIQUETEIRO” ECOA POR TODO O PAÍS

Os *cortes de ruta* – bloqueios de rodovias, com barricadas que isolavam cidades, paralisando a circulação de mercadorias – têm seu início em 1996, em Cutral-Có e Plaza Huincul, cidades petroleiras na província de Neuquén. Com 57 mil habitantes, neste ano o desemprego já atingia 30% da População Economicamente Ativa (KOHAN, 2002, p. 22). Ironicamente, as primeiras manifestações foram convocadas por conta de disputas internas entre facções do partido governante, o MPN (*Movimiento Popular Neuquino*). Opositores ao governador Felipe Sapag convocaram um bloqueio de rodovia contra o cancelamento da vinda de uma empresa que traria dois mil empregos para a região, devastada pela privatização da YPF em 1991. Houve convocatórias via rádio, táxis à disposição, doação de pneus para o bloqueio (KOHAN, 2002, p. 23). Mas as manifestações logo cresceram e fugiram ao controle do MPN. Segundo Mariela Suárez, que participou dos levantes populares de 1996 e 1997, sendo eleita representante da Assembléia Popular de Cutral-Có durante a *pueblada* de 1997:

¹³ Ex-metalúrgico e dirigente do MTD La Juanita, Toty Flores foi dirigente das primeiras organizações de desempregados em Buenos Aires, mais especificamente em La Matanza. Posteriormente, em 2007, foi eleito deputado nacional pelo partido ARI *Alternativa para una República de Iguales*. Sobre o MTD La Juanita e o movimento piqueteiro argentino, pode-se consultar Flores, 2005; 2006.

La protesta comienza generada por una línea del MPN, pero la realidad fue que la gente se sumó porque la necesidad de trabajo era un reclamo verdadero, era genuino porque después de la privatización de YPF no quedó nada.

[...] Esta primera pueblada fue mucho más masiva, era como más genuina, en su origen no, pero después sí.

[...] Primero escuchaba por la radio, me daba mucha bronca, y después pensamos: para que vamos quedarnos acá masticando bronca, vamos y planteamos la discusión (SUÁREZ, 2006).¹⁴

Constituíram-se Assembléias Populares, das quais participavam cerca de cinco mil pessoas. A província já sentia o desabastecimento de combustível, e exigia-se a presença do governador no piquete para qualquer negociação. Após quatro dias, o Estado recorreu à repressão, mas a juíza que permitiu a ação repressiva, ao ir até o piquete, diante de 20 mil manifestantes se declarou incompetente, por estar diante do crime de sedição e ordenou a retirada das tropas (SVAMPA; PEREYRA, 2004, p. 113). Após isto, o governador teve de negociar. Uma comissão representou o movimento e negociou com o governo um acordo¹⁵. As manifestações foram encerradas, mas grande parte do prometido não foi cumprido. Os piqueteiros que negociaram foram acusados de traição, por terem sido posteriormente beneficiados individualmente.

Como um balanço desta primeira *pueblada* os autores destacam que: o permanente funcionamento assembleário tensionou ao máximo todas as instâncias de representação e mediação; o surgimento de novas lideranças deslocou os atores institucionais vinculados a interesses políticos e econômicos da classe dominante; mas com a reabsorção destas novas lideranças por parte da política local, só resultados de curto prazo foram garantidos pelo movimento. Mariela Suárez ressalta que o limite desta experiência foi que não resultou em organização, o que seria necessário para manter um controle das reivindicações e conquistas.

Com o início do ano letivo, em 1997, os docentes iniciaram uma greve por reivindicações econômicas imediatas e contra a Lei Educativa Federal, que mutilava direitos. A greve massiva se radicalizou e os docentes passaram a utilizar os métodos piqueteiros, bloqueando os acessos a Neuquén. A *gendarmeria* –

¹⁴ Entrevista realizada em Cutral-Có (Neuquén) em 26 de outubro de 2006.

¹⁵ Dentre os doze pontos do acordo, destacamos: religar de gás e luz para as casas de desempregados, alimentos às famílias necessitadas, ampliação de subsídios, obras públicas, suspensão de ações hipotecárias, criação da empresa de fertilizantes e garantia de que uma jazida que ainda era pública permanecesse assim.

polícia militar federal responsável pelas fronteiras, mas que é utilizada frequentemente para debelar movimentos – reprimiu violentamente os manifestantes, na maioria professoras. Com isso, o movimento ganhou adesão popular.

Em Cutral-Có surgiram bloqueios em solidariedade à luta docente, mas os protagonistas eram os *fogoneros*, pois pelo desfecho do levante popular do ano anterior, a palavra “piqueteiro” passou a ser mal vista. Segundo Ariel Petruccelli (2005, p. 110), os *fogoneros* eram jovens que tinham problemas com a polícia nos bairros, por pequenos furtos e pela repressão constante. Svampa e Pereyra (2004) caracterizam este grupo também por incluir os que enfrentaram as forças policiais na *pueblada* anterior sem obter nenhum benefício. No movimento, eram incontroláveis, céticos quanto à ação política de partidos, sindicatos, contra qualquer organização. Eram o setor mais firme dos piquetes, mas quase não participavam das assembléias. No confronto com a *gendarmeria*, fizeram as forças repressivas recuarem em diversos momentos, utilizando apenas armas “caseiras”, pedras e táticas de enfrentamento, recuo e reorganização.

Durante a repressão, a polícia utilizou gases, balas de borracha e de chumbo. Tereza Rodríguez, uma empregada doméstica e manifestante, foi assassinada pela polícia em 12 de abril. No mesmo dia, o sindicato docente negociou o fim da greve com o governador Felipe Sapag, o que foi visto como uma traição por um setor dos docentes e, sobretudo, pelos *fogoneros*. Mas a *pueblada* de Cutral-Có continuou. A assembléia popular elegeu uma comissão de negociação com mandatos revogáveis e rotativos, uma medida antiburocrática que buscava inviabilizar a cooptação e traições. Os pontos não cumpridos no ano anterior voltaram à pauta de reivindicações. Mantiveram-se os confrontos com a polícia, envolvendo praticamente toda a cidade. Com a oferta do cumprimento parcial das reivindicações, a assembléia suspendeu o bloqueio, contra a vontade dos *fogoneros*. A possibilidade deste setor voltar a se mobilizar foi tratada como um problema do Estado e até mesmo da petroleira privatizada Repsol-YPF, que interveio oferecendo diretamente aos *fogoneros* 500 planos assistenciais de 400 pesos por dois anos.

A cidade que deu origem aos piqueteiros não manteve nenhum movimento autônomo de desocupados. Mesmo após duas *puebladas* muito radicalizadas, os setores em luta foram canalizados para vias institucionais, irrigadas com ampla distribuição de Planos Assistenciais (*Planes Trabajar*) e verbas para a

criação de pequenos empreendimentos. O empenho do Estado em desconprimir a situação foi tamanho que 13% da população economicamente ativa passaram a receber planos assistenciais.

Em 2006, ao visitar Neuquén detectamos que, na província restaram poucas organizações piqueteiras. Na capital havia apenas o MTD de San Lorenzo, que há poucos anos se somava às lutas locais (junto com os operários de empresas ocupadas, docentes, estudantes secundaristas e universitários). Mas, na ocasião, o MTD restringia-se à atuação estritamente assistencialista e seu dirigente, Heriberto Chureo, tornou-se candidato ao parlamento municipal sob a legenda do partido UNE, *Unión de los Neuquinos*, oriundo da burocracia sindical da CTA (*Central de Trabajadores Argentinos*). Na província de Rio Negro, havia movimentos vinculados à Frente Popular Darío Santillán e o *Movimiento Social Dignidad*, o setor mais autonomista vinculado ao ex-MTD Solano. Mas não tinham uma atuação significativa na vida política local.

O saldo mais importante do *Cutralcazo* foi sua influência nas revoltas em outros pontos do país, como as cidades petroleiras de Tartagal y General Mosconi - Salta, demonstrando a necessidade da ação direta e coletiva e a eficácia em forçar negociações por meio dos *cortes de ruta*, permitindo a setores que não estavam nas fábricas, afetar momentaneamente a produção das mercadorias, bloqueando sua circulação.

3.2.1 Efeito Dominó: Salta, Jujuy, Tucumán e Córdoba

Pouco depois dos *cortes de ruta* em Neuquén, ainda em 1997, as manifestações em Salta (General Mosconi e Tartagal), Jujuy, Tucumán e Córdoba deram visibilidade à chamada “crise do interior”. Se a *pueblada* neuquina alarmou os governos locais quanto à questão do desemprego, a seqüência de lutas no interior da Argentina evidenciou que este era um problema nacional. Deter-nos-emos nas lutas ocorridas em Salta, pela contribuição quanto a um “modelo” organizativo que teve forte presença nas subseqüentes organizações piqueteiras.

Nas cidades de Tartagal e Mosconi (Salta), também manifestações por reivindicações econômicas imediatas se converteram em *puebladas* incontroláveis, que enfrentaram repressão e tentativas de cooptação, mas houve diferenças significativas em relação à experiência neuquina.

O movimento começou a partir do descontentamento da população quanto ao funcionamento da fornecedora local de energia elétrica. Moradores se organizaram em assembléias e decidiram bloquear a rodovia como uma forma de atrair visibilidade para sua reivindicação. O que deveria durar horas, ultrapassou a expectativa dos organizadores. Ao longo dos sete dias de bloqueio foram se somando outros setores, conformando uma multisetorial. As ações também foram se espalhando para outras localidades próximas. Após a ameaça de repressão e com a ação conciliadora da Igreja, as rodovias foram desbloqueadas. Os pontos do acordo indicam a amplitude desta multisetorial, há itens que favorecem trabalhadores empregados e desempregados, comunidades indígenas e até empresários do setor madeireiro e agropecuário¹⁶.

Em 1999, diante de uma greve dos servidores públicos, desempregados se somaram, expressando organização e reivindicações próprias. Com o bloqueio das rodovias, o governo retrocedeu em seu plano de demitir servidores e em vez de retirar os cerca de dois mil planos assistenciais para desempregados, teve de criar mais três mil. Posteriormente, se constituiu a UTD (Unión de Trabajadores Desocupados). Segundo Svampa e Pereyra, “a partir del establecimiento de esa dinámica de obtención y control de planes, las organizaciones piqueteras adquieren relevancia y capacidad de maniobra en el contexto de la política local” (2004, p. 129). Nacionalmente as dificuldades de articulação eram grandes, mas em Mosconi a UTD conseguia manter-se unificada, agregando os principais dirigentes locais e ganhando credibilidade por seu trabalho junto à comunidade, o que respaldava as medidas de ação direta, às quais distintos setores sociais se somavam.

¹⁶ Os pontos de acordo, segundo o *Clarín* de 15 de maio de 1997, foram, dentre outros: cinco mil subsídios de 220 pesos mensais para mil desempregados (com duração e condições diferenciadas); 1.400 postos de trabalho permanentes nas petroleiras privadas, pagamento de salários atrasados aos servidores estatais, entrega de terras a comunidades mapuches, construção de moradias, orçamento para merenda escolar e entrega de créditos e créditos a setores madeireiro e agropecuário.

Em maio de 2000, quando se realizava o terceiro grande bloqueio e a primeira *pueblada* em Mosconi, a UTD já estava consolidada. A manifestação também foi convocada por disputas internas no peronismo, e conflitos entre governos locais e o governo provincial e nacional. O protesto extrapolou os objetivos iniciais e os piqueteiros expuseram suas reivindicações próprias de fim de processos contra militantes e aumento de *Planes Trabajar*. Com a intervenção da *gendarmeria*, depois de muito confronto, a rodovia foi liberada e as principais reivindicações foram conquistadas: aumento de 1.600 para 3.000 subsídios e libertação de 43 presos durante a repressão.

Em novembro do mesmo ano, durante a repressão a um bloqueio em Tartagal e Mosconi, o motorista Aníbal Verón foi assassinado, provocando a ocupação de prédios públicos, comércios privados e muitos enfrentamentos com as forças policiais. Em 2001, ao mesmo tempo em que a UTD dava “conteúdo” aos planos assistenciais, com micro-empresendimentos produtivos, os bloqueios continuaram. Em junho houve mais dois piqueteiros assassinatos em ações repressivas do Estado. Vale ressaltar que a relação mais conflituosa ou amistosa com o Estado também atendia a jogos eleitorais. Em determinados momentos, poderes municipais e provinciais incentivavam os *cortes* para provocar a intervenção do governo nacional, que sempre resultava em um alto custo político. Em outros, o governo nacional posava ao lado da UTD, liberando recursos em projetos produtivos.

A experiência de General Mosconi tem algumas especificidades: havia uma homogeneidade maior herdada da estrutura da YPF, concentrando em Mosconi apenas as camadas da empresa com menor remuneração (isto teria gerado uma maior solidariedade que desembocou em uma maior combatividade). Nisto se diferenciava das outras cidades petroleiras, mais heterogêneas, com divisões hierárquicas mais evidentes. Segundo Svampa e Pereyra (2004, p. 136-137), na região houve uma articulação maior entre duas gerações: a dos ex-trabalhadores da YPF (operários qualificados) com a maioria de jovens (com pouca qualificação e escassa ou nula experiência profissional).

Com isso, além das demandas por planos assistenciais, a luta por trabalho genuíno é mais concreta, com piquetes em fábricas para que se incorporem desempregados e exigência de reestatização da YPF. Por meio da pressão e da ação direta, houve inclusive a reincorporação de trabalhadores demitidos da YPF.

Nas negociações também se reivindicava a redução da jornada de trabalho, pagamento de horas extras, elevação de salários, dentre outras bandeiras.

Outra diferença é em relação à resposta dos governos locais. Em Neuquén houve um grande esforço de contenção das lutas dos desempregados com o discurso de “retomar a produção”. Em Salta, a própria UTD se encarregou de desenvolver um discurso em defesa do “desenvolvimento”. Assim, ao mesmo tempo em que se confronta com o Estado, a UTD tem um funcionamento em que acaba entrando na lógica e estrutura administrativa, intermediando a relação entre empresas e o Estado em obras públicas e até mesmo escalando um dirigente para participar do governo local como Secretário do Trabalho, com aval da assembléia do movimento. A substituição de ações do Estado também coloca a UTD como uma concorrente para os partidos e políticos tradicionais. Segundo José “Pepino” Fernández, dirigente da UTD:

Al no obtener una respuesta por parte de ellos, terminamos realizando muchas de las actividades que debería realizar la intendencia. [...] porque nuestras actividades hacen que funcionemos como actividad paralela. Y eso significa para los políticos la pérdida de votos. (FERNÁNDEZ, 2007).

Por outro lado, as atividades da UTD criaram um “modelo” de condução de projetos produtivos, para as organizações piqueteiras autonomistas, principalmente o MTR (*Movimiento Teresa Rodríguez*) e MTDs da *Coordinadora de Trabajadores Desocupados Aníbal Verón*.

Assim, as experiências de Neuquén e Salta constituem uma das origens do movimento piqueteiro, gerado a partir das cidades petroleiras, que em seus levantes registraram o poder da organização coletiva, das assembléias massivas e controle das vias de circulação das mercadorias. Encontra-se aí também, o padrão no modo de agir das classes dominantes. O traço comum foi o uso da repressão do Estado, mas diante da combatividade destes setores isto foi insuficiente para derrotar estes levantes populares. Em Neuquén, a saída encontrada pelo governo local foi a da “contenção” social por meio da institucionalização e assistencialismo. Em Mosconi, a continuidade do movimento se deu com as ambigüidades dos empreendimentos produtivos, que por um lado expressam a auto-organização dos explorados e por outro o controle do Estado por meio de financiamentos a estas atividades.

3.3 A ORIGEM TERRITORIAL

Com o processo de “desindustrialização” e deterioração das condições de vida do proletariado e pequena burguesia empobrecida, a partir da década de 1970, criou-se o cenário para o surgimento de movimentos centrados nos bairros da grande Buenos Aires, Rosário e Mar del Plata. Em geral, organizaram-se assentamentos a partir da intervenção das Comunidades Eclesiais de Base e organizações de direitos humanos (SVAMPA; PEREYRA, 2004, p. 39). Estes atores foram se constituindo na luta pela propriedade destas terras e na reivindicação de serviços básicos (asfalto, água, energia elétrica, atendimento médico etc.).

A maior parte das organizações piqueteiras que priorizam um trabalho territorial, como a FTV (*Federación Tierra y Vivienda*), CCC (*Corriente Clasista y Combativa*), MTR (*Movimiento Teresa Rodríguez*) e a “La Verón” são continuidade destas experiências. A emergência das organizações piqueteiras na grande Buenos Aires data de 1995. O surgimento em La Matanza não é ocasional. Este distrito de Buenos Aires possui dois milhões de moradores, em sua maioria, concentrados em bairros operários e assentamentos. Com os ajustes neoliberais, o antigo pólo industrial foi praticamente convertido em um cemitério de fábricas. Sob a pressão do pauperismo, as primeiras mobilizações foram por ajuda alimentar. Em setembro de 1996, a marcha contra a fome, repressão e desemprego junta duas colunas: uma parte de La Matanza, encabeçada por Toty Flores e a outra por incipientes movimentos da zona sul de Buenos Aires. São estes os que em 1997 realizarão os primeiros *cortes de ruta* e receberão os primeiros planos assistenciais. Percebendo este surgimento a CTA lança a consigna: “La nueva fábrica es el barrio”, criando sua organização de desempregados, a FTV.

3.3.1 Confronto e Adequação à Rede Assistencialista do Estado

Para avaliar como os movimentos piqueteiros se relacionam com a questão do assistencialismo, reconstituiremos a atuação do Estado no pós-ditadura. No governo de Raúl Alfonsín, em 1983, foi criado o PAN – *Plan Alimentario Nacional*

– em que eram distribuídas caixas de alimentos (MASSETI, 2007). Com os primeiros piquetes e *puebladas* já no governo Menem, entrou em cena o *Plan Trabajar I*, elaborado e financiado diretamente pelo Banco Mundial. O assistencialismo focalizado tinha o nítido objetivo de conter os protestos e não a pobreza, afinal eram cerca de 150 mil beneficiados com subsídios de 150 pesos durante três a seis meses em um contingente de cinco milhões de desempregados (OGANDO, 2004). No governo Menem, o discurso de combate ao desemprego também esteve presente na “nova lei de emprego”, que ao destruir direitos trabalhistas prometia que a economia privada seria dinamizada. Assim o Estado possibilitava novas contratações, mas sem direitos plenos.

Mesmo tendo ocorrido em nível provincial, a política de Duhalde na província de Buenos Aires, de 1994 a 1999, deve ser destacada, tanto por ter criado a rede das *manzanas*¹⁷ que depois se integram aos movimentos piqueteiros, como por antecipar sua política pós-*Argentinazo*¹⁸, quando ocupou a presidência da Argentina. A rede assistencial de Duhalde era conduzida por sua esposa, Hilda “Chiche” Duhalde, que recrutava nos bairros duas mulheres a cada quarteirão, somando 37 mil *manzanas* que distribuíam diariamente leite, ovos e cereais a um milhão de beneficiários de 50 municípios (ILARI, 1999). Este exército de mulheres tornou-se um importante elemento na máquina eleitoral do peronismo.

Nota-se que o surgimento das organizações piqueteiras em Buenos Aires são simultâneas à ação das *manzanas*. Svampa e Pereyra (2004, p.195) destacam a ambigüidade destes agrupamentos em relação ao peronismo:

¹⁷ O nome refere-se a *manzana*, quarteirão, pois em cada quarteirão eram escolhidas duas mulheres que se responsabilizavam pela entrega de alimentos.

¹⁸ As lutas populares de dezembro de 2001 ainda suscitam polêmicas teóricas quanto à sua caracterização. Segundo Carrera e Cotarelo o termo *Argentinazo* permite comparar estes elementos com um dos momentos mais altos da luta de massas na história recente da Argentina, os “azos” do final da década de 1960 e início de 1970 (*Cordobazo*, *Rosariazo* etc.); o termo também reforça a dimensão nacional destas lutas (2003, p. 203). Mas os autores apontam limites nesta caracterização, que dificultaria comparações com outras experiências, assim, complementam que estes fatos constituíram uma insurreição espontânea, pois as massas passaram por cima de suas direções, tomaram as ruas, sem organização prévia e espontaneamente levantaram barricadas (2003, p. 300).

Así, a partir de 1997 los discursos se van a teñir de denuncias sobre la escalada de una política de extorsión llevada a cabo por los punteros peronistas en los barrios. Por otro lado, la distancia entre las bases sociales de las organizaciones piqueteras y las formas de representación del peronismo político y sindical se acentuará y tomará rasgos críticos, en la medida en que el crecimiento de las organizaciones piqueteras se asienta también en la incorporación de referentes barriales peronistas, sobre todo de mujeres, manzaneras – para el caso de provincia de Buenos Aires – o punteras¹⁹.

Em 1999, porém, a vitória eleitoral foi da *Alianza*, que reunia a UCR (União Cívica Radical) e Frepaso – Frente País Solidário – uma frente que somava a democracia cristã, Partido Comunista, Partido Intransigente e setores provenientes do peronismo. A máquina assistencialista continuou ativa, mas mudou de mãos. A diferença é que para combater a presença peronista nos bairros, a *Alianza* passou a transferir o controle de parte dos planos assistenciais para as organizações de desempregados, o que ao mesmo tempo em que institucionalizou os movimentos, serviu de impulso à expansão destes. No governo do presidente Fernando de la Rúa houve um corte significativo nos planos. Segundo dados do Ministério do Trabalho, em outubro de 1997, havia 200 mil beneficiados com os *Planes Trabajar* I e II; dois anos depois eram 89 mil, dos quais só restaram 29 mil em maio de 2000:

En suma, la política del gobierno de la Alianza facilitó la proyección a la escena política nacional del actor piquetero, fortaleciendo a las grandes organizaciones y, al mismo tiempo, posibilitando que las más pequeñas se desarrollaran y adquirieran importantes márgenes de autonomía. Sin embargo, si el gran “salto” hacia la autonomía puede ser leído como una consecuencia indeseada, directamente relacionada con la nueva estrategia de implementación de los planes, su masificación lo es mucho menos. En realidad, ésta fue el resultado de una política de confrontación llevada a cabo por la totalidad de las organizaciones de desocupados, como respuesta a la disminución de planes sociales y a la falta de cumplimiento de lo acordado en los cortes de ruta en mayo de 2000, todo ello en un contexto de ajuste y mayor pauperización. (SVAMPA; PEREYRA, 2004, p. 99).

¹⁹O *punterismo* político refere-se a uma rede clientelista vinculada aos partidos burgueses, principalmente ao Partido Justicialista. A atuação nos bairros periféricos objetiva controlar politicamente a população seja por meio do assistencialismo, da cooptação ou no embate físico com lideranças que ameacem seu domínio.

É importante destacar que para poder controlar parte dos planos assistenciais, as organizações piqueteiras tiveram que criar ONG's (Organizações Não-Governamentais), sendo que esta era uma exigência do Estado, recomendada pelo Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial.

Ya en el Informe Mundial de Desarrollo Humano de 1991 se considera que en tanto "organizaciones flexibles", las ONG son más eficaces en la respuesta para promover la participación popular y para trabajar en un nivel local, operando en zonas aisladas. Las ONG fueron conscientes de tal "mandato" o imperativo de desarrollar una nueva relación con el Estado y con los sectores populares, en convergencia con la política de descentralización, producto de la reforma estructural (SVAMPA; PEREYRA, 2004, p. 100).

Com a insurreição de 19 e 20 de dezembro de 2001, (que será retomada adiante), o presidente Fernando de la Rúa teve de renunciar. Eduardo Duhalde assumiu a presidência em janeiro de 2002, após cinco presidentes passarem pela Casa Rosada, em meio a um período de crescimento das lutas populares. Buscando conter os movimentos que protagonizavam cada vez mais ações universalizou o plano *Jefas y Jefes de Hogar Desocupados*. Em dezembro de 2001, 1% da População Economicamente Ativa recebia subsídios, em um ano este número chegou a 18%, ou seja, 2,5 milhões de argentinos. Destes, 10% eram controlados pelas organizações piqueteiras, conformadas como ONG's (FRAGA, 2003).

Durante o Governo de Néstor Kirchner, foi mantida a mesma estratégia, mas com algumas alterações: líderes piqueteiros foram incorporados a cargos no governo e, além dos grupos cooptados, foram criados MTD's kirchneristas (TOSI, 2006). A partir da legitimidade conquistada, Kirchner conseguiu acentuar a fragmentação dos setores em luta, enfraquecendo os que mantiveram uma postura crítica e reduzindo os subsídios, principalmente aos grupos opositores.

Assim, compreender a questão assistencial é fundamental para caracterizar o movimento de desempregados. Esta questão que já se manifestava desde o início, quando se debatia se a luta deveria ser por trabalho genuíno ou por subsídios atravessa ainda hoje o cotidiano das organizações. Deve-se à resposta assistencial do Estado o sucesso quantitativo do movimento (em número de membros, estruturas nos bairros), mas ao mesmo tempo a sua maior fragilidade política, mantendo uma relação de dependência em relação ao Estado.

A resistência inicial de partidos de esquerda, como o Partido Obrero, foi vencida. Assim, a crítica inicial aos subsídios e a defesa da divisão das horas de trabalho sem redução salarial, cedeu espaço à lógica dos planos assistenciais, agora considerados como uma “*beca para militar*” (SARTELLI, 2005, p. 142). Por parte de outras organizações, como a FTV, CCC, MTR, MTD’s e CTD Aníbal Verón, os subsídios poderiam e deveriam converter-se em um ponto de partida para uma organização política diferente.

El tema de los subsidios entregados por el Estado ha sido – y lo sigue siendo – un tema de charla constante en el interior de la Aníbal Verón. Algunos piensan que hay que seguir cobrándolos porque los ven como una especie de “impuesto revolucionario” que sirve para potenciar la organización, para fomentar la economía alternativa que ya pusieron en práctica. Otros creen, en cambio, que paralizan la lucha y neutralizan la idea de plena autonomía deseada. Pero todos son conscientes de que sin ellos no se hubiera acercado tanta gente en un principio, con lo cual continúan reclamando para que los paguen e incluso para que se aumente el monto de 150 lecops²⁰ a 300. Actualmente el MTD y la CTD, juntos, reciben más de 9.000 planes Jefes y Jefas de Hogar, cuando los primeros cuentan aproximadamente en todo el país con 10.000 miembros y los segundos, con menos de la mitad de esa cifra” (MANSILLA; CONTI, 2003, p. 86).

É destoante neste debate a postura do MTD La Juanita, de Toty Flores, que renunciou ao recebimento dos subsídios em defesa de um modelo de cooperativismo e autogestão em seu bairro, subsidiado por ONG’s, servindo como exemplo para defensores da sustentabilidade, comércio justo e empreendedorismo (BARCO, 2006).

3.4 AS REVOLTAS POPULARES DE 2001 E 2002

O período de ascenso nas lutas sociais marcado pela insurreição de 19 e 20 de dezembro de 2001 tem sido utilizado para sustentar as análises acadêmicas e políticas que apontam para um novo sujeito revolucionário: os “novos movimentos sociais” ou as multidões de Toni Negri:

²⁰ Os lecops eram bônus governamentais federais que ocuparam os títulos emitidos por várias províncias para pagar salários, aposentadorias e planos assistenciais. Circularam como uma “terceira moeda”, pois estavam livres da conversibilidade fixa do período de dolarização da economia argentina, em que a paridade entre peso e dólar foi mantida.

No "quilombo"²¹ argentino" não houve nenhuma aliança, nem fragmentação social, mas uma nova figura de classe protagonizou o movimento dos movimentos argentino: a multidão. É nesse sentido que a multidão é um conceito de classe. Ela é sempre produtiva e em movimento. Considerada de um ponto de vista temporal, a multidão é explorada na produção; vista de um ponto de vista espacial, ela é ainda explorada enquanto constitui sociedade produtiva, cooperação social para a produção. O conceito de "classe de multidão" deve ser considerado diferentemente do conceito de classe operária (NEGRI; COCCO, 2002).

Machado (2004, p. 149), aponta a fragilidade teórica de Negri: “a multidão não tem caráter classista, não se refere às classes sociais concretas e não tem sujeitos sociais determinados”

O levante popular argentino, para John Holloway, demonstrou uma nova gramática da revolução em que é possível mudar o mundo sem tomar o poder. Os sujeitos dessa transformação seriam as ONG's, movimentos ecológicos, antiglobalização, zapatistas, componentes do Fórum Social Mundial, dentre outros:

[...] O “argentinazo”, a onda de insubordinação na Argentina que demonstrou que gramática da revolução. NÃO é o tema da revolução, a explosão, a força dirigente da transformação social. NÃO à opressão, NÃO à estúpida e perigosa destruição imposta pelo capital. NÃO às miseráveis amputações da vida que o capitalismo representa. Este NÃO é em si mesmo uma celebração, uma explosão da nova vida, uma representação de novas formas de organização social. A beleza da sublevação argentina é a simplicidade da sua reivindicação: “Que se vayan todos!”. Vão embora, todos vocês! Não apenas os políticos, mas seus amigos capitalistas. Vai embora capital! Já chega! Este é o grito não apenas na Argentina, mas no México, no Brasil, em Portugal, em todo o mundo. Este é o grito que une o mundo: Vai embora capital! Chega! (HOLLOWAY, 2003, p. 7).

Este processo evidenciaria “novos atores”, “novas formas de luta”, “novas formas de organização”. A luta sindical estaria, seguindo a lógica de Holloway e Negri, definitivamente superada. O *corte de ruta* substituiria as greves, e a organização sindical por novas formas horizontais.

[...] se assiste a la pérdida de importancia de los grandes talleres o las concentraciones fabriles y, consecuentemente, se debilita la importancia de la huelga como medida de lucha principal [...]. Es entonces que el *corte de ruta* se revela como una medida creativa y de gran importancia para los movimientos populares” (FERRARA apud COTARELO, 2005, p. 212).

²¹ Quilombo é uma palavra de origem africana utilizada na Argentina, Bolívia, Chile e Paraguai designando bagunça, desordem. Diccionario de la Real Academia Española.

Discordamos destes autores, que ao construírem novas categorias, diluem as classes trabalhadoras em uma multidão indiferenciada. Para analisar este processo, buscaremos verificar a atuação das classes sociais e a disputa destas pela direção das massas mobilizadas. Dentre os sujeitos desta revolta encontramos uma maioria de assalariados (empregados e desempregados), pequenos proprietários, professores, estudantes, familiares de vítimas da repressão, militantes de esquerda.

Quanto ao contexto político, o presidente Fernando de la Rúa, eleito em 2000 com um discurso de oposição ao menemismo seguiu a mesma doutrina econômica, inclusive mantendo o ministro da economia Domingos Cavallo mentor do *plano de convertibilidad* que equiparou peso e dólar. O Estado argentino, mesmo com as privatizações, chegava cada vez mais perto de uma bancarrota. Precedendo a crise de 2001, a paridade artificial entre as moedas argentina e norte-americana era mantida com dificuldades, às vésperas do colapso da economia houve fugas de capitais da ordem de 20 bilhões de dólares. No dia primeiro de dezembro de 2001, o então ministro Domingos Cavallo impôs o *corralito*, que inicialmente impedia que fossem sacados de contas correntes e poupança mais de 250 pesos por semana. Dessa forma, ficaram retidos nos bancos cerca de 650 milhões de dólares (KOHAN, 2002, p. 78).

A partir da metade de dezembro de 2001, os saques a comércios começaram a se generalizar. Até o dia 19, houve 16 mortes em enfrentamentos de saqueadores e comerciantes, ou saqueadores e polícia. Planejando obter apoio da classe média contra trabalhadores desempregados que recorriam aos saques, Fernando de la Rúa decretou estado de sítio no início da noite de 19 de dezembro. Sem que houvesse qualquer convocação, cerca de 100 mil argentinos saíram às ruas, concentrando-se em frente à Casa Rosada (sede do Governo Federal). O governo da *Alianza* foi derrubado, e em uma semana cinco políticos passaram pela cadeira da presidência, como dissemos anteriormente. Quem permaneceu foi Eduardo Duhalde, do Partido Justicialista. Outro saldo destes dias de lutas nas ruas argentinas indica o grau de repressão: foram 35 mortos, 439 feridos e 3.273 presos (KOHAN, 2002, p. 87).

Vejamos esta insurreição a partir da situação política da burguesia. Para Cotarelo, uma crise no interior da burguesia, com frações que defendiam uma desvalorização do peso, foi um dos elementos que abriram espaço para uma revolta popular:

Por lo tanto, se observa que lejos de tratarse exclusivamente de una lucha del pueblo contra las distintas expresiones del régimen político y social, diversos elementos allí contenidos fueron impulsados o se vincularon con los intereses de la cúpula de la burguesía o con los de algunas de sus fracciones en lucha. Cada una de ellas movilizaron o terminaron conduciendo la movilización de fracciones que forman parte del pueblo. Esto implica relativizar la existencia de una crisis de hegemonía de la oligarquía financiera (COTARELO, 2005, p. 179).

O governo de Duhalde foi marcado por mobilizações permanentes. Segundo dados do PIMSA (*Programa de Investigación sobre el Movimiento de la Sociedad Argentina*), em seu primeiro mês de governo realizaram-se 555 atos de rebelião, e manteve-se um elevado grau de mobilização política e social.

A partir de dezembro de 2001, uma série de movimentos sociais fortaleceu suas organizações. Formas de representação e ação política como as assembléias de bairro e as fábricas ocupadas pelos trabalhadores ressurgiram, houve um momento de unidade em que desempregados e a pequena burguesia empobrecida do movimento assembleário entoaram juntos: “*piquete y cacerola, la lucha es una sola*”. Apesar da aparente unidade, houve uma disputa pela direção destas lutas. Cotarelo (2005, p. 174) apresenta uma primeira tentativa de articulação que partiu das Assembléias de bairro, que eram cerca de 300 no país. Em janeiro houve um painel nacional, organizado pela Assembléia Interbairros do Parque Centenário, convocado contra o *corralito*, a Corte Suprema da Nação e o modelo econômico, pela pesificação das dívidas hipotecárias, dentre outras reivindicações. A partir de março o número de manifestantes nos *cacerolazos* começou a diminuir, assim como a participação em assembléias.

Outra tentativa de articulação partiu do movimento piqueteiro, marcada pelas mobilizações do *Bloque Piquetero Nacional* e *Federación Tierra y Vivienda / Corriente Clasista y Combativa*. Inicialmente (depois de dezembro de 2001) o movimento sindical dirigido pelas centrais sindicais CGT e CTA estabeleceu uma trégua com o governo, reduzindo a presença dos operários fabris e demais assalariado nos protestos. Com o apoio a Duhalde, estes setores conseguiram algumas vantagens econômicas (aumentos salariais e duplas indenizações em caso

de demissões), e se alinharam sob um discurso de defesa do fomento à produção e trabalho contra a pátria financeira (COTARELO, 2005, p. 198). Em maio de 2002, a CGT rompe a trégua com o governo e convoca uma greve geral, assim como a CTA. Mas os trabalhadores empregados e desempregados continuaram marchando separadamente. Entre maio e junho houve uma ampliação da distribuição dos planos assistenciais e parte das organizações piqueteiras, assim como os pequenos proprietários que começam a receber parcelas das poupanças confiscadas, se ausentam dos combates nas ruas.

No dia 26 de junho de 2002, o *Bloque Piquetero Nacional*, com a adesão de diversas organizações, convocou uma manifestação. Houve uma forte repressão na Zona Sul de Buenos Aires, local de concentração dos agrupamentos piqueteiros mais combativos, sobretudo os da Coordenadora La Verón. Juntaram-se na repressão ao piquete na ponte Pueyrredón 2.000 homens das polícias da cidade de Buenos Aires, da província de Buenos Aires, da polícia federal e militar. Na estação de trem Avellaneda, dois manifestantes foram assassinados: Maximiliano Kosteki, de 23 anos e Darío Santillán, de 21.

Diante das marchas massivas contra a repressão e o modelo econômico, que unificaram os setores em luta, Eduardo Duhalde teve de encurtar seu mandato. Com isso, o eleitoralismo da esquerda se constituiu como um elemento de fragmentação das lutas e legitimação do processo eleitoral. Aproveitando-se desta divisão, entidades patronais e de direita buscaram disputar o espaço nas ruas e mudar o eixo das manifestações, arrastando parte da pequena burguesia, para a defesa da segurança, são exemplos disto as marchas convocadas sobretudo por Juan Carlos Blumberg²².

3.4.1 A Atuação do Movimento Sindical

Ao analisar o período de ascenso das lutas sociais na Argentina desde a década de 1990, Carrera e Cotarelo identificam o protagonismo dos trabalhadores empregados, responsáveis por uma média de 75% das manifestações:

²² Juan Carlos Blumberg é engenheiro e após o seqüestro e morte de seu filho passou a convocar marchas pela segurança. Foram realizadas contra-marchas denunciando o alinhamento da direita por trás de Blumberg e do uso destas mobilizações para a construção de uma carreira política.

Aun en 2001, año en que el “movimiento piquetero” se encuentra en pleno desarrollo, el principal protagonista de la rebelión son los trabajadores ocupados. Pero, a la vez puede observarse el importante incremento en la cantidad de acciones realizadas por los asalariados desocupados [...]. Es este rápido incremento en el último momento, unido a la difundida falacia acerca de la “desaparición” de la clase obrera, lo que alimenta la imagen de que son los “desocupados” los protagonistas principales de la rebelión en los '90 (CARRERA; COTARELO, 2004, p. 132).

Em 2002, a maioria das ações realizadas por trabalhadores desempregados (807; 44,3%) ultrapassa as dos empregados 702 (38,5%). O registro dos conflitos posteriores, porém, já indicam a reversão deste quadro. Em 2003, os trabalhadores empregados voltam a protagonizar a maioria das ações (333 de empregados e 287 de desempregados) e em 2004 também (786 e 578, respectivamente). Esta tendência se acentuou em 2005 (1.188 ações realizadas por trabalhadores ocupados e 366 por desocupados) (COTARELO, 2005, p. 204).

A autora relata que um setor da classe operária se mobilizou, mas ficou isolado. Outro se manteve imobilizado, em aliança com parte do grande capital, beneficiado com o governo de Duhalde. Com isto, questiona:

[..] Si la fracciones obreras que forman parte de la actividad económica y que se encuentran en una posición en la estructura económica no se plantearon la conducción del proceso de luchas o fueron rechazadas por el resto de la clase obrera y otras fracciones sociales, si a la vez las fracciones y capas movilizadas se encontraban fracturadas y enfrentadas entre sí, en disputa por la conducción política del proceso ¿Puede plantearse que existió un movimiento con real capacidad transformadora en la Argentina de 2002? (COTARELO, 2005, p. 215).

Passados poucos anos dos levantes de 2001, a ênfase no caráter transformador dos novos movimentos ou dos desempregados diminuiu, mas geralmente atribuído a razões externas: cooptação dos governos, ação dos partidos, campanha de isolamento dos meios de comunicação. É necessário, porém, analisar a natureza destes sujeitos e sua capacidade, por si mesmos, de transformação radical da sociedade.

Para Carrera e Cotarelo (2004, p. 137), quem afirma que os sindicatos estão recuperando seu papel de protagonistas nas lutas sociais, se engana, eles nunca perderam este papel. Os dados obtidos pelo PIMSA que indicam a atividade política dos trabalhadores empregados não podem ocultar, no entanto, o

papel das direções burocratizadas que hoje dirigem as principais entidades sindicais. A recuperação da democracia proletária no interior destas entidades é um fator importante para que a classe possa se organizar de forma independente em relação à política burguesa.

Na seqüência deste período de intensas mobilizações, ocorrem as eleições nacionais em 2003. Apesar do grito de “*Que se vayan todos*” ainda ecoar, Kirchner chegou à presidência, como um dos candidatos das frações do Partido Justicialista, com uma tarefa precisa: reconstituir as instituições burguesas abaladas pela crise. Assim, discursivamente o presidente buscou desvincular-se do aparato partidário e dos políticos repudiados pelas massas. Mudou toda a cúpula do exército e começou a dismantelar a Corte Suprema de Justiça dominada pelo menemismo, marcada por escândalos de corrupção. Tomou como suas as bandeiras dos organismos de “Direitos Humanos”, reunindo-se reiteradamente com eles, impulsionando publicamente algumas medidas reivindicadas por este setor. Incorporou ao Governo elementos que provinham da “esquerda peronista”. O confronto ao menemismo, ao Fundo Monetário Internacional, às empresas privatizadas em torno das tarifas e aos meios de comunicação mais reacionários (*La Nación*), e aos setores vinculados à ditadura militar criaram a imagem de um governo “progressista”, “nacionalista”, vinculado à imagem do peronismo. A cooptação de dirigentes do movimento piqueteiro, como Luís D’Elia²³ que se tornou ministro, propiciou uma maior fragmentação deste movimento. A base de desempregados que apoiavam o governo, passou a receber mais recursos para cooperativas e mais subsídios, enquanto os grupos que mantinham críticas a Kirchner foram isolados.

3.5 PANORAMA GERAL DAS ORGANIZAÇÕES PIQUETEIRAS

Para situar e justificar a escolha da Frente Popular Darío Santillán como objeto de estudo, iremos apresentar as principais organizações piqueteiras,

²³ Luís D’Elia foi deputado provincial e parlamentar municipal pela Frepaso em La Matanza. É dirigente da FTV e compôs o governo de Kirchner até novembro de 2006.

identificando suas origens, particularidades, alianças de classes, relação com partidos e sindicatos e a participação destas na trajetória de surgimento e consolidação do movimento piqueteiro. Agrupá-las em categorias definidas é uma tarefa difícil, sobretudo pelas constantes variações de política, alianças e divisões.

Organização	Vínculo Partido/Sindicato - Linha política
Polo Obrero	PO - Partido Obrero - Trotskista*
Futradeyo - Frente Único de Trabajadores Desocupados y Ocupados	Ex - PO - Trotskista*
Movimiento Sin Trabajo Teresa Vive	MST - Movimiento Socialista de los Trabajadores) -Trotskista*
FTC - Federación de Trabajadores Combativos	MAS - Movimiento al Socialismo - Trotskista*
MTL - Movimiento Territorial de Liberación	PC – Partido Comunista Argentino
Coordinadora de Unidad Barrial (Cuba)	Partido Revolucionario de la Liberación/Vanguardia Comunista
CCC - Corriente Clasista e Combativa	PCR – Partido Comunista Revolucionário - Maoísta*
Barrios de Pie	Nacionalista de esquerda - Patria Libre
FTV - Federación Tierra y Vivienda	CTA – Central de los Trabajadores Argentinos nacionalista
MTD Evita, Resistir y vencer	Kirchneristas - Partido Justicialista
MTD La Juanita	Autonomista*
Ex-Coordinadora de Trabajadores Desocupados Aníbal Verón	
Movimiento Teresa Rodríguez	Marxista*
FOL - Frente de Organizaciones en Lucha	Marxista*
CTD's da La Verón	Movimiento Popular Revolucionario Quebracho Guevarista /nacionalista*
Frente Popular Darío Santillán	Autonomistas*
Red Barrios, Movimiento Social Dignidad (ex – MTD's de Solano e Allen)	Autonomistas*

*Autodefinições

Como parte da discussão sobre as alianças de classes e composição social das organizações piqueteiras, consideramos importante identificar a participação da pequena burguesia empobrecida nestas. Esta participação se dá majoritariamente nos grupos autonomistas, principalmente com os jovens. Svampa e Pereyra (2004, p. 160) têm como hipótese que isto se dá pela tradicional desconfiança de parte das classes médias em relação às estruturas organizativas dependentes de partidos políticos ou sindicatos. Estas estruturas são identificadas com a classe operária, da qual a parte da pequena burguesia, tendencialmente, quer

se diferenciar, ou seja, ser "autônoma". Daí decorre que a sua "autonomia" se afirma com maior intensidade em relação à classe operária do que à burguesia. A maior presença desta classe estaria nos MTD's da *Coordinadora Aníbal Verón*, e em menor medida no *Movimiento Teresa Rodríguez*. Não se trata, porém, de militantes de classe média que vão aos bairros militar, mas sim de jovens que são uma parte proletarizada da nova pequena burguesia, que para os autores:

[...] en el trayecto de una sola generación conocieron la caída social y la reducción de las oportunidades y hoy viven en los barrios y comparten las mismas condiciones de existencia que las tradicionales clases pauperizadas. Pero a diferencia de estas últimas, aquellos cuentan con recursos culturales y simbólicos, importantes a la hora de ejercer un rol de liderazgo dentro de las organizaciones o brindar un apoyo logístico y formativo (SVAMPA; PEREYRA, 2004, p. 161).

Após a crise de 19 e 20 de dezembro de 2001, esta afinidade entre a pequena burguesia e o autonomismo cresceu, uma vez que as camadas desta classe que estavam mobilizadas principalmente nas assembléias de bairro encontraram nestas organizações piqueteiras a alternativa organizativa aos partidos de esquerda, manifestando também o repúdio à política institucional expresso na consigna "*Que se vayan todos*".

Consideramos importante destacar a "matriz" peronista ou nacional-populista e reformista de grande parte das organizações piqueteiras. Destaca-se a FTV – Federación Tierra y Vivienda – por seu populismo e revisionismo histórico que identifica uma continuidade em projetos "emancipadores" como o *rosismo*, federalismo, *yrigoyenismo*²⁴, peronismo, populismo revolucionário da década de 1970 e atualmente o movimento piqueteiro. Assim, misturam a defesa de uma "nova" sociedade com a nostalgia do peronismo. Como diz Luís D'Elía, dirigente da FTV, "queremos otra sociedad, donde *volvamos* a ser felices" [grifo nosso] (*apud* SVAMPA; PEREYRA, 2004, p. 196).

²⁴ A partir da corrente do revisionismo histórico na Argentina, reivindica-se a figura de caudilhos como Juan Manuel Rosas (governou a Argentina de 1835 a 1852) como precursores do nacionalismo e populismo. Rosas foi defensor do federalismo, que preconizava a autonomia das províncias, chocando-se com o unitarismo, movimento alinhado à Grã Bretanha, que defendia um governo centralizado. Hipólito Yrigoyen foi presidente da Argentina de 1916 a 1922 e 1928 a 1930. Implementou medidas populares, como o descanso dominical obrigatório, mas também foi em seu governo que aconteceram grandes repressões ao movimento operário. Seu legado foi reivindicado pela UCR (Unión Cívica radical), por Perón e até mesmo por membros dos partidos socialista e comunista (BEIRED, 2001; ROCK, 1993, p. 222).

O populismo também está presente na política do PCR – Partido Comunista Revolucionário, maoísta, seu braço piqueteiro, a CCC – *Corriente Clasista y Combativa* – tem como estratégia um governo patriótico e popular. O PCR propõe “*una revolución democrática-popular, agraria y antiimperialista, en marcha ininterrumpida al socialismo*” e inclui entre as fileiras revolucionárias “la clase obrera, las masas populares y los sectores patrióticos y democráticos de la burguesía nacional” (PCR, 2004).

Outro setor que oscila entre o populismo nostálgico e o chamado nacionalismo revolucionário congrega Barrios de Pie e o Quebracho, que se autodefine como um *Movimiento Patriótico Revolucionario*. Mesmo os autonomistas da FPDS reivindicam como suas principais origens o anarquismo e o peronismo de base (CIEZA, 2004, p. 136). Miguel Mazzeo defende em *¿Qué [no] hacer?* que conceitos como nação e pátria possuem uma capacidade emancipadora. O nacionalismo nos países periféricos teria condições para expressar interesses das classes populares: “Vale tener presente que en nuestro país, a partir de la década del treinta, el nacionalismo se constituyó en un elemento de disputa ideológica” (MAZZEO, 2005, p. 71).

A matriz nacionalista também traz implicações nas alianças de classes propostas pelas correntes piqueteiras. Ao se colocar sob a bandeira do nacionalismo, admite-se a aliança com setores da própria burguesia. Isto se materializa nas multisetoriais e na defesa da FTV e CCC, por exemplo, de reivindicações como o reaquecimento da economia e subsídios para as PyMes (pequenas e micro-empresas), como solução para o desemprego.

Retomando a trajetória das organizações piqueteiras, seguiremos a divisão em três períodos proposta Svampa e Pereyra (2004, p. 237). Um primeiro de constituição (de 1996 a 1998); um segundo de consolidação (de 1999 a 2001), e um terceiro de fragmentação (de 2001 em diante).

A primeira etapa se caracteriza pelo surgimento das *puebladas* e início dos *cortes de ruta*. Entre 1996 e 1998, explodem as *puebladas* e piquetes no interior do país, surge a UTD de Mosconi enquanto na Grande Buenos Aires, começam a surgir e se articular as primeiras organizações piqueteiras em La Matanza e zona sul. É neste período que se constitui o MTD Teresa Rodriguez, no qual já estava o núcleo de Solano, que cunhou sua consigna de “*Trabajo, Dignidad y Cambio Social*”.

Na etapa de consolidação, surgem as organizações massivas, sobretudo com a aliança entre a FTV (vinculada à CTA) e a CCC (PCR) que durou até 2003. Entre 1998 e 2001, nascem mais MTD's na Zona Sul (Quilmes, Lanús, Almirante Brown), que já coordenam com o Quebracho e se constituem os grupos partidários MTL, Barrios de Pie, Polo Obrero e FTC.

A terceira etapa tem como marco a realização das Assembléias Nacionais de La Matanza (em junho e setembro de 2001), a partir disto, delineiam-se os setores “radicalizados” e os “institucionalizados” o que será posto à prova nos posicionamentos diante da crise de dezembro de 2001 e principalmente diante do governo Kirchner em 2003.

É entre as duas assembléias que se forma a Coordenadora Aníbal Verón, que reúne diferentes MTD's e CTD's da zona sul. MTR e MTL se articulam no que depois será o Bloque Piquetero Nacional. Em 2003, ocorrem rupturas em todas as articulações. A La Verón se dissolve, primeiro se separam os MTD's da CTD, em seguida os setores mais autonomistas (Solano, Guernica, Cipolletti e Allen) rompem com os MTD's, e em dezembro há mais uma divisão que deixa o MTD de Varela de um lado e de outro os MTD's que formarão a FPDS. O Polo Obrero também perde núcleos históricos como o de Avellaneda e o Futradeyo (Frente Único de Trabajadores Desocupados y Ocupados). Desfaz-se também a aliança entre FTV e CCC. Em 2004, se conforma um bloco nitidamente oficialista com a FTV, Barrios de Pie e alguns MTD's.

3.6 DA LA VERÓN À FRENTE POPULAR DARÍO SANTILLÁN

A Coordenadora de Trabajadores Desocupados Aníbal Verón (CTD-AV) é bastante reconhecida e citada por seu autonomismo, apesar disto, sua composição inicial desautoriza esta classificação. Foi originada a partir de dois pequenos movimentos de desempregados que nasceram praticamente ao mesmo tempo. Um em Florencio Varela, *partido* localizado no norte da Grande Buenos Aires (1996) e outro no bairro San Francisco Solano, localizado no sul da Grande Buenos Aires nos *partidos* de Quilmes de Almirante Brown (1997), criadores dos “princípios” de horizontalidade, autonomia, democracia direta e independência em relação aos

partidos. Depois de trabalhar conjuntamente, em 1998 os piqueteiros de Varela, com os de Mar del Plata e alguns de Solano, se desprenderam, afirmando que a única maneira de alcançar uma transformação social, seria tomando o poder. Eles foram o embrião do *Movimiento Teresa Rodríguez*.

Em Solano os desempregados vinham principalmente dos assentamentos da década de 1980, a maioria sem experiência de participação política anterior, mas vinculados à Igreja Católica. Em agosto de 1997, em assembléia na capela, resolveram marchar até o município. Conseguiram subsídios e meses depois fizeram seu primeiro *corte de ruta*. O governador Duhalde pediu à Igreja que desarticulasse o movimento, mas os desempregados ocuparam a capela por três anos até serem despejados. O MTD Solano cresceu e se tornou referência para a criação de outros MTD's em Lanús, Florencio Varela (com os que sobraram da primeira divisão), Almirante Brown. Em 2001 somam-se CTD's dirigidos pelo Quebracho, e outros MTD's: Guernica, Quilmes, Esteban Echeverría, Oscar Barrios de José C. Paz, Lugano, Berisso, 23 de Julio de Allen e Cipolletti (Rio Negro), formando a "La Verón".

As organizações que a compunham apresentavam fórmulas organizativas e projetos políticos distintos. A principal divisão ocorria entre as CTD's-Quebracho e os MTD's autonomistas. Apesar disto, de 2001 a 2002 forjou-se a unidade em torno de alguns pontos: o rechaço ao eleitoralismo; a ação direta como método; e a democracia direta, que para os MTD's significava horizontalismo e para as CTD's se traduzia no centralismo-democrático (SVAMPA; PEREYRA, 2004, p. 69). Em setembro de 2002, estas divergências tomaram a forma de ruptura.

Mas mesmo dentro dos MTD's era impossível falar em uniformidade. Podemos falar em três linhas: a primeira seria a do autonomismo radical, que desembocou em uma ruptura em setembro de 2003. Este é o grupo mais vinculado com as idéias de John Holloway, que inclusive os visitou em 2002, e Toni Negri. Suas idéias são expressas nos materiais do *Colectivo Situaciones*. Para este agrupamento, vivemos na sociedade pós-moderna, assim há um "novo protagonismo social" expresso no movimento piqueteiro, das assembléias de bairro, clubes de troca e fábricas ocupadas:

El piquete actual, entonces, no es tanto un subproducto residual de la lucha de clases (de la planta fabril), como una modalidad contemporánea de la lucha de clases en un capitalismo posmoderno, que cada vez indistingue más entre producción y circulación (COLECTIVO SITUACIONES, 2002b).

Ao afirmar a “novidade” contrapõem-se à definição marxista de que o proletariado seria a classe revolucionária, assim como à própria estratégia revolucionária de tomar o poder de Estado, para após a criação de um Estado proletário transitório, ser possível extinguir a divisão da sociedade em classes:

Respecto de su propia ubicación en la coyuntura, ya no la piensan en los términos clásicos de “reformismo” o “revolución”. Simplemente saben que la táctica de la toma del poder no se corresponde con su forma de pensar y de trabajar. Y que si tuvieran que subordinar todo lo que están construyendo a esta táctica de “toma del poder del estado”, más bien, quedarían condenados a un pensamiento — empobrecido— de la maniobra y el atajo, lo cual implica un desconocimiento del riquísimo proceso de construcción de contrapoder en el que están inmersos (COLECTIVO SITUACIONES, 2002b).

Assim, o “classismo” é visto como uma maneira de empobrecer a realidade “reduciendo la multiplicidad emergente a las condiciones económicas de las que provienen” (COLECTIVO SITUACIONES, 2002a). Valoriza-se as assembleias e empreendimentos cooperativos como transformações efetivas na sociabilidade por desenvolverem “laços concretos de contra-poder.” A dependência em relação ao Estado no recebimento de subsídios e financiamento das cooperativas é minimizada com a promessa futura de com isso criar uma economia “alternativa” capaz de suportar um embate com o próprio governo. Assim, o que se defende é um longo período de convivência com o capitalismo, em que os indivíduos irão se autoexcluindo das relações capitalistas.

Mazzeo aponta o risco da combinação destas propostas aparentemente novas com a ausência de um projeto global superador do capitalismo: “las propuestas, por más radicales y novedosas que parezcan, nos condenarán a la convivencia promiscua con el sistema dominante.” (MAZZEO, 2005, p. 75).

Apoiando-se em uma leitura do zapatismo, o *Colectivo Situaciones* afirma que hoje a diferença principal entre os que resistem à dominação capitalista consiste em que alguns "aceptan subordinar su propia lucha a la falsa totalidad compleja de las coyunturas (sean reformistas o *revolucionarios*)" e outros que "resisten a esta subordinación (*rebeldes sociales*)". O limite desta "rebeldia" é que se trata apenas de uma recusa ao que existe, sem que haja um projeto, um programa que aponte para além do que está posto:

La rebeldía es la afirmación del yo, de la propia voluntad, una respuesta al poder, a la explotación, a la desigualdad, no es una "construcción". O sea: la rebelión es inherente a las sociedades opresivas pero no es suficiente para cambiarlas. Si bien es un punto de partida imprescindible, no puede considerarse como "experimentación renovada" o como forma de articular y canalizar las luchas. (MAZZEO, 2005, p. 66).

Quando os "autonomistas radicais" se retiraram da "La Verón", deixaram acusações de que esta organização estava se burocratizando, com a constituição de dirigentes que não haviam sido escolhidos. O alvo era, principalmente, a tentativa do "grupo de afinidade" de criar espaços de articulação política, o que posteriormente desembocou na criação da FPDS e seu "espaço social e político":

Una coordinación tiene que servir para fortalecer a cada Movimiento, sean pocos, algunos o muchos, no para que un bloque de afinidad hegemonice para concluir en una conducción centralizada. Una coordinación que genere el ambiente para el crecimiento de todos los Movimientos, no una estructura burocrática que simplemente conduzca. (MTD SOLANO, 2003).

Em maio de 2006, houve mais uma ruptura no já fragmentado grupo dos autonomistas radicais. Desta vez a carta de "despedida" foi menos amistosa. Dirigida à "direção política" do MTD Solano, um grupo de quatro bairros em que estava a maioria do movimento (hoje *Red Barrios*) o documento denunciava que esta "direção" foi corrupta, utilizando os recursos destinados à organização, negociando tréguas com o governo em troca de benefícios financeiros e com uma série de benefícios pessoais (apropriação de computadores, recebimento de dinheiro do exterior, compras de terrenos e clínicas etc.) Ademais, denunciou-se a violação à horizontalidade:

Durante nuestra estadía, al estar juntos, ustedes dijeron una y otra vez que las resoluciones se tomarían por Asamblea, que no debía existir Mando dentro de la organización, respetar los acuerdos, no transar con los gobiernos de turno, demostrar a los habitantes de los barrios que la dignidad humana vive aún y está en los más empobrecidos. **Todo esto pasó a convertirse en una gran mentira y una traición al campo popular, por eso heredan este enfrentamiento con nosotros y nuestras demandas por el trato recibido** [grifos no original] (RED BARRIOS, 2006)²⁵.

A segunda linha política presente nos MTD da La Verón vem do MTD de Florencio Varela. Segundo Florencia Vespignani²⁶, militante do MTD de Lanús (FPDS), a ruptura se deu por divergências organizativas, uma vez que no MTD de Varela havia uma organização mais centralizada, com uma liderança “personalista”. Mas o ponto decisivo foi a ambigüidade deste setor em relação às manifestações realizadas todo 26 de junho, exigindo punição dos responsáveis pelo Massacre de Avellaneda. Enquanto o governo de Kirchner tentava dissuadir o movimento de continuar com os protestos, o MTD de Varella teria concordado com esta saída.

Y en esta situación, creemos que los compañeros de Varela tuvieron una posición ambigua e nos dividimos. Nos dividimos en una pelea y fundamentalmente fue por esto. Después los compañeros fueron, volvieron, siguieron con el gobierno y ahora tienen una posición opositora, pero en este momento nos parecía que no. (VESPIGNANI, 2006)

Por fim, a linha que hoje se organiza na Frente Popular Darío Santillán, se constituiu dentro dos MTD's como um “bloco de afinidade”. Partiremos para sua análise, uma vez que é a consequência da linha política e organizativa gestada dentro da CTD-AV.

²⁵ A Red Barrios congrega os bairros do Sul de Quilmes (Grande Buenos Aires): Monteverde, IAPI, Berazategui e San Martín. Quando esta carta foi escrita, o grupo ainda não se denominava Red Barrios.

²⁶ Entrevista realizada em 01 de novembro de 2006, em Lanús (Grande Buenos Aires).

3.6.1 A Frente Popular Darío Santillán²⁷

Em março de 2004, agrupamentos piqueteiros criaram uma frente com o propósito de unir lutas concretas. Apesar de a convocação partir dos desempregados, a proposta pretendia reunir trabalhadores empregados, estudantes, camponeses, pequenos produtores, e demais setores com os quais tenham afinidade. Atualmente, a composição da FPDS é basicamente de desempregados e estudantes. A articulação com camponeses e trabalhadores ocupados acontece por meio do *Movimiento Campesino Indígena* (MCI) e *Movimiento Intersindical Clasista* (MIC)²⁸. O nome da frente refere-se a um dos militantes assassinados em uma ação repressiva do Estado argentino, em 26 de junho de 2002.

A partir de documentos publicados na *internet*, entrevistas e livros da FPDS problematizaremos como definem: *mudança social, revolução, poder, Estado, organização e partido*. Além disso, analisaremos como são apresentadas as bandeiras de luta sobre o desemprego, a perspectiva de unidade com trabalhadores empregados e a articulação entre táticas e estratégia.

²⁷ Compõem a Frente Popular Darío Santillán na **Grande Buenos Aires**: MUP – Movimiento de Unidad Popular – de Quilmes, Florencio Varela, Almirante Brown e La Matanza, MTD Lanús, MRV 26 de junio, MTD Lomas, MTD “Darío Santillán” Almirante Brown, Centro Popular Agustín Tosco, MTD “La Verdad” de Guernica, Cooperativa de Trabajadores Rurales de San Vicente, Cooperativa de Trabajadores Solidarios, FTC de Ezeiza, MTD “Javier Barrionuevo” de E. Echeverría, MTD La Cañada, CTD “Trabajo y Dignidad” de Florencio Varela, Agrupamento de trabajadores “Herramienta” de Ezeiza, Movimiento de Trabajadores Comunitarios de Luján. **Em La Plata, Berisso, Ensenada**: MUP de La Plata y Verónica, MTD de La Plata, MTD de Berisso, COPA La Plata (AULE, Cambium, MUECE, El pelo de Einstein, Minga, Idea), Red de Comercio Justo, Grupos educativo-infantil Juanito Laguna e Tiburones y Mojarritas, Agrupamento de trabajadores “La Fragua”. **Em Rosario**: Frente Santiago Pampillón, CTD “Aníbal Verón”. **Na Capital Federal**: MTD “Darío Santillán”, MTD Lugano, centro Cultural Tupac Amaru, Agrupación Territorial Compañeros. **Em Tucumán**: Coordinadora de Organizaciones barriales autónomas. Em Mar del Plata: Movimiento Universitario de base “Darío Santillán”, Solidariedad Antiimperialista Latinoamericana. **Em Rio Negro**: MTD “Darío Santillán” de Cipolletti.

²⁸ O *Movimiento Intersindical Clasista* (MIC) foi criado no final de 2005 a partir de partidos como o *Movimiento Socialista de los Trabajadores* e *Frente Obrero Socialista* e dirigentes sindicais. Foi fundado com 14 pontos consensuais que convocam “la organización de los trabajadores para luchar contra la opresión, la explotación y la exclusión creciente que pretenden las patronales, el Estado y sus gobiernos”. Seus documentos não fazem referência direta ao governo de Kirchner, o que possibilita a aliança com setores governistas da *Central de Trabajadores Argentinos*, o que já está acontecendo nas disputas sindicais no país. Além disso, há uma demarcação antipartidária que pode ser identificada quando o documento do MIC propõe: “Que desarrolle una organización sindical, independiente del Estado, los gobiernos, las patronales y los partidos políticos, defendiendo el derecho de cada trabajador a participar en ellos y expresar sus ideas libremente” (MIC, 2006, p. 4).

Iniciaremos com a forma como abordam a questão da *mudança social*. Na formulação da FPDS há dois tipos de mudanças pretendidos: mudar o sistema capitalista e mudar as relações cotidianas.

Queremos que **toda** la sociedad cambie porque mientras el sistema económico y social esté organizado por los capitalistas, éstos van a buscar mantenerse en el poder por todos los medios: el engaño, las leyes o la represión. Estos poderosos no quieren que se organice una sociedad igualitaria, porque se les acaban sus privilegios. Por eso hace falta **un cambio revolucionario** que reparta las ganancias de los grandes campos y las grandes empresas para que nadie pase hambre o le falte trabajo (grifos no original) (FRENTE POPULAR DARÍO SANTILLÁN, 2004).

A formulação de *revolução* da FPDS, pelo que se nota em seus documentos denuncia as desigualdades na repartição das riquezas no capitalismo, mas não aponta sua contradição fundamental, ou seja a produção social seguida pela apropriação privada. Assim, não se coloca como centro a liquidação revolucionária da propriedade privada dos meios de produção, mas sim uma divisão igualitária do produto social, que, sintomaticamente, é denominada “cambio”, ou seja, mudança. Tal posição é complementada pela “revolução no cotidiano”:

Para que esa sociedad mas justa sea posible, tenemos que empezar a practicarla desde ahora. Todos los días organizando nuestro trabajo, nuestras actitudes, nuestras relaciones, con igualdad. La tele, la iglesia, la escuela, nos dicen todo el tiempo que tenemos que buscar la salida individual, y entonces nos peleamos con el que tenemos al lado, nos acostumbramos a obedecer al que tiene poder, no nos respetamos ni siquiera a nosotros mismos... Pero nuestra experiencia nos dice que tenemos que estar unidos y luchar. Tenemos que cambiar los valores negativos que arrastramos (el egoísmo, la indiferencia, la ventaja sobre el compañero, la violencia familiar) en nuestras casas, nuestro barrio, nuestra organización, y construir la solidaridad, la dignidad, la igualdad todos los días. El cambio social empieza en casa, y ahora (FRENTE POPULAR DARÍO SANTILLÁN, 2004).

Desse modo, além de não apontar a liquidação da propriedade privada capitalista como premissa da “mudança social”, condiciona-se também a chegada dessa “sociedade mais justa” à revolução dos valores no cotidiano. Isto nos leva a discutir o dilema: mudar primeiro os homens ou as circunstâncias? (CLAUDÍN, 1975, p. 60). Marx respondia a isto dialeticamente, como podemos observar na terceira tese de Feuerbach. “A coincidência da modificação das circunstâncias com a

atividade humana ou alteração de si próprio só pode ser apreendida e compreendida racionalmente como práxis revolucionária.” Desta maneira, Marx e Engels explicavam, em *A Ideologia Alemã* que:

[...] tanto para a produção massiva de uma consciência comunista como para a realização da própria causa, é necessária uma transformação massiva dos homens que só pode processar-se num movimento prático, numa *revolução*; que, portanto, a revolução não é só necessária porque a classe *dominante* de nenhum outro modo pode ser derrubada, mas também porque a classe *que a derruba* só numa revolução consegue sacudir dos ombros toda a velha porcaria e tornar-se capaz de uma nova fundação da sociedade.

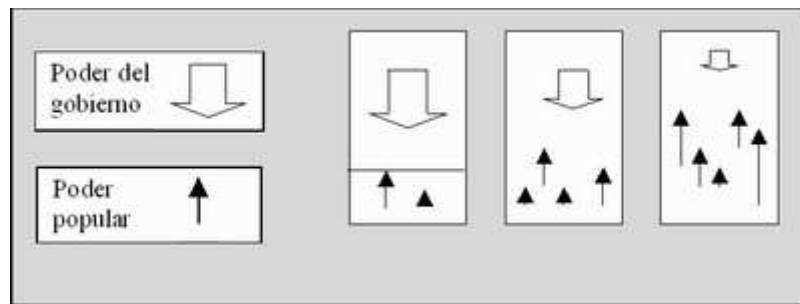
Assim, este momento de “instrução”, não deveria ser apartado, para Marx e Engels, da ação revolucionária. O que vemos nos documentos da FPDS é uma separação de dois momentos, inicialmente de formação, de mudança nos valores, para em um futuro distante pensar em uma transformação mais radical da sociedade. Esta separação, para Lênin é uma maneira utópica de “adiar a revolução socialista até que os homens venham a ser de outra essência” (LÊNIN, 2005, p. 62). De efetivo esta formulação, ao eliminar a necessidade da supressão revolucionária da propriedade privada e sua substituição pela propriedade social – socialismo –, conclui na postulação reformista de mudanças no marco das relações capitalistas de produção²⁹.

Por outro lado, a pretensão de mudança de valores no quadro de relações objetivamente alienadas revela uma perspectiva idealista, pois parte da premissa de que é possível praticar valores de uma “sociedade mais justa” antes da existência real dessa suposta sociedade mais justa. “Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência”, diziam Marx e Engels na *Ideologia Alemã*.

²⁹ Em sentido diverso ao defendido aqui, Machado (2004, pp. 205-212) aponta que a prática daqueles valores cotidianos pelos piqueteiros da “La Verón” (trabalho não alienado, democracia direta, horizontalidade, combate ao egoísmo, individualismo, violência familiar etc.), especialmente no âmbito de suas organizações (cooperativas, cursos de formação, assembléias), indica que os setores populares são protagonistas de valores socialistas mitigados pelas relações burguesas de produção. Assinala, ainda, que “os piqueteiros se confrontam diretamente com a dominação do capital, mesmo se encontrando ‘fora’ das relações de produção capitalista. Na prática, questionam o aparente paradoxo entre o ‘assalariado puro’ que, em tese, deveria ser o protagonista da revolução e eles, o ‘exército industrial de reserva’, em tese “contra-revolucionários”, que se colocam à frente dos processos de transformação social. Ora, ao adquirirem identidade coletiva e lutarem pela transformação do capitalismo, assumem, como classe, o papel que, teoricamente, caberia aos trabalhadores diretamente ligados às relações sociais de produção capitalista” (2004, p. 210).

Outro ponto que merece nossa reflexão é a explicação de o que é o *poder* para a FPDS. Segundo seus documentos, o poder é uma relação social, assim, faz-se necessário fortalecer o poder popular por meio de mudanças nas relações humanas, sociais e políticas, avançando em termos de organização, lutas e consciência. Assim o “*cambio revolucionario*” é mais um passo na construção do poder popular. “*Un paso importante, ya que solo podremos garantizar definitivamente ese cambio cuando todo el pueblo esté en condiciones de disputar el poder [...]*”.

Nos documentos da FPDS (2004) há uma ilustração que expressa como compreendem a relação entre “poder do governo” e o “poder popular”.



Fonte: FRENTE POPULAR DARÍO SANTILLÁN (2006)

Percebe-se uma visão gradualista de transição ao predomínio do “poder popular”. Esta discussão é importante, uma vez que o mecanismo político da revolução consiste precisamente na transição do poder de uma classe para outra. Trotski (1978, p. 184) apresenta exemplos históricos que indicam que esta “transferência” é precedida por um período de duplo poder, isto se manifestou na revolução inglesa do século XVII, na Revolução Francesa e na Revolução Russa, precedida pela constituição dos soviets. Esta situação, porém, é provisória. Em uma sociedade dividida em classes antagônicas, a classe que não detém o poder esforça-se para fazer o Estado pender para seu lado, mas isso não significa que exista permanentemente uma dualidade de poderes:

A preparação histórica da revolução conduz, no período pré-revolucionário, a uma situação na qual a classe destinada a implantar o novo sistema social, conquanto ainda não dominando o país, concentra, efetivamente, em suas mãos, uma parte importante do poder de Estado, ao passo que o aparelho oficial permanece em poder de seus antigos possuidores (TROTSKI, 1978, p. 185)

A superação do duplo poder pode tanto pender para a manutenção da antiga classe dominante, coroando a vitória da contra-revolução ou avançar em relação ao domínio de uma nova classe. A tendência é de retomada da unidade de poder, condição indispensável para a estabilidade de qualquer regime.

Ainda sobre o poder, nas formulações da FPDS, não se deve identificá-lo com o Estado. A adoção de um conceito mais amplo impediria a “instrumentalização” da luta, aspecto que coincide com o pensamento de John Holloway:

Não obstante o quanto se defenda o movimento e sua importância, o objetivo de se conquistar o poder implica inevitavelmente uma instrumentalização da luta. A luta tem um objetivo: conquistar o poder político. A luta é um meio para alcançar esse objetivo. Aqueles elementos de luta que não contribuem para se alcançar o objetivo são considerados secundários ou suprimidos em conjunto: estabelece-se uma hierarquia das lutas (2003, p. 31).

A definição de poder da FPDS está vinculada com sua concepção de “*lucha prefigurativa*”, em que se começa a desenvolver dentro do sistema capitalista relações uma nova ordem, que nunca irá se realizar plenamente, mas tem uma importância política de demonstrar que a transformação social é possível (MAZZEO, 2005, p. 44).

¿Que significa el poder como relación social? En este caso, cuando nosotros hablamos de la construcción de nuevos valores, de la pelea de los valores cotidianos en nuestras construcciones, cuando nosotros hablamos de que tenemos que empezar a cambiar la sociedad hoy, nuestra manera de pensar / de construir / de conducirnos hoy; lo que estamos haciendo es anticipar la sociedad que queremos, en esta idea de construcción de Poder Popular, no va a empezar el día que tomemos el aparato del Estado, el día que se toma algún poder, entre otras cosas porque no concebimos al poder como un objeto, sino como una relación que se construye, que se hace, que construimos de manera fraternal, en donde tienen que surgir nuevos valores (FRENTE POPULAR DARÍO SANTILLÁN, 2006, p. 17).

Sendo assim, o poder popular da FPDS é indissociável da idéia de geração de novos valores. Podemos perceber uma certa mudança no enfoque do poder com a criação do Espaço Social e Político da FPDS. Segundo Guillermo Cieza – militante nas coordenadoras fabris e do peronismo de base dos anos 1970, foi

fundador do MTD de Berisso, passou pela CTD Aníbal Verón e hoje está na FPDS – este “espaço” corresponderia à formação de uma organização nos moldes da Consulta Popular no Brasil. Um partido amplo, em permanente contato com os movimentos sociais. A disputa pelo poder não estaria descartada, mas teria de ser fruto de um processo de acúmulo de forças, de sínteses políticas de diversas experiências desenvolvidas na Argentina e América Latina.

Nosotros por esto decimos que hay posibilidades de disputar el poder. En lo local hay grupos genuinos de construcción de base, por supuesto no es como el MST, pero hay grupos con condiciones reales, tenemos asambleas donde se puede discutir una política (CIEZA, 2006).³⁰

A disputa eleitoral é apresentada por Cieza, em entrevista, como uma discussão de conjuntura e não de princípios ou moral.

Vos podés ocupar espacios institucionales si tenes fuerza suficiente para que estos espacios institucionales respondan a tu política. Y además también podés cambiarlos. [...] Pero es una cuestión de correlación de fuerza. Porque si vos ocupas un espacio, pero quien está en cima te puede controlar, es locura. [...] Y el tema del Estado, es muy difícil hacer una transformación social profunda si no llegas al Estado, pero a fondo el Estado no te sirve, no es un elemento basal, está para otra cosa.

[...] Esto incluye plantearse, de este punto de vista, también en determinado momento, presentarse a las elecciones, pero esto tiene que ver con las etapas que tenemos que quemar. No es una cuestión de voluntarismo. No hay una herramienta política minimamente consolidada para poder plantearlo (CIEZA, 2006).

Então mesmo negando em seus documentos a necessidade de adotar como estratégia a tomada do poder, percebe-se na prática da Frente uma alteração, em que se inicia um processo de construção de um partido político, compreendido em um sentido amplo, mas que acabaria sendo um instrumento de disputa pelo poder de Estado. Isto fica mais evidente nas projeções feitas por Cieza, o militante em 2006 prognosticava que de 2008 em diante seria o momento de projetar a política da FPDS massivamente, o que pressuporia uma ferramenta consolidada combinada com o momento político propício. “[...]creo que la ofensiva política del kirchnerismo seguirá hasta el 2007 y después empezara a decaer.

³⁰ Entrevista realizada em 07 de novembro de 2006, em La Plata - Argentina.

Proyectar la política impone hacer alianzas más amplias y disputar en todos los terrenos, incluso en el electoral” (CIEZA, 2006, p. 84 [mimeo]).

Este conceito ampliado de partido, identificado como movimento aparece na formulação dos zapatistas na *Segunda Declaración de la Selva Lacandona*: “Replantear el problema del poder en este marco de democracia, libertad y justicia obligará a una nueva cultura política dentro de los partidos. Una nueva clase de políticos deberá nacer y, a no dudarlo, nacerán partidos políticos de nuevo tipo” (EZLN, 1994).

O Movimento Consulta Popular, que é adotado como referência pela FPDS, surgiu no Brasil em 1997, sob a direção do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST. Segundo Ricardo Gebrin, seu surgimento foi uma resposta dos militantes de movimentos sociais, principalmente da juventude, à esquerda eleitoral. A Consulta se define como uma “articulação dos lutadores do povo”. Gebrin justifica a não adoção do termo partido a partir da enumeração de “instrumentos revolucionários” que não se denominavam partidos.

Frente Sandinista de Libertação Nacional, Movimento Popular pela Libertação de Angola, Frente de Libertação de Moçambique, Movimento 26 de Julho, Congresso Nacional Africano, Ação Libertadora Nacional, Movimento de Libertação Nacional Tupamaros eram todas organizações partidárias sob a concepção do pensamento revolucionário, embora não utilizassem a denominação “partido” (GEBRIN, 2005, p. 2).

Outra justificativa é a cultura e tradição política brasileira, que identificaria partido com os modelos institucionais, sem uma concepção revolucionária. “[...] o termo ‘Movimento’, atualmente expressa melhor a capacidade de luta e de enfrentamento na luta de classes, o termo ‘partido’ é identificado com um instrumento de luta eleitoral.” (GEBRIN, 2005, p. 4) Politicamente, a Consulta Popular se manteve e ainda predominantemente se mantém alinhada com o PT, Partido dos Trabalhadores, e tem como programa o livro *A opção Brasileira*, de César Benjamin e outros autores. Assim, sua estratégia é a constituição de um projeto popular para o Brasil e a defesa da soberania nacional. Coerente com a defesa do nacionalismo, outrora defendido pelo PT e antes pelo PCB (Partido Comunista Brasileiro), inclui neste projeto frações da burguesia nacional (BENJAMIN, 1998, p. 173). Sinteticamente, a Consulta Popular defende o

compromisso com a soberania, a solidariedade, o desenvolvimento, a sustentabilidade e a democracia ampliada (BENJAMIN, 1998, pp. 150-151).

Podemos deduzir, portanto, que apesar do culto ao antipartidarismo nas organizações piqueteiras que vieram da La Verón, a FPDS tem uma crítica clara aos partidos leninistas, mas indica afinidade com outras organizações partidárias. Vejamos como isto é analisado na América Latina:

Hay que reconocer que en Bolivia y Venezuela los movimientos están participando del poder estatal, y el MST en Brasil apoyó la campaña del PT y el triunfo de Lula. Parece que las experiencias más importantes están vinculadas a lo estatal, aunque no se subordinan. Hay que entender que la victoria de Evo Morales en Bolivia, por ejemplo, es parte de la acumulación de poder popular (FRENTE POPULAR DARÍO SANTILLÁN, abril de 2006, p. 11).

Partindo disto, a FPDS admite a possibilidade de transformar o Estado a partir de dentro:

Estas experiencias nos muestran que, si bien es imposible negar que el estado capitalista es un instrumento de opresión, las clases populares pueden encontrar grietas y seguir transformando desde adentro. Entonces no hay que negar para cualquier experiencia al Estado, no hay que negar procesos de transición o formas que se vayan dando hasta abolir el capitalismo (FRENTE POPULAR DARÍO SANTILLÁN, abril de 2006, p. 12).

Contra-pondo-se à concepção de partido formulada por Lênin, Mazzeo entende o leninismo como um momento prodigioso da política mundial e não como uma catástrofe, mas “[...] partimos de la hipótesis del agotamiento de lo que usualmente se entiende por leninismo y porque planteamos su improductividad e ineficacia de cara a las necesidades emancipatorias actuales” (2005, p.80). Para Mazzeo a ferramenta necessária para a etapa atual da luta de classes seria uma “organização de organizações” que deve promover o protagonismo popular, integrando uma diversidade de sujeitos com suas subculturas, que devem ser potenciadas e não anuladas:

Concebimos esa herramienta como un órgano dirigente unificador y subordinado en el contexto de un movimiento de masas, como una totalidad no cerrada en la que cada fragmento aporte sus particularismos, sus modos originales, sus formas de resolver problemas; como un espacio de totalización y de síntesis de un conjunto heterogéneo de prácticas anticapitalistas, contrahegemónicas, solidarias y de proyección socialista. Por supuesto, somos conscientes de los riesgos. La cristalización de las formas puede llevar a que la herramienta abjure de su condición instrumental y limitada y fabrique otra “máquina” alimentada por la sobrestimación de su “eficacia”. Así, los cambios pasan a concebirse como resultado de las intervenciones especializadas de una vanguardia. También el impulso totalizador puede llevar a la homogeneización y a la uniformidad que rechazamos y que es típica de las herramientas del antiguo régimen emancipatorio (MAZZEO, 2005, p. 139).

O autor defende que para identificar um projeto emancipador não devemos nos fixar nos objetivos deste projeto, mas sim em seus meios, suas formas de organização. A FPDS utiliza o termo *horizontalidade*, vinculado às formulações do autonomismo radical, pressupondo organizações sem lideranças, hierarquias ou desníveis. Mas diante da impossibilidade de isto se realizar no capitalismo, o próprio John Holloway admite que a formação de uma “vanguarda” é inevitável, pois um sistema de democracia direta totalmente desenvolvido pressuporia sujeitos emancipados:

Pero nosotros no somos (aún) sujetos emancipados: somos discapacitados ayudándonos unos a otros a caminar y con frecuencia, nos caemos. Sin duda hay quienes pueden caminar mejor que otros: en ese sentido la existencia de lo que a veces suele llamarse “vanguardia” no podría evitarse (cf. SEIBERT, 2004). El tema es si estos medio-discapacitados marchan adelante – como vanguardia – dejándonos al resto arrastrándonos en el piso y diciéndonos “no os preocupéis, haremos la revolución y luego regresamos por vosotros” (aunque sabemos que no lo harán) o si, por lo contrario, se mueven al paso, ayudando a los más lentos (HOLLOWAY, 2006, p. 19).

Neste sentido a formulação da FPDS adota um certo distanciamento, ao mesmo tempo em que indica o desejo de caminhar para relações horizontais, admite a existência de desníveis de experiências, informação e conhecimento que diferenciam os militantes. O meio para superar os desníveis de experiências seria a educação popular. São elaborados cursos de formação e

formas de participação democrática para que todos tenham condições de decidir as questões pertinentes ao movimento.

3.6.1.1 A questão do desemprego

A forma como a Frente Popular Darío Santillán lida com o problema do desemprego – ao escolher bandeiras pelas quais se deve lutar, as alianças a serem feitas e formas de organização – explicita como visualizam a conexão entre as reivindicações imediatas e o objetivo final de modificar o sistema capitalista. A FPDS, dessa forma, estrutura sua luta pela transformação social na ação direta (expressa nos piquetes, mobilizações de rua, acampamentos); no trabalho igualitário em micro-empresendimentos geridos coletivamente (cooperativas) que possam garantir a independência econômica fundamental para a independência política; e na educação popular, que busca transformar o aprendizado obtido em lutas, assembléias e cooperativas em ferramentas pela que se compreenda melhor a realidade.

Problematizando a questão da autogestão, Alain Bihr, mesmo recusando a via da revolução formulada pelo marxismo, lança um olhar lúcido sobre os projetos que podem ser “pervertidos” no contexto da sociedade atual,

[...] tornando-se maneiras de gerir, e até mesmo autogerir, a marginalização econômica e a exclusão social dos desempregados e dos instáveis, de fechá-los em um “gueto” retocado com as cores da autonomia e da convivência. Além do mais, por isso há ardentes propagandistas do desenvolvimento das práticas alternativas entre os defensores da ordem existente, sejam de direita (liberais) ou de esquerda (neo-social-democratas) (BIRH, 1998, p. 204).

Assim, é necessário ter cautela na exaltação dos empreendimentos autogestionados. Rosa Luxemburgo aponta o caráter híbrido destas empresas, que realizam uma “produção socializada em miniatura”, acompanhada da troca capitalista, que acaba predominando:

Daí uma cooperativa de produção ter a necessidade, contraditória para os operários, de se governar a si própria, com toda autoridade

absoluta necessária, e de os seus elementos desempenharem entre si o papel de empresários capitalistas. Dessa contradição morre a cooperativa de produção, na acepção em que se torna uma empresa capitalista, ou, no caso em que os interesses dos operários são mais fortes, se dissolve (LUXEMBURGO, 1990, p. 87).

É válido também um retorno a Marx, que apontava o valor dessas experiências sociais, que por meio da ação, demonstravam que a produção pode ser realizada sem patrões, sem o monopólio e que: “o trabalho assalariado é apenas uma forma transitória e inferior, destinada a desaparecer diante do trabalho associado que cumpre sua tarefa, com gosto, entusiasmo e alegria” (2004, p. 103). As experiências cooperativas, porém, para Marx, não poderiam ser superestimadas, nos marcos do capitalismo, elas não dariam conta de levar à emancipação dos trabalhadores e nem mesmo “aliviar o peso de sua miséria”.

A FPDS ressalta, em seus documentos, a necessidade de garantir a “democracia de base” valorizando a horizontalidade, mandatos de base e organização. A constituição da frente é ampla e as alianças se dão em torno de reivindicações concretas:

Con otros movimientos y organizaciones de desocupados mantenemos diferencias, pero podemos coincidir puntualmente en la exigencia de más planes de empleo, aumento de los salarios y contra la represión. Con organizaciones de derechos humanos coincidimos en denuncias y actividades por el repudio a la impunidad. Con los trabajadores ocupados coincidimos en la reivindicación del trabajo digno y bajo control obrero, la lucha por aumentos de salarios y mejoras en las condiciones de trabajo [...] (FRENTE POPULAR DARÍO SANTILLÁN, 2004).

Alain Bihl, em *Da grande noite à alternativa* destaca a necessidade de o movimento operário lutar pelo direito à renda e pelo direito ao trabalho. Para ele, a luta só por renda “[...] trata-se de legitimar, em última análise, a concessão pela classe dominante de uma 'renda mínima' que mantém desempregados e instáveis na dependência da seguridade social e na exclusão” (BIRH, 1998, p. 102). Enquanto a luta só pelo direito ao trabalho divide o proletariado, abandonando os desempregados, o que é, em linhas gerais, a política atual dos sindicatos, “[...] somente organizações que se encarregam da defesa do conjunto das condições de existência do proletariado, tanto fora quanto dentro do trabalho, podem esperar reunir todos os elementos de um proletariado hoje cindido” (BIRH, 1998, p. 102).

Como superar esta divisão? Apesar de ter escrito isto há quase um século, as teses sobre a tática, apresentadas por Lênin sugerem respostas, que mesmo direcionadas aos partidos proletários que compunham a III Internacional, parecem manter a sua plena vigência. Assim, há uma orientação geral para vincular as reivindicações mais imediatas das massas operárias à estratégia revolucionária. Para ele, é necessário explicitar a incompatibilidade das condições de vida dos trabalhadores com a existência do capitalismo, “e por esta razão” – diz Lênin – “a luta pelas reivindicações mais modestas assume proporções de uma luta pelo comunismo. [...] Não se trata de se limitar a pregar sempre ao proletariado os objetivos finais, mas de fazer progredir uma luta concreta, que só pode conduzir à luta por esses objetivos finais” (LENIN, 1989, p. 93).

A questão do desemprego é uma destas reivindicações, e para enfrentá-la é preciso unir empregados e desempregados, compreendendo-os como trabalhadores que são. Lênin destaca a forma como a burguesia utiliza o desemprego para pressionar os trabalhadores empregados no rebaixamento salarial, e denuncia a forma como líderes sindicais abandonam os desempregados “considerando-os simplesmente sujeitos da beneficência governamental e sindical, caracterizando-os politicamente como lumpemproletariado” (LENIN, 1989, p. 94). Como conclusão, Lênin destaca o potencial revolucionário do exército de desempregados continuamente ampliado no capitalismo:

Os comunistas devem perceber claramente que, nas condições atuais, o exército industrial de reserva constitui um fator revolucionário de valor colossal. A direção desse exército deve ser tomada pelos comunistas. Auxiliados pela pressão exercida pelos desempregados sobre os sindicatos, os comunistas devem apressar a renovação dos sindicatos, em primeiro lugar livrando-os da influência dos líderes traidores. O Partido Comunista, unindo os desempregados à vanguarda do proletariado na luta pela revolução socialista, evitará que os elementos mais revolucionários e mais impacientes dos desempregados se joguem em atos isolados e desesperados, e tornará toda a massa capaz de apoiar, em condições favoráveis, o ataque iniciado por um grupo de proletários, de desenvolver esse conflito para além dos limites dados; em uma palavra, ele transformará essa massa de exército industrial de reserva em exército ativo da revolução (LENIN, 1989, p. 94).

Para Lênin a questão do desemprego pode servir como instrumento de unificação da classe operária. Trotski também coloca no centro de sua

formulação tática a questão do desemprego no Programa de Transição, escrito em 1938, ressaltando a necessidade de lutar pelo direito ao trabalho:

Sob pena de se voltar a si próprio à degenerescência, o proletariado não pode tolerar a transformação de uma parte crescente dos operários em desempregados crônicos, em miseráveis vivendo das migalhas de uma sociedade em decomposição. O direito ao trabalho é o único direito sério que tem o operário numa sociedade fundada na exploração.

Assim, Trotski propõe que se confronte a retirada deste direito incorporando às lutas operárias a defesa da escala móvel de horas de trabalho.

Os sindicatos e as outras organizações de massas devem ligar os que têm trabalho e os que não têm pelos compromissos mútuos de solidariedade. O trabalho disponível seria repartido entre todos os trabalhadores existentes, e é assim que seria determinada a duração da semana de trabalho, permanecendo o salário de cada operário o mesmo que na antiga semana de trabalho. O salário, com um *mínimo* estritamente assegurado, acompanharia o movimento dos preços.

Neste sentido ele propõe a ruptura com os limites impostos pela ideologia burguesa, que sempre alega a impossibilidade de atender tal reivindicação. E a luta por estas reivindicações, independente de obter um sucesso prático, faz avançar a compreensão de que é necessário derrotar o capitalismo. A dificuldade de unidade entre o movimento piqueteiro e sindicatos ou partidos é explicada pela crise destas organizações. Os sindicatos encontram-se, em sua maioria, burocratizados, subordinados à política do Estado burguês. Os partidos de esquerda formam um labirinto que desemboca ou em sectarismos, ou no oportunismo eleitoreiro.

A atuação aparelhista destes no *argentino* reforçou os preconceitos antipartido, ao entrarem em uma disputa mesquinha por militantes e pela direção das assembléias de bairro e assembléias piqueteiras, não se mostraram à altura da tarefa de dirigir as massas rebeladas para um projeto que superasse o capitalismo. Mas isso não demonstra a falência desta forma de organização, como quer Holloway, apenas a necessidade do proletariado recuperar seus sindicatos das mãos das direções burocráticas e reorganizar-se politicamente avançando em direção a uma insurreição consciente, que para Carrera e Cotarelo pressupõe “a existência de uma organização política, armada de teoria e apta para

dirigir a luta de massas” (2003, p. 299), ou seja, o partido revolucionário. As experiências das lutas recentes na Argentina, indicam a necessidade de incorporar as práticas antiburocráticas (assembléias e mandatos revogáveis e rotativos) e a valorização do método de ação direta a esta retomada destes instrumentos de luta dos trabalhadores.

Assim, fazer o proletariado passar pela experiência da luta sindical e política é reforçar nele a convicção, nas palavras de Rosa Luxemburgo, “de que é impossível transformar radicalmente a sua situação por meio dessa única luta, e que só o conseguirá definitivamente depois de se apoderar do poder político” (LUXEMBURGO, 1990, p. 63). De certa forma, apesar de inicialmente depositar todas as forças na organização dos desempregados, a partir da retomada das lutas sindicais a FPDS tem se voltado também para o movimento operário, mas por meio do MIC, *Movimiento Intersindical Clasista*, que nas experiências concretas tem se mostrado como mais uma variante de apoio às burocracias sindicais. Quanto à disputa do poder político, a FPDS que inicialmente se colocava contra o eleitoralismo e possuía um discurso antipartido, se se confirmarem as projeções de Guillermo Cieza, pode se converter em mais uma ferramenta eleitoral. Assim, apesar de estar agora se voltando também para a luta sindical e política, o que está esboçado na atuação da FPDS é uma adequação à participação nos marcos da legalidade burguesa, como um programa que, como vimos anteriormente, não se define claramente pelo fim da propriedade privada dos meios e produção, apresenta-se pautado em mudanças de valores, indicando as dificuldades das classes trabalhadoras romperem com o nacional-reformismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos atualmente no campo das lutas populares, sobretudo nas explicações teóricas pautadas pela abordagem dos “novos” movimentos sociais, que há uma tendência de ignorar ou minimizar o papel político do proletariado, assim, busca-se utilizar as experiências como a do movimento piqueteiro para justificar a caducidade deste sujeito histórico e de sua forma de emancipação, a revolução social. O empirismo pode ser uma das causas para que esta leitura seja adotada pelos movimentos. Uma leitura imediatista da realidade poderia dar razão a Holloway (2003) e outros teóricos que propagandeiam que a atuação dos partidos e sindicatos está superada, e que a degeneração da União Soviética provou a “ineficácia” do marxismo.

Sérgio Lessa descreve este duro contexto vivenciado nos períodos contra-revolucionários: “Como a existência determina a consciência, a vida cotidiana sob a contra-revolução confere uma forte aparência de verdade às teses teóricas mais conservadoras e, *pari passu*, parece negar toda plausibilidade às revolucionárias” (2007, p. 56). Assim as propostas que parecem viáveis são aquelas que tentam se adequar às possibilidades do capitalismo, como as de humanização do capital a partir da vontade política, permitindo uma distribuição de renda mais justa, possibilitando um “outro mundo” sem as mazelas do capitalismo.

[...] todas estas concepções, rigorosamente irrealizáveis dados os limites históricos impostos pelo sistema do capital, ganham a aparência de única possibilidade em tempos de contra-revolução. E, pelo mesmo processo, o historicamente tangível (superar o capital com base na atual gigantesca contradição entre a propriedade privada e o pleno desenvolvimento das forças produtivas) tem a aparência da mais irrealizável das utopias (no sentido pejorativo de não ter lugar na história). (LESSA, 2007, p. 56).

Percebe-se na prática e nas formulações da FPDS justamente esta contradição, há um rebaixamento das reivindicações e a acusação de que as propostas revolucionárias não correspondem ao momento atual, não superando o aspecto testemunhal ou dogmático.

O enfrentamento concreto que os desempregados têm sustentado, seja contra o governo de Menem, De la Rúa, Duhalde ou Kirchner, é uma experiência rica em potencialidades. Este setor heterogêneo tem demonstrado sua combatividade, disposição de luta, e seus militantes sofrem com a perseguição, repressão e assassinatos sob a direção do Estado argentino. O surgimento do movimento piqueteiro não despertou a atenção de militantes e teóricos de todo o mundo por acaso. Tem como mérito indiscutível o fato de trazer para o palco da história um setor geralmente desconsiderado, o de desempregados. Diante do desemprego estrutural no capitalismo, que tende a ser acentuado, fazer do chamado exército de reserva um exército ativo na luta de classes é uma tarefa fundamental.

Avaliamos, porém, que há um risco concreto de que toda a organização construída até o momento seja diluída. A recusa em colocar como objetivo explícito a aliança da classe operária (unificando empregados e desempregados) com demais classes e frações oprimidas pela burguesia rumo a um projeto de tomada do poder distancia este agrupamento de sua proposta de transformar o sistema capitalista. A tarefa de unificar as classes oprimidas sob a direção do proletariado, no entanto, não pode ser atribuída apenas aos desempregados.

Ao analisar a Frente Popular Darío Santillán percebemos que se trata de uma frente policlassista, em que predomina a direção política da pequena-burguesia. Apoiamos-nos na caracterização de Poulantzas (1975) das reivindicações desta classe social. Pode-se perceber isto nas reivindicações de distribuição de renda sem um ataque direto à propriedade privada dos meios de produção, assim como na presença da ideologia nacionalista e da esperança em processos políticos latino-americanos, em especial da Venezuela de Chávez e a Bolívia de Evo Morales, que, no limite, são reformistas. Assim, não há uma defesa clara do socialismo, as mudanças são pautadas em novos valores, como solidariedade, honestidade, dignidade, aproximando-se do que Marx e Engels chamavam de socialismo utópico.

A experiência argentina de organização dos desempregados tem demonstrado o equívoco em descartar esta ampla camada das classes trabalhadoras em um projeto político que se proponha a superar o capitalismo. Mas consideramos também equivocada a idéia de que estes movimentos substituam a necessidade de organização do proletariado ativo. A superação do modo de produção capitalista é inviável sem a aliança das classes dominadas pela burguesia.

Mas deve-se destacar a necessidade desta aliança estar sob a direção do proletariado. Sem isto, as potencialidades de transformação identificadas no movimento piqueteiro acabarão condenadas a uma convivência promíscua com o Estado burguês, sujeitas aos “perigos” do eleitoralismo e do nacional-reformismo, ocultos sob um discurso autonomista.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Sobre o trabalho teórico**. Lisboa: Editorial Presença, 1978.

ANRED. **El movimiento obrero argentino: 1890-2007**. Charla entre el sociólogo Agustín Santella y el historiador Nicolás Iñigo Carrera. 13 maio. 2007. Disponível em: <http://www.anred.org/article.php?id_article=2084>. Acesso em: 20 jun. 2007.

BALVÉ, Beba C.; BALVÉ, Beatriz S. **El '69: Huelga política de masas**. Buenos Aires: Ediciones ryr, 2005.

BARCO, Gustavo. Reivindicar la cultura del trabajo. **La Nación**, 18 nov. 2006. Disponível em: <http://www.lanacion.com.ar/Archivo/nota.asp?nota_id=859402>. Acesso em: 20 jan. 2007.

BEIRED, Jose Luis Bendicho. "A grande Argentina": um sonho nacionalista para a construção de uma potência na América Latina. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 21, n. 42, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882001000300003&lng=in&nrm=iso&tlng=in>. Acesso em: 18 fev. 2007.

_____. **Movimento operário argentino: das origens ao peronismo (1890-1946)**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BENJAMIN, César et al. **A opção brasileira**. Rio de Janeiro: Contraponto. 1998.

BIRH, Alain. **Da grande noite à alternativa**. O movimento operário europeu em crise. São Paulo: Boitempo, 1998.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

CARRERA, Nicolás Iñigo; COTARELO, Maria Celia. Algunos rasgos de la rebelión en Argentina 1993-2001. **PIMSA**, Buenos Aires, v. 8, n. 8, p.125-138, 2004.

_____. La insurrección espontánea. Argentina Diciembre de 2001. Descripción, periodización, conceptualización. **PIMSA**, Buenos Aires, v. 7, n. 7, p. 201-308, 2003.

_____. La insurrección espontánea. Argentina Diciembre de 2001. **Revista Lutas Sociais**, São Paulo, n. 8, p. 133-142, 2002.

_____. La protesta social en los '90. Aproximación a una periodización. **PIMSA**, Buenos Aires, v. 4, n. 4, 2000.

CARVALHO, Soraia de. **Meios de comunicação alternativos e movimento piqueteiro em Buenos Aires**: estudo de caso da cobertura dos meios massivos e alternativos em dois episódios de repressão e criminalização do movimento piqueteiro. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social - Habilitação em Jornalismo) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2004.

CIEZA, Guillermo Retruco. **Argentina: La política de los 70 y la actualidad**. 26 ago. 2003. Disponível em: <<http://www.rebelion.org/argentina/030826cieza.htm>>. Acesso em: 30 jan. 2006.

_____. **Borradores sobre la lucha social y la autonomía**. Buenos Aires: Manuel Suárez editor, 2004.

_____. **Borradores sobre la lucha popular y la organización**, 2006 (mimeo).

_____. Depoimento. **La Plata**, 07 nov. 2006. Entrevista concedida a Soraia de Carvalho. 11 minutos. Arquivo em mp3.

CLAUDÍN, Fernando. **Marx, Engels y la revolución de 1848**. Madrid: Siglo veintiuno editores, 1975.

COGGIOLA, Coggiola. **El trotskismo en la Argentina (1960-1985)/1**. Buenos Aires: Centro editor de América Latina, 1986.

COLECTIVO SITUACIONES. **Asambleas, cacerolas y piquetes**. 12 fev. 2002a . Disponível em: <<http://194.109.209.222/colectivosituaciones/borradores>>. Acesso em: 5 fev. 2007.

_____. **Argentina piquetera**. Buenos Aires: [s.l.]: 2002b.

COLOM, Yolanda; SALOMONE, Alicia. Las coordinadoras inter-fabriles de Capital Federal y Gran Bs. As. 1975-1976. **Debate en Razón y Revolución**, n. 4, out. 1998.

CTC. **Carta abierta referente a los acontecimientos del 2 de octubre de 1995 sucedidos en Neuquén.** 15 out. 1995. Neuquén: [s.l.]: 1995.

DE BASE Y CON PERÓN. **Documento.** Buenos Aires, [196-?].

DÍAZ, Hernán. A 80 años de la Semana Trágica de enero de 1919. **Prensa Obrera,** Buenos Aires, n. 616, ,4 fev. 1999.

EIDELMAN, Ariel. Militancia e historia en el peronismo revolucionario de los años 60: Ortega Peña y Duhalde. Estudios críticos sobre historia reciente los ´60 y ´70 en Argentina Parte II. **Cuaderno de Trabajo,** Buenos Aires, n. 31, 2004. (Ediciones del Instituto movilizador de fondos cooperativos).

EZLN. **Segunda declaración de la selva lacandona.** México, 10 jun. 1994. Disponible em: <<http://www.ezln.org/documentos/1994/19940610.es.htm>>. Acceso em: 1 maio 2007.

FERRARA, Francisco. **Más Allá del corte de rutas.** Buenos Aires: La rosa blindada, 2003.

FERNÁNDEZ, José. **Entrevista al compañero Pepino Fernández, dirigente social y líder de la Unión de Trabajadores Desocupados, UTD.** Entrevista concedida a Agência Fetera. 2 fev. 2007. Disponible em: <http://www.cta.org.ar/base/article.php3?id_article=6096>. Acceso em: 3 mar. 2007.

FLORES, Toty et al. **De la culpa a la autogestión.** Buenos Aires: Ediciones Continente, 2005.

_____. **Cuando con otros somos nosotros:** la experiencia asociativa del Movimiento de Trabajadores Desocupados MTD La Matanza. Buenos Aires: MTD Editora, 2006.

FRAGA, Rosendo. Cambios políticos que se proyectan al nuevo año. **La Nación,** Buenos Aires, 5 jan. 2003. Disponible em: <<http://www.lanacion.com.ar/463853>>. Acceso em: 17 fev. 2007.

FRENTE POPULAR DARÍO SANTILLÁN. **Construcción de Poder Popular,** ago. 2006. Disponible em: <www3.autistici.org/mtdenelfrente/>. Acceso em: 10 set. 2006.

_____. **Nuestra política. Latinoamérica y la construcción de poder popular.** abr. de 2006. Disponível em: <www3.autistici.org/mtdenelfrente/>. Acesso em: 10 jun. 2006.

_____. **Nuestra política para construir un presente y un futuro con trabajo, dignidad y cambio social,** 2004. Disponível em: <www3.autistici.org/mtdenelfrente/>. Acesso em: 10 jun. 2006.

GAMBINA, Julio; CAMPIONE, Daniel. **Los años Menem:** cirugía mayor. Buenos Aires: Instituto Movilizador de Fondos Cooperativos, 2002.

GEBRIN, Ricardo. **Movimento consulta popular.** In: SEMINÁRIO “PARTIDOS DE ESQUERDA NA AMÉRICA LATINA. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, out. 2005.

GODIO, Julio. **Historia del movimiento obrero latinoamericano/1:** anarquistas y socialistas, 1850-1918. México: Editorial Nueva Imagen, 1983.

HOLLOWAY, John. **Contra y más allá del Capital.** Reflexiones a partir del debate sobre el libro “Cambiar el mundo sin tomar el poder”. Buenos Aires: Herramienta, 2006.

HOLLOWAY, John. **Mudar o mundo sem tomar o poder.** São Paulo: Editora Viramundo, 2003.

ILARI, Sergio Raul. **El ¿Plan Vida?,** dez. 1999. Disponível em: <www.fundasur.org.ar/elplanvida.htm>. Acesso em: 10 mar. 2007.

KOHAN, Aníbal. **¡A Las Calles! Una historia de los movimientos piqueteros y caceroleros de los '90 al 2002.** Buenos Aires: Colihue, 2002.

LENINE, Vladimir Ilich. A revolução proletária e o renegado Kautsky. In: _____. **Obras escolhidas de V. I. Lenine.** São Paulo: Editora Alfa Omega, 1980. v.1, p. 1-71.

LENIN, Vladimir Ilich. **O estado e a revolução:** a revolução proletária e o renegado Kautsky. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Suderman, 2005.

LENIN, Vladimir Ilitch. Tese sobre a tática. In: INTERNACIONAL COMUNISTA, 3., 1989. **Anais...** São Paulo: Brasil debates, 1989. v.3, p. 77-110.

LESSA, Sergio. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2007.

LÖBBE, Héctor. **La Gerrilla Fabril**. Buenos Aires: Ediciones ryr, 2006.

LUCITA, Eduardo. Que venga lo que nunca ha sido. **Cuadernos del Sur**, Buenos Aires, n. 33, abr. 2002.

LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma ou revolução social**. 2. ed. Santos: Global, 1990.

MACHADO, Eliel Ribeiro. **Mal estar da democracia no Brasil e Argentina nos anos 90: lutas sociais na contramão do neoliberalismo**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2004.

_____. Lutas e resistências na América Latina de hoje. **Lutas & Resistências**, Londrina, n. 1, set. 2006.

_____. Neoliberalismo y los “sujetos” potenciales de la revolución: notas para un debate. **Periferias**, Buenos Aires, v. 10, n. 13, 2006.

_____. Mal-estar da democracia na América Latina: lutas e resistências hoje **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 15/16, 2006.

_____. A (des)constituição de classe no MST: dilemas da luta anti-sistêmica. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 17/18, 2007.

MANDEL, Ernest. **La teoría leninista de la organización**. Disponível em: <http://www.ernestmandel.org/es/escritos/pdf/form_teoría-leninista-organizacio.pdf>. Acesso em: 20 set. 2007.

MANSILLA, Iván Schneider; CONTI, Rodrigo Adrián. **Piqueteros: una mirada histórica**. Buenos Aires: Astralib, 2003.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Martin Claret, 2004a.

MARX, Karl. Ad Feuerbach. In: MARX, Karl; ENGELS, Friederich. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Martin Claret, 2004b. p. 111-113.

_____. Manifesto de lançamento da Associação Internacional dos Trabalhadores. In: MARX, Karl; ENGELS, Friederich. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Martin Claret, 2004c. p. 95-105.

_____. **Contribuição à crítica da economia política**. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

_____. **Capítulo VI inédito de O Capital**. São Paulo: Editora Moraes, 1985b.

_____. **Introdução à crítica da filosofia do direito de hegel**. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1844/criticafilosofiadireito/00-introducao.htm>>. Acesso em: 20 mar. 2007.

_____. **O Capital**: crítica da economia política. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985a. v.1, tomo 2.

_____. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. In: MARX, Karl.; ENGELS, Friederich. **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa-Omega, s/d. v.1, p. 199-285.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Martin Claret, 2004. p. 111-113.

_____. **A ideologia Alemã**. Disponível em: <www.marxists.org>. Acesso em: 29 jan. 2007.

MASSETTI, Astor. “Piqueteros eran los de antes”: Sobre las transformaciones en la Protesta Piquetera. **Lavboratorio/n line**, v.7, n. 19, Out. 2006. Disponível em: <http://lavboratorio.fsoc.uba.ar/textos/19_5.htm>. Acesso em: 5 mar. 2007.

MAZZEO, Miguel. **¿Qué [no] hacer?** Buenos Aires: Antropofagia, 2005.

MIC. **El Encuentro Nacional Sindical**. Mar. 2006.

MTD SOLANO. **Nos vamos de la Verón**. Set. 2003. Disponível em: <<http://argentina.indymedia.org/news/2003/09/136616.php>>. Acesso em: 20 nov. 2006.

MURMIS, Miguel; PORTANTIERO, Juan Carlos. **Estudios sobre as origens do peronismo**. São Paulo: Brasiliense, 1973.

NEGRI, Antonio; COCCO, Giuseppe. **O quilombo argentino e o trabalho da multidão**. Disponível em: <<http://multitudes.samizdat.net/O-trabalho-da-Multidao-e-o-exodo.html>>. Acesso em: 10 jun. 2006.

OGANDO, Ariel. Desocupados y planes sociales en el pos-menemismo. 9 de abr. 2004. **Rebelión**. Disponível em: <<http://www.rebelion.org/argentina/040409ogando.htm>>. Acesso em: 5 mar. 2007.

OVIEDO, Luis. **Una historia del movimiento piquetero**. Buenos Aires: Editora Rumbos, 2001.

PASCUCCI, Silvina. Ni nuevos, ni originales. **El Aromo**, Buenos Aires, dez. p. 9, 2005.

PROGRAMA DEL PARTIDO COMUNISTA REVOLUCIONARIO DE LA ARGENTINA - PCR. In: CONGRESO. ROSARIO, 10., 2007. jul. 2004. Disponível em: <www.pcr.com.ar>. Acesso em: 2 abr. 2007.

PEÑA, Milcíades. **Masas, caudillos y elites: la dependencia argentina de Yrigoyen a Perón**. Buenos Aires: D. Libonati, 1973.

PERÓN, Juan Domingo. **20 verdades peronistas**. [17 out. 1950]. Disponível em: <<http://es.wikipedia.org/wiki/Peronismo>>. Acesso em: 15 jul. 2007.

PETRUCCELLI, Ariel. **Docentes y piqueteros: de la huelga de ATEN a la Pueblada de Cutral-Có**. Buenos Aires: Ediciones El cielo por asalto, 2005.

POR. **El movimiento de los trabajadores desocupados en el Neuquén**. Neuquén: Ediciones Masas, 1995.

POULANTZAS, Nicos. **As classes sociais no capitalismo de hoje**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

RAIMUNDO, Marcelo. **La política armada en el peronismo: 1955-1966.** (2007). Disponível em: <http://www.ultimorecurso.org.ar/drupi/node/589>. Acesso em: 2 dez. 2007.

RED BARRIOS. **Carta de renuncia al M.T.D. solano.** Buenos Aires, 26 abr. 2006. Disponível em: <http://argentina.indymedia.org/news/2006/05/405262.php>. Acesso em: 30 nov. 2006.

ROCK, David. **La Argentina autoritaria.** Los nacionalistas, su historia y su influencia en la vida publica. Buenos Aires: Ariel, 1993.

SARTELLI, Eduardo. **La plaza es nuestra: el argentinazo a la luz de la lucha de la clase obrera en la Argentina del siglo XX.** Buenos Aires: Ediciones ryr, 2005.

SUÁREZ, Mariela. Depoimento. **Cutral-Có**, 26 out. 2006. Entrevista concedida a Soraia de Carvalho.. 66 minutos. Arquivo em mp3.

SVAMPA, Maristella; PEREYRA, Sebastián. **Entre la ruta y el barrio. La experiencia de las organizaciones piqueteras.** 2.ed. Buenos Aires: Biblos, 2004.

TOSI, María Cecilia. Una red con piqueteros y "margaritas". **La Nación**, Buenos Aires: 4 set. 2006. Disponível em: http://www.lanacion.com.ar/EdicionImpresa/politica/nota.asp?nota_id=837533. Acesso em: 12 fev. 2007.

TROTSKI, Leon. **A história de revolução Russa.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. **Classe, partido e direção.** Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/trotsky/1940/08/classe-partido-direc.htm>. Acesso em: 16 abr. 2006.

_____. Os noventa anos do manifesto comunista. In: _____. **A questão do programa:** Marx, Engels, Lenin, Trotski. São Paulo: Kairós, 1979. p. 1-13.

_____. **Programa de transição.** Disponível em: http://www.marxists.org/portugues/trotsky/1938/09/03_programadetransicao/index.htm. Acesso em: 12 abr. 2006.

_____. **Revolução e contra-revolução**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1968.

VESPIGNANI, Florencia. Depoimento. **Lanús**, 26 out. 2006. Entrevista concedida a Soraia de Carvalho. 48 minutos. Arquivo em mp3.

ZIBECH, Raúl. **Genealogía de la revuelta**. Argentina: la sociedad en movimiento. La Plata: Letra Libre, 2003.